

INCONFIDENTIA: Revista Eletrônica de Filosofia
Mariana-MG, Volume 3, Número 6, julho-dezembro de 2019.
Dossiê Vol. 3 (2019)
Faculdade Dom Luciano Mendes – Curso de Filosofia

Memória e Testemunho



Organizadores

Edvaldo Antonio de Melo

Cristiane Pieterzack

Adilson Luiz Umbelino Couto

Maurício de Assis Reis

SUMÁRIO

Apresentação do Dossiê <i>Memória e Testemunho</i>	2
Breve História da Arquidiocese de Mariana, por Dom Geraldo Lyrio Rocha	5
Educação, religião e escravatura: apontamentos sobre a posição antiescravista de Dom Viçoso, por João Paulo Rodrigues Pereira	28
Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida: memória, testemunho e reproposta da caridade como centro da vida cristã, por Darci Fernandes Leão	40
Dom Luciano Mendes: perito em humanidade, por Edmar José da Silva	63
Concílio Vaticano II: memórias da crise de vocações, por Fabrício Roberto Costa Oliveira e Reinaldo Azevedo Schiavo	72
A glória de São José pelas mãos de Pietro Gentili, por Fabiano Milione Honório	88
Memória e Testemunho, por Cláudia Maria Rocha de Oliveira	116
Entrevista a Dom Luciano Mendes de Almeida: a ética é o princípio de tudo, por Pedro Maciel	125

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Memória e testemunho

A Revista de Filosofia *Inconfidentia*, da Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM) de Mariana, tem a alegria de publicar o Dossiê “Memória e testemunho”. A maioria dos textos são originários das conferências e comunicações dos participantes no Simpósio Acadêmico Filosófico-Teológico realizado pela FDLM em parceria com o Instituto Teológico São José (ITSJ) da Arquidiocese de Mariana-MG no período de 04 a 06 de fevereiro de 2019, com a temática: *História da Igreja Particular de Mariana: Memória e Testemunho*. A ideia, ou melhor, a esperança que motivou a realização do Simpósio e que – acreditamos nós – motiva todo testemunho, é a mesma de Paul Ricoeur: “Espero estar na verdade”.

O tema proposto para o Simpósio Acadêmico – a *História da Igreja Particular de Mariana: memória e testemunho* –, de certa forma, continuou as reflexões do mesmo evento realizado no ano de 2016. Naquela ocasião, desejamos, inspirados pela celebração dos 270 anos da Diocese de Mariana, valorizar um pouco mais o conhecimento sobre a nossa própria História. Sempre com a consciência que a História da Igreja é, antes de tudo, a história de uma comunidade de Fé. É o itinerário, no tempo e no espaço, daqueles e daquelas que foram discípulos de Jesus e missionários da mensagem de seu Reino. E mais, o relato histórico nunca é uma abordagem apenas teórica e abstrata, pelo contrário, procura interpretar fatos, pessoas e culturas concretos em circunstâncias específicas.

Deste modo, podemos afirmar com o autor do prefácio do Livro comemorativo da Igreja de Mariana na comemoração do seu centenário como Arquidiocese: “Mais rico que as lavras de ouro que aflorou abundante em nossos rincões, exala de nossos púlpitos barrocos um aroma adocicado de fé que não esconde das ruas o semear da cristandade por estas terras mineiras... (Celso Cota Neto)”. Criada em 6 de dezembro de 1745, através da Bula Papal “Candor Lucis Aeternae” do Papa Bento XIV, a diocese de Mariana, depois de 161 anos, foi elevada à categoria de Arquidiocese juntamente com o bispado de Belém do Pará, pelo documento pontifício “Sempiternam Humani Generis, do Papa Pio X, em primeiro de maio de 1906.

Quando foi criada, a Diocese de Mariana era constituída por quarenta paróquias e abrangia todo o território de Minas Gerais, vinte e três destas paróquias pertencem ainda à Arquidiocese. Por isto, a primeira conferência abordará o tema: a presença da Igreja em

Minas Gerais: um olhar retrospectivo. É nesta história que se situa a Faculdade Dom Luciano Mendes de Almeida.

O simpósio teve como objetivo motivar-nos a todos para a pesquisa e aprofundamento da nossa riqueza. O objetivo é tomar consciência do precioso legado de fé, história e arte a nós confiado e a certeza de que precisamos melhor conservá-lo, possibilitando às futuras gerações reconhecer, nos feitos do passado, as maravilhas operadas por Deus na vida de seu povo.

O primeiro texto traz a conferência inaugural do Simpósio, intitulado: “História da Igreja Particular de Mariana: memória e testemunho”, e de autoria de Dom Geraldo Lyrio Rocha – Arcebispo Emérito de Mariana. Em seu texto, Dom Geraldo ressalta que “*Ninguém ama o que não conhece*. Quanto mais se conhece, se ama; e quanto mais se ama, mais se deseja conhecer”. Daí a importância de procurar conhecer a história e a realidade social, econômica, política, cultural e religiosa na qual se situa a Igreja particular de Mariana, como bem ressalta o autor.

O segundo texto, intitulado “Educação, religião e escravatura: apontamentos sobre a posição antiescravista de Dom Viçoso”, de autoria de João Paulo Rodrigues Pereira, apresenta alguns elementos sobre o posicionamento antiescravista de Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo da diocese de Mariana entre os anos de 1844 a 1875.

Em continuidade, encontra-se dois artigos sobre Dom Luciano: um da autoria de Darci Fernandes Leão, intitulado “Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida: Memória, testemunho e reproposta da caridade como centro da vida cristã”. Trata-se de um texto inspirado em sua tese doutoral, na qual o autor procura investigar alguns pontos, experiências e acontecimentos que, possivelmente, mesmo de maneira indireta, poderão ter servido de sinais e impulsos a Dom Luciano no desenvolvimento e no modo como praticou a fé cristã. Dentre estes pontos, o artigo destaca, o aprendizado de Dom Luciano com a sua família, com a Companhia de Jesus e com os pobres.

O artigo seguinte, que também toma em consideração a pessoa de Dom Luciano é de autoria de Edmar José da Silva: “Dom Luciano Mendes: perito em humanidade”. O artigo objetiva colocar em relevo a admirável sensibilidade humana de Dom Luciano, chamada pelo autor de profundo amor e respeito pelo ser humano, ancorados na sua admirável experiência de fé. O autor ressalta três aspectos diferentes do humanismo de Dom

Luciano: mestre do amor (gratuidade), mestre do acolhimento generoso e mestre da misericórdia e do perdão.

No quinto artigo, os autores Fabrício Roberto Costa Oliveira e Reinaldo Azevedo Schiavo apresentam uma reflexão sobre os desdobramentos do Concílio Vaticano II na crise de vocações ao longo da década de 1960. Segundo os autores, naquele contexto não só havia uma crise de novas vocações, mas também de enorme insegurança no clero, configurando assim como um contexto de enorme tensão e angústia pela incerteza quanto ao papel do padre na Igreja e na sociedade e receio pelo arrefecimento de novas vocações.

O sexto artigo, com uma temática de caráter artístico intitulada “A glória de São José pelas mãos de Pietro Gentili”, faz um estudo sobre as pinturas realizadas em 1937 no teto da Capela do Seminário Maior São José da Arquidiocese de Mariana. Trata-se de um trabalho realizado por Fabiano Milione Honório, fruto de sua pesquisa no período na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Arte Sacra.

O penúltimo texto de autoria da professora Cláudia Maria Rocha de Oliveira faz uma análise filosófica dos termos “Memória e Testemunho”. Como se pode ver, a autora ressalta que a memória segue o ritmo de um tempo propriamente humano, atualizando no presente algo que pertence ao passado; e que o testemunho, ao dar voz à memória, nos lança para o futuro e nos coloca diante de novas possibilidades. E assim, através do testemunho torna-se possível estabelecer uma ponte entre memória e história.

Enfim, o oitavo texto é uma entrevista que o artista visual, ensaísta e jornalista Pedro Maciel, fez a Dom Luciano em 1995. A entrevista tem como título “A ética é o princípio de tudo”. O texto nos foi cedido para a publicação pelo próprio autor, assim se expressando: “Não me lembro do dia exato. Consultei a velha pauta, mas não constava o dia. Entrevistei Dom Luciano porque eu o admirava. Este é o motivo. Aliás, eu só entrevistava a quem admirava”.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Edvaldo Antonio de Melo
Cristiane Pieterzack
Adilson Luiz Umbelino Couto
Maurício de Assis Reis
Organizadores do Dossiê Memória e Testemunho

BREVE HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

Dom Geraldo Lyrio Rocha*

Resumo: *Ninguém ama o que não conhece.* Quanto mais se conhece, se ama; e quanto mais se ama, mais se deseja conhecer. Daí a importância de procurar conhecer a história e a realidade social, econômica, política, cultural e religiosa da porção do Rebanho de Cristo confiada aos nossos cuidados de pastores. Neste contexto, situa-se este breve artigo sobre a história da Igreja particular de Mariana. Sem pretensão acadêmica e sem o necessário arcabouço historiográfico, elaborei este texto que me obrigou a ir às fontes de nossa história e aí colher os aspectos que mais me chamaram a atenção. O que aqui apresento certamente não traz novidades ao que outros, com muito maior competência, já apresentaram da bela e longa história desta quase tricentenária Igreja particular.

Palavras-chave: História; Arquidiocese de Mariana; Igreja.

Riassunto: *Non si ama ciò che non si conosce.* Più si conosce, più si ama; e quanto più si ama più si vuole conoscere. Da qui l'importanza di cercare di conoscere la storia e la realtà sociale, economica, politica, culturale e religiosa della porzione di Cristo affidata alla cura dei nostri pastori. Questo è il contesto in cui si trova questo breve articolo sulla storia della chiesa particolare di Mariana. Senza pretese accademiche e senza la necessaria cornice storiografica, ho preparato questo testo che mi ha costretto ad andare alle fonti della nostra storia e raccogliere in esse gli aspetti che più hanno attirato la mia attenzione. Ciò che sto presentando qui certamente non è una novità rispetto a ciò che altri, con una competenza molto maggiore, hanno già presentato dalla bella e lunga storia di questa quasi tricentenaria Chiesa particolare.

Parole chiave: Storia; Arcidiocesi di Mariana; Chiesa.

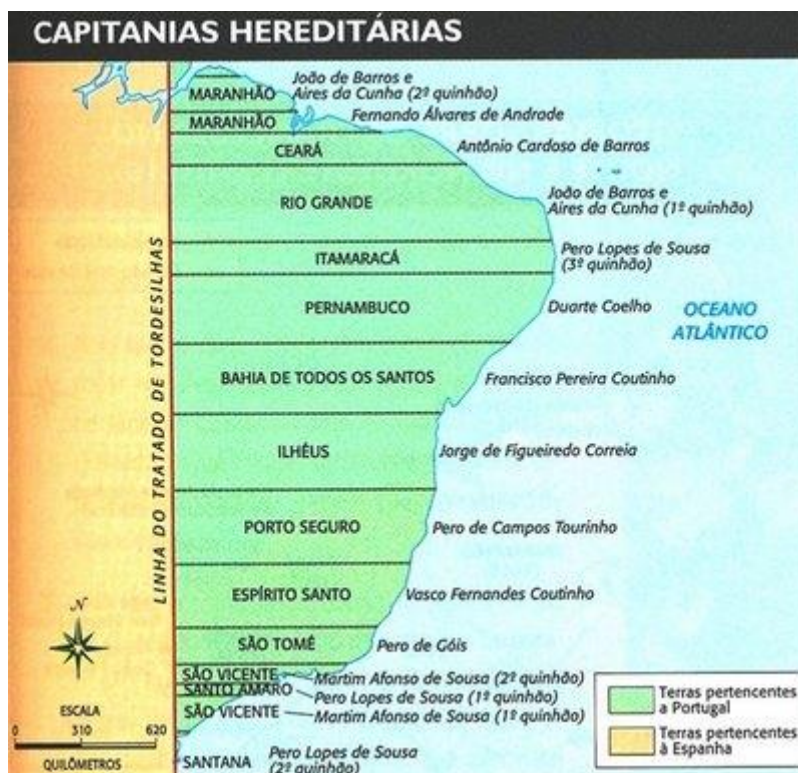
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Embora os portugueses tenham chegado à Terra de Santa Cruz em 1500, a colonização somente teve início em 1530, com Martim Afonso de Souza e com a divisão do território português. Em 1534, D. João III, rei de Portugal, dividiu o território brasileiro em grandes faixas, chamadas Capitâneas Hereditárias (pois passavam de pai para filho), que se constituíram num sistema de administração territorial, e as entregou a particulares, principalmente nobres. Essa iniciativa de D. João III tinha o objetivo de colonizar o Brasil e evitar as invasões estrangeiras. Os que recebiam a concessão de uma capitania chamavam-se donatários e tinham o dever de colonizar, proteger e administrar o território que lhes fora confiado, e o direito de explorar os recursos naturais daquele território. O sistema de Capitâneas Hereditárias, que vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal, fracassou, pois só prosperaram as capitâneas de São Vicente e

* Arcebispo Emérito de Mariana. O presente texto é um registro da conferência de abertura do Simpósio Acadêmico Filosófico-Teológico “A história da Igreja Particular de Mariana: Memória e Testemunho”, promovido pela Faculdade Dom Luciano Mendes em parceria com o Instituto Teológico São José da Arquidiocese de Mariana, no período de 02 a 04 de fevereiro de 2019. A publicação do texto foi autorizada pelo próprio autor.

de Pernambuco. Tal fracasso se deve a muitos fatores, entre os quais, a grande extensão territorial para administrar, a falta de recursos econômicos e a resistência dos índios diante da ocupação portuguesa.

Eram treze as Capitânicas Hereditárias criadas por Dom João III: Capitania do Maranhão; Capitania do Ceará; Capitania do Rio Grande; Capitania de Itamaracá; Capitania de Pernambuco; Capitania da Bahia de Todos os Santos; Capitania de Ilhéus; Capitania de Porto Seguro; Capitania do Espírito Santo; Capitania de São Tomé; Capitania de São Vicente; Capitania de Santo Amaro; Capitania de Santana.



Deve-se aos bandeirantes o desbravamento da região compreendida hoje pelo estado de Minas Gerais. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais. No início do século XVIII, a região tornou-se um importante centro econômico da colônia, com rápido povoamento. Por volta de 1750, a produção de ouro começou a cair, e Portugal criou formas cada vez mais rígidas de arrecadação de impostos. Isso provocou grande revolta contra a Metrópole, o que deu origem à Inconfidência Mineira.

2. MARIANA, SEDE PRIMACIAL DE MINAS

Aos 16 de julho de 1696 chegaram os bandeirantes, vindos de Taubaté – SP, tendo à frente o Coronel Salvador Furtado de Mendonça, e se localizaram às margens de um riacho a que denominaram Ribeirão do Carmo, por ser esse dia dedicado a Nossa Senhora do Carmo. Portanto, aqui nasceu Minas Gerais. A região era habitada por povos indígenas e se localizava na área compreendida pela Capitania do Espírito Santo. Outras partes do estado de Minas localizavam-se nas Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro, São Tomé e São Vicente.

Em 1711 o arraial torna-se a primeira vila de Minas Gerais que, em vista da criação da nova diocese, foi elevada à categoria de cidade, no dia 23 de abril de 1745, pelo rei Dom João V que lhe deu o nome de Mariana, em homenagem à sua esposa a rainha Maria Anna d'Áustria. Cumpria-se, dessa forma, um requisito medieval, pois os bispos não podiam residir em vilas, mas somente em cidades. A planta da nova cidade, localizada em terrenos doados pelo bandeirante Antônio Pereira, foi traçada por José Fernandes Pinto Alpoim.

Mariana é a primeira vila, primeira cidade, primeira capital e primeira diocese de Minas Gerais. Por isso é intitulada Primaz de Minas. “É aqui, incontestavelmente, que se abre o período histórico da Igreja, em Minas; foi à tarde desse luminoso domingo, no momento em que ali, no *Mata Cavalos*, o capelão da comitiva, esse benemérito e, ingratamente, olvidado apóstolo da zona do Carmo – Padre Francisco Gonçalves Lopes – erguia o primeiro definitivo altar da terra mineira, que se há de fixar, na realidade, a era cristã de Minas Gerais” diz o Côn. Raymundo Trindade (1928, p. 15).

3. A CRIAÇÃO DA DIOCESE

A diocese de Mariana, criada em 1745, é a primeira do interior do Brasil. Como a colonização portuguesa se iniciou no litoral, aí se localizaram as primeiras dioceses: Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Luís do Maranhão e Belém do Pará. Foi o Conde de Assumar que, em 1720, propôs a criação de uma diocese em Minas Gerais e outra em São Paulo. Essa proposta vinha ao encontro dos interesses geopolíticos de Portugal, pois,

preparava o terreno para o reconhecimento papal da expansão portuguesa em direção ao Oeste, deslocando assim definitivamente a linha divisória do Tratado de Tordesilhas. O **Tratado de Tordesilhas**, assinado em 1494, foi celebrado entre o Reino de Portugal e o recém formado Reino da Espanha para dividir as terras, fora da Europa, “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas. Em 1750, foi substituído pelo **Tratado de Madrid**, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, para colocar fim às disputas, definindo os limites entre suas colônias na América do Sul.

A criação das novas dioceses somava os interesses do expansionismo português com o projeto eclesiástico de constituir um clero nativo nas colônias ultramarinas (KANTOR, 1996, p. 32). “As dioceses, centro de poder da coroa nas conquistas do império português, revelaram-se fundamentais na tentativa de união de forças a serviço da colonização” (SANTOS, 2010, p. 123).

Os motivos da escolha de Mariana para sede do novo bispado foram apresentados pelo cronista do panegírico intitulado *Áureo Trono Episcopal*, elaborado por ocasião da entrada solene do primeiro bispo de Mariana. Esse precioso documento diz que são três as razões que justificam essa predileção por parte do rei de Portugal: A primeira é de natureza cronológica, pois a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo é a mais antiga povoação da região mineradora e aqui foi erguida a primeira capela. A segunda razão é de ordem política, talvez a mais determinante, pois evoca a sedição de Vila Rica, em 1720, contra o Conde de Assumar, governador da Capitania de Minas Gerais. Os moradores de Ribeirão do Carmo ofereceram apoio ao governador. A fidelidade para com a coroa portuguesa pode ter sido recompensada com o trono episcopal. A terceira razão é de ordem geográfica, pois a vila do Ribeirão do Carmo fica no meio, no coração do território da nova diocese (KANTOR, 1996, p. 45). Para Dom João V, a Vila do Carmo havia se distinguido pela fidelidade a sua coroa. Por isso, prometera gratificá-la. A ocasião que se apresentava foi a criação do bispado. Em 1727, o rei ordenou a paralisação do canteiro de obras da catedral em Vila Rica. Em 1745 o rei anuncia a escolha da Vila do Carmo à revelia dos pareceres contrários e debaixo dos protestos de São João del Rei (SANTOS, 2010, p. 77).

Em 1745, pela bula *Candor lucis aeternae*, o Papa Bento XIV criou a diocese de Mariana, desmembrada do Rio de Janeiro, juntamente com a diocese de São Paulo e as prelações de Goiás e Cuiabá. A criação dessa diocese marca novo momento na geopolítica de

colonização do sertão mineiro. Com sua instalação, modificam-se as relações entre as diversas esferas do poder. Torna-se mais complexo o quadro de forças políticas configurado pela atuação das irmandades, câmaras locais, clero e autoridades (KANTOR, 1996, p. 45).

4. A SÉ DE MARIANA

A igreja matriz dedicada a Nossa Senhora da Conceição foi elevada à categoria de catedral de Nossa Senhora da Assunção. A mudança do título se deve a um voto do rei de Portugal quando, em 1385, o reino português se encontrava ameaçado pelo reino de Castela. A razão era a sucessão ao trono de Portugal, ambicionado pelo rei de Castela que, através das complicadas linhas dinásticas, era um dos pretendentes. Os portugueses, comandados por aquele que seria D. João I, resistiram às pretensões de Castela. O momento decisivo da disputa se deu na manhã de 14 de agosto de 1385, na célebre batalha de Aljubarrota onde os portugueses, com um exército visivelmente inferior, venceram as armas de Castela, na véspera da festa da Assunção de Maria. Os lusitanos tomaram essa vitória como um verdadeiro milagre e o atribuíram a Nossa Senhora da Assunção. Para agradecer à Senhora, os benefícios e a salvação de Portugal nesse momento de tantos perigos, Dom João I determinou que de então em diante, todas as catedrais do Reino fossem consagradas a Nossa Senhora da Assunção (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 105). Ao que tudo indica, D. João V, em 1745, fez cumprir esse voto em Mariana e São Paulo, as duas dioceses irmãs gêmeas, criadas pela mesma bula pontifícia.

O documento papal estabelecia que o bispado de Mariana se limitava com os bispados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a prelazia de Goiás, a arquidiocese de São Salvador da Bahia e o bispado de Pernambuco. A jurisdição do bispado de Mariana não correspondia exatamente à Capitania de Minas Gerais. Seu território foi delimitado pelos rios: Jequitinhonha, ao Norte; São Francisco, a Oeste; Rio Doce, a Leste; Rio Paraíba, ao Sul. Assim, parte do território do Norte de Minas pertencia ao arcebispado da Bahia; a parte que se encontrava além do Rio São Francisco era do bispado de Pernambuco; o Triângulo mineiro estava ligado à prelazia de Goiás, e parte do Sul de Minas ficava no bispado de São Paulo.

Diz-nos Mons. Flávio Carneiro Rodrigues: “O território coberto pela diocese primaz de Minas, que compreendia a região mineira então habitada (*centro e sudeste*), aproximadamente um quinto do Estado, hoje repartido entre sete províncias eclesiásticas, se subdividiu numa radiosa constelação de bispados: Diamantina, Pouso Alegre (parte), Campanha (parte), Belo Horizonte, Caratinga, Juiz de Fora, Luz (parte), Leopoldina, São João del Rei e Itabira-Fabriciano. A sua catedral tornou-se assim a mãe dadivosa de tantas outras catedrais” (RODRIGUES, 2008, p.20).

5. O CABIDO

No dia 27 de novembro de 1748, Dom Frei Manoel da Cruz nomeou os primeiros cônegos. No dia 06 de dezembro, eles se reuniram, pela primeira vez, o palácio episcopal. No dia 07 de dezembro eles tomaram posse de suas cadeiras na Catedral.

Foram muitos os desencontros e atritos entre Dom Frei Manoel e o Cabido. Ficou famoso o confronto entre o Cabido e o Bispo por causa intrincada questão da entronização dos Três Corações de Jesus. Maria e José (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 94). Essa questão merece um aprofundamento maior, pois, ela envolve muitas implicações, sobre as quais parece não haver total coincidência entre os historiadores.

Ao que parece, foram os desencontros com o Cabido que levaram Dom Pontével a transferir a residência episcopal para Vila Rica (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 110). Embora haja importantes publicações sobre o Cabido de Mariana, a meu ver, sua história merece também maior aprofundamento pelos múltiplos aspectos nela envolvidos.

6. O SEMINÁRIO

Muito fecundo foi o pastoreio de Dom Frei Manoel da Cruz. Mas, conforme salientou Diogo de Vasconcelos, “nenhum serviço, porém foi maior do que a fundação do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte” (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 112).

O seminário “foi o primeiro estabelecimento de ensino em Minas, e, se é certo que homens notabilíssimos brilharam no cenário de nossa história, quer no estado eclesiástico, quer no político, todo o esplendor que deles ainda refulge e se derrama em honra do passado foi daquela casa que saiu. O Seminário de Mariana foi, sem contestação, a *alma mater* da vida intelectual da nossa pátria” (VASCONSCELOS, 2014, p. 105).

Com a preciosa colaboração de Mons. Celso Murilo Sousa Reis, Mons. Roberto Natali Starlino e do Côn. Lauro Sérgio Versiani Barbosa, foi possível recuperar, ao menos em parte, a cronologia do Seminário de Mariana: Data de fundação: 20 de dezembro de 1750

O Seminário ficou a cargo dos Jesuítas, desde a fundação até 1758, quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas colônias.

Eventuais interrupções: Na sede vacante após o governo de Dom Frei Manoel da Cruz e até a nomeação de Dom Joaquim Borges de Figueiroa, houve alguns anos de interrupção dos trabalhos do Seminário, parece que, pelo menos, uns quatro anos (1769-1772. No período de Dom Frei Cipriano até a chegada de Dom Frei José da Santíssima Trindade houve uma interrupção (mais ou menos entre 1812 a 1820).

O Seminário foi reaberto em 23 de janeiro de 1821. Em 27 de agosto de 1842, foi fechado em decorrência da Revolução Liberal e transformado em quartel. Foi reaberto por Dom Viçoso, com a nomeação de um reitor em 1844. Com Dom Viçoso, o Seminário Maior (Curso de Teologia) foi transferido para o Caraça em 1854, onde permaneceu 28 anos, retornando para Mariana em 1882, já no episcopado de Dom Benevides.

Em 15 de agosto de 1934, Dom Helvécio Gomes de Oliveira inaugurou o Seminário São José, separando em casas distintas o Seminário Maior e o Seminário Menor.

No dia 8 de setembro de 1966, o Seminário Maior interrompeu seu funcionamento, com a saída dos Padres Lazaristas. O Seminário Menor continuou funcionando um pouco mais de tempo.

Aos 20 de fevereiro de 1967, o Seminário Maior retomou suas atividades, sob a direção dos padres diocesanos e Mons. Geraldo Majela Reis assumiu as funções de Reitor.

Dom Oscar de Oliveira inaugurou o Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção (onde hoje se encontra a Comunidade da Filosofia), aos 15 de agosto de 1980.

Desejoso de que a Universidade Federal de Ouro Preto implantasse cursos em Mariana, Dom Oscar doou terrenos do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, com: escritura firmada aos 15 de dezembro de 1980 e comodatos dos prédios datados de 02 de dezembro de 1982.

Em 1988 foi criado o curso do Propedêutico na Arquidiocese de Mariana, morando os seminaristas no Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção. Em 1996 foi instalado o Propedêutico em Barbacena junto à Paróquia S. José Operário. Em 2001, com a aquisição da casa das Irmãs do Bom Pastor foi instalado definitivamente nessa casa.

A partir do segundo semestre de 1991, depois de ouvir o Clero, Dom Luciano Mendes de Almeida determinou a separação das comunidades da Filosofia e da Teologia.

Dom Luciano adquiriu o antigo Convento das Irmãs do Bom Pastor, em Barbacena e aí instalou o Curso Propedêutico.

A partir do segundo semestre de 1991 até o primeiro semestre de 2002, o Seminário Menor funcionou no antigo noviciado das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, onde atualmente se encontra o Centro Pastoral.

Aos 15 de agosto de 2002, Dom Luciano inaugurou o novo prédio do Seminário Menor junto à Igreja de São Pedro.

Em 2005, o Seminário Menor (Comunidade Vocacional interna) interrompeu suas atividades. Entretanto, no segundo semestre letivo, os alunos remanescentes moraram no antigo Carmelo Santa Teresinha, hoje ligado ao prédio da Teologia e foram acompanhados pelo então reitor da Teologia, Pe. Tarcísio Moreira.

Em fevereiro de 2008, depois de ouvir o Clero, Dom Geraldo Lyrio Rocha reabriu a Comunidade Vocacional interna junto à Basílica de São José, em Barbacena.

Em fevereiro de 2011, a Comunidade Vocacional foi transferida para a Paróquia de São Sebastião, em Barbacena. No início do ano letivo de 2017, a Comunidade Vocacional se transferiu para Mariana, onde se encontra atualmente.

7. OS BISPOS

Novo tempo na história da Igreja em Minas Gerais e no Brasil foi marcado com a criação da diocese de Mariana e a chegada de seu primeiro bispo. Com expressão poética e autenticidade histórica, diz Mons. Flávio: “De Mariana, irradiou-se para todos os horizontes mineiros o facho sagrado do Evangelho que civilizou, educou e engrandeceu a gente mineira. Em Mariana, se ergueram sólidos os umbrais da Religião Católica para os montanhese” (RODRIGUES, 2008, p. 20).

Dom Frei Manoel da Cruz (1748-1764) – Era bispo do Maranhão, da Ordem Cisterciense, Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, homem de comprovadas virtudes e reconhecida experiência, foi nomeado primeiro bispo de Mariana. Com 57 anos de idade, partiu de São Luís no dia 03 de agosto de 1747. A viagem foi longa e penosa, marcada por sofrimentos e enfermidade. Até surgiram boatos de que o Bispo tinha morrido. Um desses se originou de uma correspondência do governador do Rio de Janeiro solicitando ao rei que revogasse a criação da diocese de Mariana. Certamente, por trás das justificativas apresentadas se escondia o interesse pelas riquezas da região mineradora (SANTOS, 2010, p. 104).

Durante sete meses, enquanto aguardava que passasse a estação das chuvas, Dom Frei Manoel se deteve no Piauí. Seguiu depois pelo Rio São Francisco até encontrar o Rio das Velhas. Por alguns dias convalesceu num sítio localizado na freguesia de Itabira do Campo, atual Itabirito. Daí, seguiu para Vila Rica e finalmente chegou a Mariana. Entretanto, Dom Frei Manoel da Cruz já havia tomado posse de sua nova diocese no dia 27 de fevereiro de 1748, por meio de seu procurador Pe. Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, vigário de Sabará, que governou a nova diocese até a chegada do bispo (VASCONCELOS, 2014, p. 82).

A entrada solene do primeiro bispo só se deu no dia 28 de novembro de 1748, em brilhante solenidade, considerada “a maior que já se viu em Mariana, pelo aparato de figuras e carros triunfantes e pelo concurso de gente que das mais longínquas paragens veio a ela assistir” (VASCONCELOS, 2014, p. 83). Nos oito dias que antecederam a cerimônia de entrada do bispo em Mariana, saíram por toda a capitania grupos anunciando as festas. De acordo com o relato do *Áureo trono Episcopal*, o bispo foi conduzido de liteira até a

capela de São Gonçalo, onde era aguardado pelas principais autoridades da capitania e representantes dos bispados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Aí se realizou a paramentação e, a seguir, a solene procissão até a catedral. O bispo montou num cavalo branco, todo coberto com tecido adamascado, guarnecido de galão e franjas de ouro. Abrindo o cortejo, vinham dois guiões de irmandades. A seguir, um *carro triunfante* com inscrições latinas exaltando as virtudes do novo bispo. Nesse carro vinham doze músicos que cantavam homenageando a chegada do bispo à cidade de Mariana. Em sequência, vinham onze figuras montadas em cavalos ricamente ornados. Cada cavaleiro era acompanhado por dois pajens, primorosamente trajados. Logo após entrava a dança de *carijós*, isto é, mestiços, que dançavam ao som de tambores e flautas tocadas por índios. Depois, vinha a *carroça imperial* puxada por sete cavalos. Na carruagem havia um grande dossel de damasco carmesim e nela estava um jovem vestido com capa pontifical e tiara de pedras preciosas, sentado em um trono exuberante. O figurante, que imitava o bispo, levava na mão direita uma cruz de ouro com oito palmos de comprimento e, na mão esquerda, um cálice e duas chaves pendurada em cordões de ouro. Na parte posterior da carruagem elevava-se um escudo com as armas e brasões da família de Dom Frei Manoel da Cruz, juntamente com um chapéu episcopal coberto de borlas de ouro. Precedidos por seu estandarte, vinham os vereadores, presididos pelo juiz de fora. Seguia o clero da diocese de Mariana e os cônegos das catedrais de São Luís do Maranhão e do Rio de Janeiro. No fim da procissão, vinha Dom Frei Manoel da Cruz, sob o pália, guarnecido por uma companhia de infantaria que marchava em duas alas. O cortejo seguiu pela Rua Nova, atravessou a ponte de São Gonçalo, entrou pela Rua Direita e estacionou na praça, onde fora erguido um grande palanque com toldo de damasco carmesim. Nesse local, o bispo foi saudado pelo vereador mais velho. Ao chegar à catedral, foi cantado o *Te Deum* e seguiu-se o ritual previsto. Ao término, as ordenanças deram salvas de tiros e executaram as cortesias militares. Acompanhado pela nobreza e pelo povo, o bispo saiu da catedral e seguiu para o seu palácio. Inicialmente, Dom Frei Manoel se instalou na casa onde residiu o Conde de Assumar (TRINDADE, 1928, p. 140). As festividades estenderam-se pela noite adentro. No dia seguinte, houve novamente Ação de Graças na catedral, com toda a assistência das autoridades civis (KANTOR, 1996, p. 89s).

As festividades que marcaram a entrada solene de Dom Frei Manoel da Cruz e instalação da diocese de Mariana perpetuaram-se em diferentes conjunturas históricas e diversos espaços geográficos, enraizando-se no continente americano e reproduzindo-se em

formas variadas KANTOR, 1996, p. 48). “A entrada triunfal de Dom Frei Manoel da Cruz na diocese de Mariana foi marcada por enorme expectativa e tensão. A instalação de um bispado em uma região disputada pelas suas riquezas minerais recém-descobertas representava múltiplas e tentadoras possibilidades de ascensão social, por meio de cargos e diversos negócios. Houve um impulso na geopolítica da colonização do sertão mineiro” (SANTOS, 2010, p. 288).

Dom Frei Manoel da Cruz, depois de um episcopado marcado por muitas lutas, contrariedades, sofrimentos e enfermidades, faleceu no dia 03 de janeiro de 1764 e foi sepultado na Sé de Mariana, junto ao altar-mor, e hoje seus restos mortais repousam na cripta dessa catedral.

Dom Joaquim Borges de Figueroa (1772-1773). Sete anos depois da morte de Dom Frei Manoel da Cruz, foi nomeado o segundo bispo de Mariana, que tomou posse por procurador. Porém, quando estava de partida para Mariana, foi transferido para o arcebispado da Bahia.

Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (1773-1779), O terceiro bispo, foi transferido de Macau, na China. Tomou posse por meio de procurador e administrou a diocese de Mariana, também por meio de procuradores, durante cinco anos e oito meses. A rainha de Portugal, Dona Maria I, exigiu que ele seguisse para Mariana ou renunciasse à diocese. Ele preferiu renunciar.

Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, (1779-1793). Era dominicano o quarto bispo de Mariana. Durante 16 anos Mariana não contou com a presença do bispo. Dom Pontével era “bom filósofo, orador insigne e valente teólogo, era digno da mitra por estes títulos e muito mais por suas distintas virtudes. Respeitável na presidência da Igreja, foi magnífico nas funções do verdadeiro culto. Foi o pai, não só o amigo da pobreza” (SANTOS, 2010, p. 110). Seu pastoreio foi marcado pela caridade especialmente para com crianças, órfãos, desvalidos e escravos. A Inconfidência Mineira aconteceu em seu governo pastoral. Viveu em Ouro Preto, onde faleceu, e foi sepultado na Sé de Mariana.

Dom Frei Cipriano de São José (1798-1817), franciscano, com cinquenta e dois anos de idade, foi nomeado quinto bispo de Mariana. Homem austero, fazia severas críticas à corte portuguesa. A nobreza que se sentia incomodada conspirou para afastá-lo. Para isso, por intermédio de seu confessor, a Rainha foi convencida a indicar esse frade como bispo

de Mariana (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 227). Tomou posse por procuração. Soube governar com energia, corrigindo muitos abusos implantados anteriormente, mas, manifestava grande mansidão em relação aos pequenos e humildes. Embora austero e grave, era muito afável com as pessoas simples. Ele mesmo ensinava o catecismo às crianças, dava-lhes roupas e repartia pequenos presentes. Pessoalmente ensinava aos mestres de cerimônia e abriu uma escola de canto litúrgico no palácio episcopal. Grande administrador, ornou o palácio com muitas obras de arte e construiu seus famosos jardins.

Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820-1835). Nasceu na cidade do Porto, em Portugal, onde iniciou seus estudos no seminário daquela diocese. Veio para a Bahia, onde continuou seus estudos e, aos 16 anos, no convento de Santo Antônio, vestiu o hábito franciscano. Residia em Salvador quando foi surpreendido com sua nomeação como sexto bispo de Mariana (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 281). Foi ordenado bispo na capela real, no Rio de Janeiro. Muito se dedicou às crianças desvalidas e criou um orfanato para acolhê-las. Reabriu o seminário desativado há nove anos e reformou a catedral. Nessa época, são fundados os colégios do Caraça e de Congonhas. Foi nesse período que se deu a proclamação da Independência do Brasil. O bispo de Mariana foi convocado à Corte para a consagração do novo imperador. Ele era grande amigo de Dom Pedro I e o acolheu no palácio episcopal em 1831, por ocasião de sua visita a Mariana.

Conta-nos Dom Silvério que Pe. Antônio Ferreira Viçoso e seus companheiros, antes de partir para o Caraça, como souberam que se achava no Rio de Janeiro para ser sagrado o novo Bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, não quiseram pôr-se a caminho, antes de receber sua bênção e suas ordens. Ouvindo que iam se estabelecer no Caraça, disse-lhes: Oh se fôsseis pra o meu calvário... Nesse calvário veio depois sentar-se o Padre Viçoso, não como substituto, mas como sucessor (PIMENTA, 1920, p. 25).

Com a morte de Dom Frei José, o regente Pedro de Araújo Lima nomeou por decreto o Padre Diogo Antônio Feijó para o bispado de Mariana. Essa nomeação não prosseguiu, pois, o próprio Padre Feijó, estava convencido de que a Santa Sé não confirmaria sua apresentação. Assim ao assumir a regência do Império, o próprio Padre Feijó não encaminhou a Roma a carta já assinada por Lima e Silva (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 368). Em lugar do Padre Feijó, foi nomeado então o Padre Carlos Pereira Freire de Moura, natural do Serro, que faleceu em São João del Rei, quando se dirigia ao Rio de Janeiro

para sua ordenação episcopal. O imperador Dom Pedro II apresentou então o nome do Padre Antônio Ferreira Viçoso, da Congregação da Missão (PIMENTA, 1920, p. 121).

O Venerável **Dom Antônio Ferreira Viçoso** (1844-1875). Nasceu em Peniche, Portugal, aos 13 de maio de 1787. Chegou ao Brasil com 32 anos. Foi eleito sétimo bispo de Mariana, depois de quase nove anos de sede vacante. Tomou posse por procuração. Foi ordenado bispo no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Empenhou-se heroicamente pelo bem da Igreja e dignidade do clero. Mostrou grande interesse pelo seminário e o entregou à direção dos Padres Lazaristas. Trouxe da França as irmãs Vicentinas que em Mariana assumiram o Colégio Providência, primeiro educandário feminino de Minas Gerais. Dom Viçoso era um grande defensor dos escravos, pobres e oprimidos. “A restauração da disciplina eclesiástica importaria naturalmente a transformação social. Mas o Sr. Bispo, revelando zelo e coragem sobre-humanos, atacou-as a ambas simultaneamente; porque a um tempo cuidou da reforma do clero e desenvolveu ação social maravilhosa” (TRINDADE, 1928, p. 393).

Morreu santamente com 88 anos, aos 07 de julho de 1875. Tramita em Roma o processo de sua beatificação. A Santa Sé já reconheceu suas virtudes praticadas em grau elevado e por isso ele já recebeu o título de Venerável. Dom Viçoso, “viva encarnação da fé, ministro incansável da caridade, mestre da lei divina, foi sem contestação o mais profícuo e bem-sucedido civilizador de Minas” (PIMENTA, 1920, p. 134).

Para suceder a Dom Viçoso, foi nomeado, por decreto imperial, o Cônego João Hygino Bittencourt. Mas, o Cônego apresentou sua recusa (TRINDADE, 1928, p. 465).

Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1877-1896). O oitavo bispo, nascido em Campos dos Goytacazes – RJ, bacharel em Ciências Físicas e Naturais, foi o primeiro brasileiro a ocupar a cátedra episcopal de Mariana, pois, os sete primeiros bispos eram portugueses. Ele havia sido nomeado para Goiás, mas foi removido para Mariana. “Dotado de vasta inteligência e muita ilustração, esse bispo honrou a sucessão de Dom Viçoso, derramando a mãos largas o bem que pode e sem faltar nenhuma linha sequer na pauta da caridade, cheia, como estava de instituições e obras pias” (PIMENTA, 1920, p. 138). Foi ele quem instituiu o retiro anual do clero. “Dom Benevides, um homem de vida puríssima, singelo nos modos, afabilíssimo e humilde” (PIMENTA, 1920, p. 139), era de família nobre, descendente dos fundadores do Rio de Janeiro. Conhecia e amava a música. Empenhou-se seriamente no amparo aos escravos.

“A administração de Dom Benevides foi das mais fecundas que essa diocese tem tido, sobretudo em obras espirituais e na restauração da disciplina eclesiástica” (TRINDADE, 1928, p. 477). Entre seus feitos, destaca-se a volta do Seminário Maior para Mariana, pois, havia cerca de trinta anos que o Seminário Maior funcionava no Colégio do Caraça (TRINDADE, 1928, p. 481). De pouca saúde, afetado por uma doença medular, sofreu por mais de doze anos. Veio a falecer no dia 15 de julho de 1896.

Dom Silvério Gomes Pimenta (1897-1906). O nono bispo diocesano, era filho desta diocese, nascido em Congonhas - MG, ex-aluno do Seminário de Mariana, onde foi recebido por seu padrinho Dom Viçoso, tornou-se ilustre pelo seu saber e santidade. Com a morte de Dom Benevides, de quem fora bispo auxiliar durante seis anos, Dom Silvério tomou posse como bispo diocesano no dia 09 de maio de 1897.

Iniciou os estudos em sua terra natal, com grande dificuldade por causa da situação de extrema pobreza de sua família. Muitas vezes ia para a escola em jejum. Depois de concluir os estudos em Congonhas, não podendo prosseguir em outra localidade, o jovem Silvério conseguiu um emprego como sapateiro. Um dia, ele escreveu a Dom Viçoso, seu padrinho, expondo-lhe a vontade de abraçar o estado clerical e sua impossibilidade de prosseguir nos estudos por causa de sua excessiva pobreza. Recebeu do bispo de Mariana a seguinte carta:

Meu afilhado Silvério Gomes Pimenta. Respondo a sua carta de 20 de agosto findo. Pode vir já para o Seminário. Aqui veremos em que se há de ocupar. O Sr. Padre Lima portador desta vai em um cavalinho até Suaçuí ou Brumado. De lá há de voltar o animal, e no mesmo você pode vir até aqui. Vão inclusos dez mil réis para alguma roupa de maior necessidade. Deus o acompanhe, e aqui o espero quanto antes. Não aperte muito com o cavalo para não afrouxar ou se machucar. Servo e Padrinho, Antônio, Bispo. Mariana, aos 2 de setembro de 1855 (TRINDADE, 1929, vol. III, p. 1280-1281).

Por mais de uma vez, Dom Silvério visitou toda a vastíssima diocese de Mariana. Empenhou-se admiravelmente na formação do clero, dando especial atenção ao seminário. Trouxe novas congregações religiosas para a diocese. Muito batalhou pela imprensa, com livros e jornais. Com muitas iniciativas, lutou para melhorar o patrimônio da arquidiocese, visando sobretudo a manutenção do seminário. Promoveu os Congressos Católicos Mineiros e convocou o Primeiro Sínodo Diocesano, do qual participaram 143 sacerdotes desta diocese. Reorganizou a Cúria, especialmente as sessões do arquivo e contadoria.

Exímio escritor e grande orador, foi membro da Academia Brasileira de Letras. O Papa São Pio X o condecorou com os títulos de Conde Palatino, Prelado Doméstico e Assistente ao Sólido Pontifício. Participou do Concílio Plenário Latino Americano, em Roma (1899) (TRINDADE, 1929, Vol. III, p. 1326). Por ser grande latinista, foi eleito um dos relatores e a ele foi confiada a redação das atas e dos cânones desse Concílio.

8. OS ARCEBISPOS

Dom Silvério Gomes Pimenta (1906-1922) foi constituído primeiro arcebispo de Mariana que fora elevada à categoria de Arquidiocese, pelo decreto *Sempiternum humani generis* da então Congregação Consistorial, datado de 1º de maio de 1906, tendo como sufragâneas as dioceses de Goiás, Diamantina e Pouso Alegre, e a solene imposição do pálio arqui episcopal e a instalação da Província Eclesiástica realizaram-se no dia 06 de agosto de 1907, em cerimônia presidida pelo Cardeal Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, por ocasião do Sínodo dos Bispos das Províncias do Sul do Brasil, realizado em Mariana (TRINDADE, 1929, Vol. III, p. 1174).

Em 1909 falou-se em ser transferida a sede arqui episcopal de Mariana para Belo Horizonte, a nova capital do Estado de Minas Gerais. Dom Silvério se opôs a essa proposta que lhe fizera o Núncio Apostólico. Então, em 11 de fevereiro de 1921, foi criada a Diocese de Belo Horizonte, desmembrada da Arquidiocese de Mariana.

Dom Silvério exerceu o ministério episcopal em Mariana por 32 anos: 06 anos como bispo auxiliar, 10 como bispo diocesano e 16 como arcebispo metropolitano. Faleceu santamente no dia 30 de agosto de 1922.

Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1922-1960). O segundo arcebispo, nasceu em Anchieta – ES. Obteve o bacharelato em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma. Depois de exercer várias funções na Congregação Salesiana, foi nomeado bispo de Corumbá - MS, pelo Papa Bento XV (SANTIAGO et al., 2007, p. 111). Mas ele declinou da nomeação. Foi depois nomeado bispo de São Luís do Maranhão. Em fevereiro de 1922, foi transferido para Mariana, como coadjutor com direito à sucessão de Dom Silvério. Como não lhe foi possível tomar posse com Dom Silvério ainda em vida, foi necessário

que, após a morte de Dom Silvério, sua sucessão fosse novamente formalizada. Sua entrada solene em Mariana se deu no dia 28 de novembro daquele mesmo ano. Recebeu do Papa Pio XI os títulos honoríficos de Conde Romano e Assistente ao Sólido Pontifício.

Por decreto da Congregação Consistorial, em resposta ao pedido de Dom Helvécio, com a anuência do primeiro bispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, foram alterados os limites entre as duas circunscrições: as paróquias de Nova Lima, Rio Acima, Paraopeba, Moeda, Cláudio, a quase paróquia de Ribeirão Vermelho e a capela de Tabocas passaram da arquidiocese de Mariana para a diocese de Belo Horizonte. As paróquias de Entre Rios e São Brás do Suaçuí passaram da diocese de Belo Horizonte para a arquidiocese de Mariana

Dom Helvécio possuía grande tino administrativo. Como à sua chegada a arquidiocese de Mariana contava com cento e sessenta paróquias, Dom Helvécio trabalhou imediatamente para a criação das dioceses de Juiz de Fora e Leopoldina. Construiu o Seminário Maior São José, vários colégios, hospitais e igrejas. Organizou na arquidiocese as foranias eclesiais e estabeleceu a Obra das Vocações Sacerdotais nas paróquias. Estimulou as associações religiosas, a catequese e os retiros espirituais do clero.

Como bom salesiano, empenhou-se decididamente na missão educadora. Criou as seguintes escolas: Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, Colégio Dom Helvécio de Ponte Nova, Escola Angélica de Coronel Fabriciano, Escolas Normais Nossa Senhora do Carmo de Caratinga e de Cataguases, Ginásio São João em São João del Rei e o Ginásio de João Monlevade. Em Anchieta – ES, sua terra natal, fundou a Escola Normal Maria Matos (educandário feminino) e o Instituto Padre Anchieta (educandário masculino).

Seu zelo em relação ao patrimônio histórico e artístico da arquidiocese de Mariana o levou a tomar atitudes enérgicas e inteligentes para coibir o tráfico de obras de arte religiosa. Certamente porque esta Arquidiocese abriga, em sua circunscrição, grande parte do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Dom Helvécio foi um dos mais empenhados na publicação da Carta Pastoral do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Artístico, em 03 de maio de 1926. No dia 15 de maio de 1926, poucos dias após sua aprovação, Dom Helvécio determinou que essa Carta fosse levada ao conhecimento do Clero e dos fiéis da Arquidiocese de Mariana. No início da Carta Pastoral, os Arcebispos Metropolitanos e os Bispos sufragâneos das Províncias Eclesiais de Minas Gerais (na época, apenas três: Mariana, Diamantina e Belo Horizonte) explicitam que a referida

Carta tem por objetivo dirigir um apelo especialmente ao Clero e às Autoridades para que cuidem “com exatidão, desvelo, diligência e carinho do nosso patrimônio artístico em todas as suas modalidades”. Os Bispos de Minas admoestam, advertem e encorajam especialmente o Clero no que se refere à proteção e conservação dos bens culturais eclesiásticos em todas as suas expressões. Recordam as determinações do Concílio Plenário Latino-americano, realizado em 1915, onde os Bispos estabelecem que, sem sua autorização e licença por escrito, é proibido aos Párocos deslocar ou substituir altares artísticos, inutilizar ou modificar paramentos antigos, reformar ou alterar quaisquer imagens, vasos sagrados, alfaias ou objetos preciosos, que tenham notável valor por causa da arte, história ou matéria. O mesmo se diga com relação a construção, reformas ou ampliações de templos. Não faltam sábias orientações para a conservação dos livros de registros e assentamentos paroquiais e a conveniente organização dos arquivos eclesiásticos, bem como a elaboração de inventários ou catálogos das igrejas e irmandades. Como defensores do rico patrimônio mineiro, com firmeza e coragem, os Bispos reprovam o comércio de obras de arte “que tem levado o Estado de Minas Gerais a perder seu patrimônio histórico e artístico”. Em 1926, o Episcopado Mineiro já denunciava que muitos objetos de arte de nossas cidades “tenham ido, com grande satisfação de traficantes, que auferiram talvez lucros fabulosos, decorar suntuosos palácios ou aumentar preciosidades em museus até mesmo fora do nosso Brasil” ou foram parar nas mãos de colecionadores e ornar residências em tantas partes.

Dom Helvécio faleceu, em Coronel Fabriciano, no dia 25 de abril de 1960 e no dia seguinte foi sepultado na catedral de Mariana.

Dom Oscar de Oliveira (1960-1988). O terceiro arcebispo, nasceu em Entre Rios de Minas – MG, na arquidiocese de Mariana. Doutor em Direito Canônico, era professor, escritor e poeta. Foi nomeado bispo auxiliar de Pouso Alegre – MG e sua ordenação episcopal se deu na catedral de Mariana. No ano seguinte, foi nomeado bispo coadjutor e administrador “sede plena” da diocese de Pouso Alegre. Em 1959, foi transferido para Mariana como arcebispo coadjutor e administrador apostólico “sede plena”. Com a morte de Dom Helvécio, Dom Oscar se torna arcebispo metropolitano de Mariana.

Dom Oscar criou cerca de trinta paróquias; edificou escolas, hospitais, o prédio do Seminário Menor, onde atualmente se localiza a Comunidade da Filosofia e funciona a Faculdade Arquidiocesana de Mariana (FAM); construiu a cripta da catedral; mandou

restaurar o belo órgão da Sé e abriu quatro novos museus (de arte sacra, da música, do mobiliário e do livro); fundou a Rádio Emissora de Congonhas e o jornal “O Arquidiocesano”. Construiu a nova sede da Cúria Metropolitana e a atual Residência Episcopal; organizou pessoalmente o Arquivo Eclesiástico de Mariana; instituiu a Fundação Marianense de Educação - FME e a Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese – FUNDARQ; dotou a arquidiocese de uma sólida estrutura econômica e administrativa dinamizando o patrimônio improdutivo da arquidiocese e tornando-o rentável.

No campo da educação, importantes obras contaram com seu empenho. Entre elas destacam-se: Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, em Mariana; Ginásio Nossa Senhora das Brotas, em Entre Rios de Minas; Ginásio Estadual Dom Silvério, em Mariana e a Faculdade de Filosofia de Mariana da Universidade Católica de Minas Gerais. Teve importante atuação na implantação, em Mariana, de cursos da Universidade Federal de Ouro Preto, que deram origem ao atual Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Mariana (ICHS).

Marcante foi sua atuação em favor dos desamparados, doando terras da arquidiocese para a construção de mais de 130 casas populares na cidade de Mariana. Com seu apoio foi fundado em Mariana o Hospital Monsenhor Horta.

Foi pastor amigo e zeloso. Especial atenção dedicou ao clero e ao seminário. Realizou sete visitas pastorais a cada paróquia. Celebrou o rito solene da dedicação da catedral no dia 15 de julho de 1963. A seu pedido, o Papa Paulo VI, pelo Breve Pontifício *Erga almam Deiparam*, elevou a Catedral de Mariana à categoria de Basílica Menor.

Dom Oscar participou do Concílio Ecumênico Vaticano II. Tornou-se arcebispo emérito em 1988. Faleceu em sua terra natal, aos 23 de fevereiro de 1997 e foi sepultado na cripta da Sé de Mariana.

O Servo de Deus **Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida** (1988-2006). O quarto arcebispo de Mariana nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1930. Jesuíta, foi ordenado bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo, em 02 de maio de 1976. Em 28 de maio de 1988, tomou posse como quarto arcebispo de Mariana.

Foi Secretário Geral da CNBB por dois mandatos consecutivos e depois seu presidente em também em dois mandatos sucessivos; membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz; 1º Vice-presidente do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM.

Doutor em Filosofia, era possuidor de brilhante inteligência, prodigiosa memória e extraordinárias virtudes, entre as quais brilham sua caridade, atenção a todos e amor aos pobres. Entre suas muitas iniciativas pastorais destacam-se a reestruturação dos serviços de atendimento pastoral e social; recuperação do acervo histórico, artístico e cultural; maior investimento nos Meios de Comunicação Social; formação e participação dos leigos na vida da Igreja; multiplicação dos serviços e casas de atendimento aos idosos, crianças, jovens, homens do campo, dependentes químicos, pessoas carentes e portadoras de deficiência; criação das cinco regiões pastorais; organização do Centro Pastoral Arquidiocesano e dos Centros Pastorais Regionais; realização anual de assembleias pastorais; encontro anual dos presbíteros e diáconos; organização e nova configuração dos conselhos; organização das pastorais; planos arquidiocesanos de evangelização.

Muito se empenhou na formação sacerdotal: reestruturou as casas de formação; investiu na qualificação dos formadores do seminário; construiu novas dependências para abrigar o Ensino Médio e o Curso Propedêutico; criou a Faculdade Arquidiocesana de Mariana – FAM e introduziu o Diaconato Permanente na Arquidiocese de Mariana.

Dom Luciano participou de muitos Sínodos dos Bispos e teve atuação destacada na CNBB e nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e Caribe, em Puebla (México) e em Santo Domingo (República Dominicana).

Com a saúde muito abalada, faleceu em São Paulo no dia 27 de agosto de 2006, e no dia 29 foi sepultado na catedral de Mariana. Seu processo de Beatificação e Canonização foi iniciado no dia 27 de agosto de 2014, quando, para esse fim, foi instalado o Tribunal Eclesiástico.

Dom Geraldo Lyrio Rocha (2007 - 2018). O quinto arcebispo de Mariana nasceu em Fundão - ES, aos 14 de março de 1942. No dia 14 de março de 1984 foi eleito bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo e sua ordenação episcopal se realizou no dia 31 de maio do mesmo ano. Em 15 de julho de 1990, tomou posse como primeiro bispo da diocese de Colatina - ES e em 17 de março de 2002, assumiu a arquidiocese de Vitória da Conquista - BA, como seu primeiro arcebispo. No dia 23 de

junho de 2007, tomou posse como arcebispo de Mariana, em solenidade presidida pelo Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri.

Como bispo, desempenhou as seguintes funções: No Regional Leste 2 da CNBB, foi responsável pelo Setor Clero, Vocações e Ministérios e pela Liturgia; Vice-Presidente do mesmo Regional; Presidente do Regional Nordeste 3. Na CNBB foi Responsável pela Liturgia, em dois mandatos consecutivos; Membro do Conselho Econômico; Membro do Conselho Permanente; Presidente da CNBB; delegado à Conferência de Santo Domingo e delegado da CNBB junto ao CELAM. Eleito pela CNBB e confirmado pelo Papa, participou dos Sínodos para a América (1997), sobre a Eucaristia (2005), sobre a Palavra de Deus (2008), sobre a Nova Evangelização (2012) e sobre a Família (2015). No CELAM, foi membro do Departamento de Liturgia, em dois mandatos; Presidente do mesmo Departamento, 2º Vice-Presidente do Conselho Episcopal Latino-americano e membro *ex officio* da Conferência de Aparecida. Na Santa Sé, foi delegado da CNBB junto à Comissão Pontifícia para os Congressos Eucarísticos Internacionais e Membro da Pontifícia Comissão para a América Latina – CAL.

Dom Airton José dos Santos (2018 -), Nasceu em Bom Repouso, no Sul de Minas, aos 25 de junho de 1956. Em 1964, com sua família, passou a residir em São Bernardo do Campo - SP. Em 1967, mudou-se para Santo André - SP. Em 1979, ingressou no Seminário daquela Diocese.

De 1979 a 1981, fez os estudos de Filosofia nas Faculdades Associadas do Ipiranga, em São Paulo, obtendo o título de Bacharel em Filosofia e 1982, obteve a Licenciatura Plena e ingressou no curso de Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, também no Ipiranga, em São Paulo.

Foi ordenado diácono no dia 31 de agosto de 1985 e presbítero aos 8 de dezembro do mesmo ano. Em março de 1986, iniciou seu ministério sacerdotal como Vigário Paroquial da Paróquia da Imaculada Conceição na cidade de Diadema - SP. Em 1987 foi nomeado para o cargo de Diretor e Formador na Casa Formação dos Seminaristas da Filosofia do Seminário Diocesano de Santo André, permanecendo neste encargo até o final do ano de 1997.

De 1986 a 1997, também exerceu outros serviços na Diocese: Vigário Regional da Região Pastoral de Diadema; Coordenador da Pastoral Vocacional Diocesana;

Administrador Paroquial da Paróquia da Imaculada Conceição, em Diadema; Coordenador da Pastoral Familiar; membro do Conselho Presbiteral e do Colégio dos Consultores.

Em 1998, foi destinado para estudos de Especialização em Roma, residindo no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, no período de agosto de 1998 a junho de 2000, conseguindo o título de Mestre em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma.

No mês de outubro de 2000, foi nomeado para ocupar o encargo de Chanceler do Bispado de Santo André e, em setembro do mesmo ano, para o encargo de Ecônomo da mesma Diocese. No dia 18 de março de 2001, foi nomeado Pároco da Catedral de Santo André.

No dia 19 de dezembro de 2001 foi nomeado pelo Papa João Paulo II, Bispo Titular de *Phelbes* e Auxiliar para a Diocese de Santo André. Foi ordenado Bispo, no dia 2 de março de 2002, por Dom Décio Pereira. Aos 4 de agosto de 2004, foi nomeado bispo diocesano de Mogi das Cruzes - SP, tomando posse no dia 26 de setembro do mesmo ano.

No dia 15 de fevereiro de 2012 o Papa Bento XVI o elevou à dignidade arquiépiscopal, sendo nomeado arcebispo da Arquidiocese de Campinas - SP, tomando posse em 15 de abril do mesmo ano.

No dia 10 de junho de 2015, foi eleito presidente do Regional Sul 1 da CNBB, para o quadriênio 2015-2019.

Em 25 de abril de 2018 foi nomeado arcebispo de Mariana, tendo tomado posse no dia 23 de junho do mesmo ano.

9. OS BISPOS AUXILIARES

Dom Silvério Gomes Pimenta foi bispo auxiliar de Dom Benevides, de 1890 a 1896. Por razão de enfermidade, Dom Benevides confiou-lhe o governo da diocese.

Dom Modesto Augusto Vieira foi bispo auxiliar de Dom Silvério, entre os anos 1914-1916.

Dom Daniel Tavares Baeta Neves, foi bispo auxiliar de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, de 1947 a 1958.

CONCLUSÃO

É extraordinariamente rica a história da Arquidiocese de Mariana. Imenso é seu patrimônio histórico, cultural e artístico. Mas, o mais precioso é seu patrimônio religioso e de fé constituído ao longo de quase três séculos. A *implantatio ecclesiae* aqui se fez de maneira sólida, profunda e consistente. Sem dúvida, muitos são aqueles que ajudaram a escrever a bela história desta Arquidiocese. É incontável o número daqueles que se doaram, mesmo no anonimato, a esta venerável Igreja particular: presbíteros, diáconos, religiosos (as) leigos e leigas.

Sem dúvida, os bispos têm papel relevante e decisivo na configuração do perfil de cada Igreja particular, por força de seu próprio ministério. Aliás, na sucessão ininterrupta, na comunhão com o Sucessor de Pedro, eles garantem a apostolicidade da Igreja particular. As referências aos bispos não significam que se pretenda reduzir a eles a rica história da Igreja e a menção especial a cada um deles não é menosprezo pelos demais membros do povo de Deus que honram esta porção querida do Rebanho de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

KANTOR, Iris. *Pacto Festivo em Minas Colonial*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

PIMENTA, Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso: Bispo de Mariana e conde da Conceição*. Mariana: Tipografia Arquiepiscopal, 1920.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Guia Geral da Arquidiocese de Mariana*. Mariana: Dom Viçoso, 2008.

SANTOS, Patrícia Ferreira. *Poder e Palavra*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010.

TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: Subsídios para a sua história*. 1. ed. Mariana: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928-1929. V. 1, 2, 3.

VASCONCELOS, Diogo. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

AA.VV. *Igreja de Mariana: 261anos de história, 100 anos como Arquidiocese 1906-2006*. Mariana: Dom Viçoso, 2007.

EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E ESCRAVATURA: APONTAMENTOS SOBRE A POSIÇÃO ANTIESCRAVISTA DE DOM VIÇOSO

João Paulo Rodrigues Pereira*

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar alguns apontamentos sobre o posicionamento antiescravista de Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo da diocese de Mariana entre os anos de 1844 a 1875. Tal proposta nos mostrará que esse bispo tinha um ideal antiescravista, que começa a ser explicitado 4 anos antes de ele se tornar bispo, quando em 1840 escreve um opúsculo intitulado *Escravidão ofendida e defendida*, em que se posiciona contra a postura escravista do padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro, um dos fundadores do Colégio do Caraça. O texto também mostrará que a atitude antiescravista de Dom Viçoso tinha, na maioria das vezes, um fundamento educacional, pois havia uma preocupação de alertar quanto aos erros, crimes e pecados cometidos pela prática da escravidão. Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, será apresentado o posicionamento antiescravista do padre Viçoso, a partir de comentários ao texto de 1840. Na segunda parte será desenvolvido, a partir de alguns fragmentos de texto do próprio autor, o ideal antiescravista de Dom Viçoso em seu episcopado na Diocese de Mariana.

Palavras-chaves: Dom Viçoso; Escravidão; Educação; Religião.

Abstract: The present text aims to present a few notes about the positioning antislavery of Dom Antonio Ferreira Viçoso, bishop of Mariana's diocese between the years of 1844 to 1875. Such purpose will show us that this bishop had an antislavery ideal that begins to be explained four years before he had become bishop. Then in 1840 he writes a opuscle entitled *Slavery Ofended and Defended*, in wich put himself against the posture of the priest Leandro Rabelo Peixoto e Castro, one of the founders of the Caraça's School. The text also will show the attitude antislavery of Dom Viçoso showned in the majority of time, an educational foundation, because he had an concern to alert about the mistakes, crimes and sins committed because of the slavery practice. This work is divided in two parts. In the first one will be showned the slavery's positioning of Dom Viçoso, starting from the comments in the text around 1840. In the second part will be developed starting from a few fragments of the owm author's text. The antislavery ideal of Dom Viçoso in his episcopate in Mariana's diocese.

Keywords: Dom Viçoso; slavery; education; religion.

1. INTRODUÇÃO

O século XIX marca a história do Brasil de forma ímpar. Segundo Ítalo Domingos Santirocchi e Manoel de Jesus Barros Martins, trata-se de “um período em que o velho insiste em permanecer e o novo pressiona para tomar em suas mãos as rédeas do tempo”. Este conflito, entre o velho e o novo culmina em grandes mudanças na estrutura da sociedade brasileira, pois “enquanto o Antigo Regime ainda se faz sentir nos trópicos, o constitucionalismo, o capitalismo, o “progresso”, os “valores liberais” se insinuam e vão modificando as estruturas” (2017, p. 197).

* Bacharel em filosofia pela Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM), Mestre em filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), doutorando em educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), professor de Filosofia da Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM).

Nessa esteira, temos a figura de Dom Antônio Ferreira Viçoso¹, bispo da diocese de Mariana entre os anos 1844 a 1875. Considerado conservador, por causa do ideal ultramontano², Dom Viçoso se posicionou diante de vários temas de forma inovadora, inclusive diante da escravidão, tema deste texto. Mesmo não sendo um revolucionário abolicionista, “podemos perceber em sua ação pastoral avanços significativos, que muito ajudaram a acabar com este cancro social e moral nacional que era a escravidão legal em nosso país” (MELO, 2005, p. 54).

A partir desse pressuposto, o presente texto tem como objetivo tratar a questão da escravidão em Dom Viçoso. Mais especificamente, o que se pretende é fazer alguns apontamentos sobre a forma como Dom Viçoso se posicionou em relação ao problema social da escravatura no século XIX. Tal proposta mostrará que as principais motivações para o posicionamento antiescravista de Dom Viçoso eram as esferas educacional e moral.

¹ Antônio Ferreira Viçoso “nasceu em Peniche, Portugal, em 1787. Foi ordenado sacerdote em 1818 e em 1819 foi enviado ao Brasil, juntamente com o Padre Leandro Rebello de Peixoto e Castro, para catequizar índios no Mato Grosso. Chegando ao Brasil, por ordem de Dom João VI, os dois sacerdotes foram direcionados à Serra do Caraça em Minas Gerais, onde, em 1821, fundaram um colégio. Em 1822, Padre Viçoso foi transferido para o seminário de órfãos de Jacuecanga no Rio de Janeiro, lugar em que ficou por 15 anos, retornado ao Caraça em 1837. Em 1839 foi eleito superior geral dos Lazaristas no Brasil. Assumiu a diocese de Mariana, como bispo, em 1844, onde permaneceu até 1875 – ano de sua morte. Essa trajetória, de mais de 50 anos de vida no Brasil, marca de forma profunda a história particular da igreja de Mariana e a história de Minas e do Brasil” (PEREIRA, 2019, p. 98).

² No ambiente religioso católico do século XIX, o ultramontanismo seria o movimento unificador do antigo com o novo, pois “assentando-se na antiga tradição da Igreja e da Cristandade, os ultramontanos defenderam uma nova relação com o Estado imperial, pautada em maior autonomia perante o poder civil e maior aproximação com a cúria e o papado” (SANTIROCCHI; MARTINS, 2017, p. 197). Segundo Santirocchi, dois bispos foram fundamentais no processo de desenvolvimento do ultramontanismo no Brasil durante o Segundo Reinado; são eles: “D. Antônio Ferreira Viçoso e D. Antônio Joaquim de Mello. Todos os bispos ultramontanos posteriores seguiram de forma geral o modelo que eles implantaram, ainda que com as devidas adaptações às respectivas dioceses e personalidades. Esse modelo pode ser resumido em alguns pontos principais: 1.º Resgate da autoridade pontifícia e episcopal; 2.º Defesa da autonomia da Igreja em relação ao Estado e combate ao regalismo; 3.º Reforma do clero por meio: a) do combate ao concubinato clerical; b) da educação em seminários sob a direção de ordens religiosas reformadas; b) da maior rigidez nas ordenações sacerdotais; c) do envio de sacerdotes e seminaristas para se formarem na Europa; d) da uniformização do ministério episcopal e clerical; e) da correção e moralização do clero; f) do combate ou desincentivo à participação dos párocos na política partidária, cargos eletivos ou administrativos civis; 4.º Grande escrúpulo e rigidez na escolha dos beneficiários a serem indicados para nomeação imperial; 5.º Instituição de ordens religiosas reformadas, masculinas e femininas; 5.º Reformar e educar os fiéis por meio: a) da reforma do clero; b) do fortalecimento hierárquico; c) da limitação da participação dos leigos na administração da Igreja; d) da popularização da catequese tridentina; e) do incentivo à participação nos sacramentos; f) da intervenção administrativa nos centros de romaria e irmandades tradicionais; g) da importação de devoções e movimentos religiosos da Europa” (2015, p. 13).

2. PADRE VIÇOSO E A ESCRAVATURA

Em 1840, quando ainda era padre e superior geral dos Padres Lazaristas do Brasil, Antônio Ferreira Viçoso escreve um opúsculo intitulado *Escravidão ofendida e defendida*, em que se posiciona contra a escravidão. Tal opúsculo tinha por escopo responder a um outro texto intitulado *Escravidão*, de possível autoria do padre Leandro Rebello Peixoto e Castro³, Lazarista, diretor do Colégio do Caraça em Minas Gerais e companheiro português de Dom Viçoso – os dois padres vieram juntos de Portugal para o Brasil em 1819. Não foi possível ter contato direto com o texto *Escravidão*, porém Belchior José da Silva Neto, em sua obra *Dom Viçoso: Apostolo de Minas*, nos revela algumas características daquele texto, como se pode notar na citação a seguir:

Temos duas copias manuscritas deste documento. A primeira; que traz sinais de ser a mais antiga, consta de 65 páginas manuscritas. É um diálogo entre dois amigos, de nome Luiz e Teodoro. Luiz tenta defender os escravos, Teodoro, porém, o convence, com abundante erudição, de que a escravidão é, não só legítima, mas até um bem social. [...] A segunda cópia é escrita pelo próprio D. Viçoso. O Sr. Bispo transcreve este livreto e ajunta-lhe uma sólida resposta, dando ao conjunto o título: “Escravidão ofendida e defendida, 1840”. A tese que defende a legitimidade da escravidão consta do mesmo diálogo anterior entre dois supostos amigos Luiz e Theodoro. Na Caligrafia de D. Viçoso vem com apenas 16 páginas. Há pequenas variantes entre o texto anterior e este copiado por D. Viçoso que parece o ter resumido um pouco (1956, p. 142-143).

Assim, o texto de possível autoria do padre Leandro Rebello Peixoto e Castro, escrito em forma de diálogo, apresentando como interlocutores Luiz e Teodoro, que discutem a legitimidade da escravidão. Esta é defendida com muita erudição, conforme o comentário de Belchior, na figura do personagem Teodoro, que procura mostrá-la também como sendo um bem social. A justificativa desta defesa se faz, segundo Silvério Gomes Pimenta em seu livro *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, porque o padre Leandro queria tranquilizar as consciências das pessoas que possuíam escravos ilegais, já que, depois da lei de 1831 que proibia o tráfico de escravos africanos para o Brasil, possuir tais escravos era um crime e, conseqüentemente, um pecado mortal. Segundo as palavras de Pimenta:

Advogando o Padre Leandro a causa dos senhores, e o Padre Antonio a dos escravos. Para defender sua opinião escreveu aquelle um opúsculo em forma

³ Sobre o autor do texto *Escravidão* “não sabemos ao certo qual tenha sido o autor dessa tese. Percebe-se, contudo, facilmente, que foi redigida por um eclesiástico, conhecedor da Teologia, das leis canônicas e civis. Dom Silveiro, na ‘Vida De Dom Viçoso Antônio Ferreira Viçoso’, afirma que o autor deste livreto é o Pe. Leandro Rebello Peixoto e Castro, Lazarista do Caraça, companheiro e íntimo amigo de D. Viçoso” (NETO, 1956, p. 142-143).

de dialogo, estribando-a e amparando com tão boas razões, que parece deixar a questão completamente resolvida, e as consciências de todo tranqüillizadas. Ahi discute em these a questão da escravidão, e demonstra firmando nos princípios de direito natural, como, posta certas condições, a escravidão é cousa que não repugna, nem encontra a justiça. Descendo depois ao particular da Africa, prova como lá se davão as condições exigidas para licitamente se escravizar um homem; e como a pesar da lei recentemente promulgada, era permitido trazer para o Brasil escravos africanos, argumentando que, attentas as circunstancias, a cessação do tráfico era o mesmo que a subversão completa do paiz (1920, p. 48-49).

Desse modo, o padre Leandro Rebello argumentou que a escravidão era um direito natural e que, além de não ferir a justiça, as condições de se escravizar um homem na África eram licitas. E isto era suficiente para questionar o valor da lei de 1831 que proibia tais práticas, e, conseqüentemente, tranquilizar as consciências dos que praticavam a escravatura naqueles termos.

Furtado de Menezes, em sua obra *Clero Mineiro*, apresenta praticamente as mesmas justificativas que Dom Silvério apresentou para a posição escravista do padre Leandro, acrescentando, contudo, que a extinção do tráfico seria um problema para a lavoura do país, por causa de sua dependência da mão de obra escrava, e que o objetivo do padre Leandro com o texto era tranquilizar as consciências dos católicos que tinham escravos, conforme se lê:

Muitos catholicos começaram a ter escrúpulos de comprar ou vender taes escravos clandestinos. O padre Leandro, no intuito de socegar a consciência dos catholicos, publicou um folheto discutindo em these a questão da escravidão, e demosntrando, baseado nos princípios de direito natural, que, em certas condições a escravidão é cousa que não repugna à justiça. Indo ao caso particular em apreço, mostrava que taes condições realizavam-se aqui, pelo que podia-se licitamente escravizar os africanos. Nestas condições, concluía que apezar da recente lei brasileira podiam-se trazer escravos africanos para o Brasil, tanto mais que a cessação do trafico de negros seria uma completa derrocada para a lavoura do paiz (1933, p. 210).

Parece que essa justificativa não foi suficientemente persuasiva, pois padre Viçoso não a aceitou, uma vez que considerou a posição escravista de padre Leandro como demasiado benigna. Além disso, segundo Pimenta, ele temeu que resultassem dela muitos danos as almas, e julgou-se obrigado a confrontá-la, já que “a authoridade do defensor lhe assegurava muitos seguidores, e rápida propagação” (1920, p. 48-49). E, por isso, escreveu outro opúsculo intitulado *Escravatura Ofendida e Defendida*, onde tenta refutar os argumentos do Padre Leandro.

Esse opúsculo tem, além de uma argumentação teológica, um respaldo legal da Igreja e do Estado, pois seu autor recorre a Carta Apostólica *In Eterno* do Papa Gregório XVI, que proibia o tráfico de africanos para a escravidão, e a lei do Estado de 7 de novembro de 1831 que proíbe a importação de escravos. Aqui é interessante destacar que a base da argumentação do padre Viçoso, segundo Melo, “não é antropológica, ética ou teológica, mas legal. Além da Carta Apostólica *In Eterno*, argumenta a partir da lei de 07 de novembro de 1831. Considera o tráfico e a escravidão dos negros como ilegal, porque estes em seu país não eram escravos, mas foram raptados” (2005, p. 54).

Também não foi possível ter contato direto com o texto do padre Viçoso. No entanto, Pimenta e Neto explicitam a estrutura do texto de Dom Viçoso. O texto *Escravidura ofendida e defendida*, datado de 29 de dezembro de 1840, contém 15 capítulos divididos em duas partes. Neto faz o seguinte comentário:

um trabalho magistral, da autoria do santo Bispo de Mariana, que possuímos em manuscrito de sua própria lavra. Consta de um prefácio, de 15 capítulos e do respectivo índice. 48 páginas. Traz a data de 29 de dezembro de 1840. [...] Nos capítulos 1 a 7, são estudados os sentimentos dos filósofos, juristas e teólogos sobre a escravidão. Nos capítulos 7 e 8, explicam-se as leis do Brasil contrárias à escravidura e suas razões. O capítulo 9 comenta a Bula do Papa Gregório XVI que condena o tráfico de escravos. Nos capítulos 10, 11, 12 e 13, com admirável argúcia, desfazem-se os argumentos do adversário. O capítulo 14 mostra qual deve ser o procedimento de quem até então tinha tomado parte no comércio de escravos. E finalmente o capítulo 15 contém uma bellissima exortação ao adversário sob o título: “Uma palavra amigável ao Autor do Diálogo (1956, p. 143-144).

Já Pimenta, além de comentar a estrutura do texto, desenvolve alguns de seus elementos, o que permite perceber como o padre Viçoso argumentou sua posição, conforme se pode observar abaixo:

Consta de duas partes enchendo ao todo umas 60 páginas manuscritas. Na primeira parte assenta os princípios geraes, que como alicerces sustentão edificio de sua demonstração, isto é, que dado não seja a escravidão encontrada com a lei natural, o que muitos theologos de grande peso não admitem, para ser justa requer certas condições, as quaes falhão no caso presente. Prova com o testemunho de viajantes notaveis o modo bárbaro e deshumano de se escravizarem os homens na Africa, e revela horrores bastantes a fazerem arrepiar as carnes. A injustiça que traz de sua origem confirma-se pelas disposições das leis praticas; cujo vigor prova com uma multidão de decretos, avisos e resposta do Governo contra a asserção do adversario, o qual pretendia que as leis Brasileiras neste particular tinhão caducada pelo procedimento do Governo em tolerar sua não observância. Passa depois a mostrar a hediondez e graveza dos males importados e sustentados pela escravuturra no Brasil; e o faz concisamente, mas com mão de mestre, encerrando a 1ª Parte com a encyclica de Gregorio XVI de 3 de Dezembro de 1839. A 2ª. é consagrada a responder aos argumentos de seu antagonista, os quaes ataca e desfaz um por

um ao parecer, tão vantajosamente, que deixa o leitor convencido e satisfeito (1920, p. 49).

Deste modo, a primeira parte trata dos princípios gerais que vão alicerçar o edifício da argumentação da posição antiescravista, já que nela padre Viçoso mostra que, pelo fato de a escravidão não ser encontrada na lei natural, ela precisaria, para ser considerada justa, de certas condições que não são encontradas no processo de escravidão, pois o modo como os negros são escravizados na África são bárbaros e desumanos, ou seja, injustos. Esta injustiça é argumentada com testemunhos de viajantes e confirmada pelas leis e decretos do governo. Na segunda parte, padre Viçoso se preocupa em desfazer, um por um, os argumentos do padre Leandro. E isto recorrendo a argumentos teológicos, filosóficos ou mesmo a própria lei. Por exemplo, no capítulo 14, padre Viçoso recorre, em seu argumento, a dois teólogos, Collet e Cunilliate, ao responder à pergunta sobre como deveria ser o procedimento daqueles que compraram ou venderam os escravos africanos ilegalmente:

Que deverá fazer todo aquele que tem comprado e vendido os africanos em questão? Resposta. Eu creio que nenhum deles o tem comprado com sossego de consciência, mas sempre receosos ou duvidosos do ilícito de tais negócios [...]. Nesta suposição, lhe responderei com Collet, que peca mortalmente comprando aquilo que duvidava ser furtado, porquanto se expôs ao perigo de possuir ao alheio, contra a racional vontade de seu dono, mas se depois de serias considerações diante de Deus, se acha mais provável ser coisa furtada, toda ela se deve restituir a seu dono. [...] Responderei com Cunilliate que todo aquele que se apodera de uma coisa com duvida de ser furtada sendo coisa notável peca mortalmente adquirindo-a e está obrigado a restituí-la ao dono quando aparecer sem algum ônus da parte dele (VIÇOSO apud Processo de Beatificação, 2001, p. 430).

Os dois teólogos citados acima são usados por Padre Viçoso para condenar a escravidão pela via moral, já que, nestes termos, o escravo era tido como uma mercadoria roubada e, por isso, pecaria mortalmente quem os comprasse. É essa perspectiva moral que justifica sua preocupação educacional no que tange ao problema da escravidão, pois a escravidão poderia levar à perdição das almas dos fiéis, isto por ser considerada por padre Viçoso como um pecado, pelo fato de ter se tornado ilegal.

Após tratar brevemente da posição do Padre Viçoso sobre a escravidão, passaremos agora a analisar como tal posição antiescravista se desenvolveu em seu episcopado. Mostraremos que, por inúmeras vezes, e em situações diversas, Dom Viçoso se

posicionou contra a escravidão, e que, por causa destes posicionamentos, somos levados a crer que ele tinha um ideal antiescravista⁴.

3. DOM VIÇOSO E A ESCRAVATURA

Como destacado acima, em vários momentos da vida de Dom Viçoso existem posicionamentos contrários à escravidão. Contudo, isso não faz dele um revolucionário abolicionista. Melo, argumenta que Dom Viçoso foi

um homem da igreja, que tinha em suas mãos a Carta Apostólica *In Suprema* de Gregório XVI, que proibiu a escravidão dos indígenas e o tráfico de africanos para serem escravizados. Foi também, dentro do regime de padroado, um homem do sistema, que soube acompanhar as mudanças da legislação nacional sobre esse tema, fazendo-se grande respeitador da novidade legislativa e divulgador desta entre os padres e o povo” (2005, 53-54).

Dom Viçoso usava, em sua posição antiescravista, a Carta Apostólica *In Suprema* do Papa Gregório XVI. Também acompanhava as mudanças da legislação nacional, que o permitiu ser amparado pela lei quando se posicionou contrário a escravidão. E isto é um fato importante, pois a abolição da escravatura no Brasil ocorreu lentamente. Ainda segundo Melo:

Depois dos acordos celebrados entre Portugal e Inglaterra, de 1810, pelos quais Dom João VI se comprometia a diminuir gradativamente a entrada de escravos negros no país e o de 1817, quando o Imperador de Portugal permitiu à Armada Inglesa de perseguir navios em alto mar, temos também novas leis após a independência, que gradualmente favoreceram a abolição da Escravatura. Pela lei de 7 de novembro de 1831, o regente proíbe a importação de escravos e estabelece graves penas contra os transgressores. Como esta lei não estava sendo cumprida, promulgou-se a lei de Eusébio de Queiroz, a 4 de dezembro de 1850, que extinguiu definitivamente o tráfico de negros. A 28 de novembro de 1871 publicou-se a *Lei do Ventre Livre*, de declarava livre toda criança negra, que nascesse a partir desta data. Depois uma outra lei, 28 de setembro de 1885 que torna livre os escravos maiores de 60 anos. E por fim, a *Lei Áurea* de 13 de maio de 1888, que pôs fim à escravidão no país” (2005, 53-54).

⁴Sobre a ideia do ideal antiescravista de Dom Viçoso ver: PEREIRA, João Paulo, R. Educação Ofendida ou Defendida: As Consequências do Ideal Antiescravista de Dom Viçoso no Seminário de Mariana (1844-1875). *Revista Saberes Interdisciplinares / Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves*. – São João Del Rei. p. 181-193, n. 23, jan/jun 2019.

Analisaremos agora alguns textos do próprio Dom Viçoso. Tais textos irão reforçar a ideia de que ele era amparado pela lei no que tange a escravidão.

O primeiro exemplo que vamos apresentar mostra que Dom Viçoso conscientizava os párocos em relação ao problema da escravidão. Em seu caderno de anotações, recorrendo mais uma vez à lei de 1831, Dom Viçoso deixou registrado um caso de orientação aos padres sobre a questão da escravidão. Nessa passagem ele se mostra categórico em relação ao procedimento a ser adotado pelos padres, conforme se lê:

Pedro tem alguns africanos negros e quer comprar outros: como se deve comportar com ele o confessor? R.: Negar-lhe a absolvição enquanto persistir na tensão de os comprar. A razão é por ser contra o direito natural comprar uma coisa, de que tenho probabilidade não ser de quem a vende. Sabe-se que uma grande parte desses africanos é roubada na África e dos que lá são cativos ninguém está certo da legitimidade desse cativo. Além disto, por lei do império⁵ são livres os africanos que apenas aportam no Brasil. (VIÇOSO Apud MELO, 2005, p. 55).

Assim, como pastor, Dom Viçoso auxiliava os párocos em questões práticas que envolviam a escravidão. No caso apresentado acima, o que estava em jogo era a relação da escravidão com a absolvição do pecado pelo sacramento da confissão. E para argumentar ele usou a lei do Estado, bem como o direito natural, que afirma ser injusto comprar algo que não seja de quem o vende, ou seja, comprar algo roubado.

Outro exemplo que podemos citar acontece com a promulgação, em 1871, da Lei do Ventre Livre, que dava liberdade a todas as crianças negras nascidas a partir daquela data. Após a publicação daquela lei, Dom Viçoso escreve uma carta pastoral agradecendo a Deus por tal publicação e pede aos Vigários e Capelães que a divulguem, a fim de conscientizar o povo a não incorrer em crime, conforme se lê:

Demos graças a Deus Nosso Senhor por ter inspirado aos nossos legisladores uma lei, com que não em muitos anos se venha a abolir a escravatura entre nós, e assim entre o Império do Brasil nos sentimentos e prática das nações mais civilizadas. É esta Lei de nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Todos devem ficar bem inteirados do que ela ordena. [...] Convém que os Revdos. Vigários e Capelães dêem a seus fregueses notícias de tal lei nº 2040, para que gozem plena liberdade o que na realidade não são escravos, e para que se façam os assentos do Batismo do modo mandado pela lei no art. 8º, e se não exponham os Revmos. Párocos a uma multa pesada, cominada no Art. 8º (VIÇOSO apud MELO, 2005, p. 57).

⁵ Conforme lei de 07 de novembro de 1831

Dom Viçoso ainda dava orientação às pessoas próximas dele. Em uma carta de 5 de outubro de 1850, ele trata da questão da escravidão ao escrever para o seu amigo, o advogado José Rabelo Campos. Assim Dom Viçoso escreve:

Quando à sua conduta se será bom largar a advocacia, à imitação de São Ligório e outros santos, e comprar africanos para a agricultura, eu digo que não é lícita tal compra, porquanto, enquanto houver quem cá os compre, haverá quem os vá comprar (ou roubar) à África, coisa tão oposta a humanidade. Minha razão repugna: eu não os tenho nem os quero e parece-me que, em compensação disto, me depara Deus os melhores alugados. Compraria eu antes alguns dos antigos, quando fossem à praça. [...] Com os africanos, V. Sa. faria muito, é verdade, mas além de atrair a ira de Deus com essa barbaridade, empatava grande capital; um ou dois, que lhe morresse, seria muito prejuízo a seus interesses e, sendo meu compadre um dos legisladores, daria como tal compra escândalos a muitos. A tentação de querer enriquecer muito e em pouco tempo parece não será abençoada por Deus. [...] Meu compadre, desculpará a sinceridade de seu verdadeiro amigo que o deseja ver um santo” (CARTA AO AMIGO JOSÉ RABELO CAMPOS apud PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO, p. 432).

Aqui também fica visível o amparo legal, pois Dom Viçoso argumenta usando a lei natural e a lei do império, já que não comprar escravos aqui, ajudará a impedir o tráfico, que é uma infração maior perante a lei. Esse amparo legal, no qual Dom Viçoso se apoia, se manifesta também quando ele deixa a possibilidade de que se adquira escravos mais velhos, “quando estes forem colocados à venda, pois estes, segundo seu parecer, a partir do critério legal usado, vivem uma escravidão legal” (PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO, p. 432).

Além desse respaldo legal, Dom Viçoso tinha como fundamento para sua posição uma preocupação moral educacional em relação à escravidão. Segundo Melo, “a escravatura era vista por Dom Viçoso como a grande causa da ruína moral do povo mineiro. Era este o primeiro e grande motivo que o levou a se colocar contra tal instituição: a preservação dos bons costumes na família e na sociedade” (2005, p. 54). Tal fundamento moral⁶ é descrito também por Pimenta na obra *Vida de D. Ferreira Viçoso*. Nesta obra Pimenta

⁶ Há uma mudança na forma como Dom Viçoso interpretava a escravidão sobre a questão moral, isso porque, segundo MELO (2005, p 308-309), em um primeiro momento, antes de ele se tornar bispo, e antes de ele ter escrito o texto *Escravidão ofendida e defendida*, de 1840, ele via a escravidão como algo positivo, pois era uma oportunidade de evangelizar os escravos. Por exemplo, no sermão *Os meios para a perseverança*, Dom Viçoso chama atenção para a responsabilidade espiritual dos que governam outras pessoas: dos pais que governam os filhos e dos senhores que governam os servos. Nas palavras de padre Viçoso: “Estes (os filhos e os escravos) são almas depositadas em vossas mãos por Deus Nosso Senhor, a Ele deveis dar conta mui estreita, se, por vossa negligência ou descuido vierem a perder-se”. [...] Portanto, vigia, de dia e de noite, para ver como falam, como tratam e como vivem vossos filhos, vossos criados e vossos súditos” (VIÇOSO apud MELO, 2005, p. 308).

mostra que Dom Viçoso via a escravidão como a causa da destruição de famílias e da imoralidade no país, como se lê:

Muito concorreu a escravidão para tão grande abatimento dos costumes entre nós, o qual produzindo sempre sua pernicioso influencia, nutria o mal e dificultava-lhe a cura. [...] A escravidão, encarada pelo lado dos costumes, é vulcão a deleitar torrentes de immoralidade no pais [...]. Considere-se a pouca instrução religiosa dos escravos, que sobre serem em grande parte de boçal rudeza, poucos desvelados recebem de seus senhores neste particular; considera a liberdade com que vivem na mesma casa e fazenda escravos dos dous sexos; de si propensos ao mal, e sem nenhum resguardo com que defenda delle; que ou por forças das circunstancias, ou por negligencias dos senhores vivem sequestrados dos Sacramentos da igreja, da Missa, das praticas e de outros meios, com que os homens escassamente se amparão contra os assaltos das paixões; ajuntem-se mais as tentações continuas entre senhores e escravas, achando aquelle no domínio azo para o abuso e violencia, e diminuindo nestas a sujeição as forças para a resistencia; ajunta-se a cobiça dos donos, interessados, e talvez empenhados nas desordens das escravas porque com fructos criminosos lhes argumentassem a fazenda e riqueza, e faremos idea de quão poderoso agente é a escravatura para estragar os costumes de um povo; pois a vista continua dos maus exemplos de escravos e senhores acostuma os ânimos das crianças e dos adultos com os escândalos, desata-lhes o pudor, e os dispõe a praticar sem pejo o que vião sem reprovar desde os tenros anos. Onde procede ser o Brasil um dos paizes, em que menos se estranha a imoralidade publica (1920, p. 93).

Por fim, o último exemplo argumentativo que será apresentado para defender o ideal antiescravista de Dom Viçoso está ligado à utilização da imprensa para uso educacional. Dom Viçoso, juntamente com o padre José Antônio dos Santos, que foi reitor do Seminário de Mariana nos primeiros anos do episcopado de Dom Viçoso e também primeiro bispo de Diamantina, editou, nos anos 1846 e 1847, um jornal religioso intitulado *Selecta Catholica*⁷. Este Jornal tinha como finalidade “educar os costumes da população local e promover a fé católica” (ASSIS, 2004, p. 1). Na edição de 1 de dezembro de 1846 o tema da escravidão é tratada a partir do ideal de igualdade entre os homens:

Desde que há história, nella deparamos com a escravidão das mulheres, com a escravidão das raças, oppressão dos pobres, abatimento por clientes, e certa desigualdade de condições que parece estabelecer entre as castas, naturezas differentes, e creações distinctas. Jesus Christo se mostra, e a liberdade, a fraternidade, a caridade descem á terra e nella se aclimatão. Elle emancipa a

⁷ Segundo Raquel Martins de Assis (2006, p. 59), que teve como tema da tese de doutorado o jornal *Selecta Catholica*, o jornal religioso “foi publicado em Mariana, Província de Minas Gerais, nos anos de 1846 e 1847. O periódico, impresso pela Tipografia Episcopal, foi editado por Antônio Ferreira Viçoso (1), bispo de Mariana de 1844 a 1875, e pelo Padre João Antônio dos Santos (2), reitor do Seminário de Mariana e futuro bispo de Diamantina. A primeira publicação do jornal data de 1º de julho de 1846 e a última é de 15 de setembro de 1847. Sendo publicado quinzenalmente, o periódico foi interrompido quando João Antônio dos Santos viajou para Roma a fim de continuar seus estudos”.

mulher, dá alforria ao escravo, allivia o indigente do peso da riqueza, protege o ignorante e o livra do jugo da sciencia orgulhosa. Elle iguala as distancias que separavão os homens, levanta o proletário a dignidade d'homem, elle funda em fim a igualdade que ate então não tinha sido comprehendida. (SELECTA CATHOLICA, apud ASSIS, 2004).

A discussão sobre a escravidão nos mostra que esse grupo de religiosos que editavam o jornal, incluindo Dom Viçoso, estava enredado com um tipo de discussão “que envolvia os maiores problemas de sua época e (que eles) se posicionavam diante desses problemas, sempre tendo como respaldo seu ideal de sociedade” (ASSIS, 2004, p. 127). E isso nos leva a crer que a motivação principal para tais posicionamentos era educar a população e os cristãos quanto aos equívocos e aos erros cometidos em relação aos problemas sociais, incluindo a escravidão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de fazer alguns apontamentos sobre o posicionamento antiescravista de Dom Viçoso, o texto foi dividido em duas partes: uma tratou de analisar o posicionamento do padre Viçoso a partir do texto *Escravatura ofendida e defendida* de 1840; outra tratou de analisar, por meio de diferentes textos, o posicionamento do Bispo Viçoso em relação à escravatura.

Tais momentos nos permitem afirmar que: em primeiro lugar, Dom Viçoso tinha um ideal antiescravista, já que sua posição contra a escravidão se repete em vários momentos de sua vida e em situações diversificadas, ou seja, não somente quando era padre, mas também, e, principalmente, enquanto foi bispo; em segundo lugar, é possível perceber que, além de uma fundamentação legal que respaldou e resguardou Dom Viçoso, a atitude dele era motivada por uma preocupação educacional e moral, já que a escravidão era um “vulcão a deleitar torrentes de imoralidade no país”, podendo desestabilizar as famílias cristãs. Mas não só isso, sua preocupação moral e educacional aparece também vinculada, no mínimo, a mais dois ideais: primeiro, alertar a população quanto ao pecado cometido em relação à prática da escravidão, já que ela era ilegal, e, conseqüentemente, imoral; segundo, mostrar que a escravidão não poderia ser aceita como algo normal, pois os

homens são iguais, uma vez que Cristo funda a igualdade que, até então, não havia sido compreendida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Raquel Martins de. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846 – 1847)*. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. A inteligência à deriva e a enfermidade social: idéias sobre ser humano e sociedade difundidas em Minas Gerais pelo jornal religioso *Selecta Catholica* (1846 – 1847). *Memorandum*. Belo Horizonte: nº 11, p. 59-70, 2006. Retirado em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/assis02.pdf>>.

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Clero Mineiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1933. (Volume I - 1553 a1589).

MELO, Arnaldo José de. *Dom Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua Obra Reformadora da Igreja de Minas Gerais: Uma Releitura Teológica Moral*. Tese (Doutorado em Teologia). Roma: 2005. Pontificia Universitas Larianensis.

NETO, Belchior J. S. *Dom Viçoso, apóstolo de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1965.

PEREIRA, João Paulo, R. Educação Ofendida ou Defendida: As Consequências do Ideal Antiescravista de Dom Viçoso no Seminário de Mariana (1844-1875). *Revista Saberes Interdisciplinares / Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves*. – São João Del Rei. p. 181-193, n. 23, jan/jun 2019.

PIMENTA, Padre Silvério Gomes. *Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição*. 3. ed. Mariana: Tipografia Arquiepiscopal, 1920.

PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO de D. Antônio Ferreira Viçoso. Marianen Beatificationis et Canonizationis servi Dei Antonii Ferreira Viçoso (1787-1875) episcopi Marianensis e Congregatione Missionis. Positivo supervita, virtutibus et fama sanctitatis, Roma, 2001.

SANTIROCCHI, Ítalo, D.; MARTINS, Manoel de J. "Quanto ao serviço dos escravos, eu os dispensei": D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo ultramontano e antiescravista (século XIX). IN: DEMETRIO, D. V.; SANTIROCCHI, Ítalo, D.; GUEDES, R. *Doze Capítulos sobre Escravizar Gente e Governar Escravos: Brasil e Angola - séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 197-226.

SANTIROCCHI, Ítalo, Domingos. *Dai a César o que é de César e ao papa o que é do papa? A Reforma Ultramontana no segundo Reinado*. In: I Seminário Internacional Brasil no Século XIX – Seo, 2015, Vitória.

DOM LUCIANO PEDRO MENDES DE ALMEIDA: MEMÓRIA, TESTEMUNHO E REPROPOSTA DA CARIDADE COMO CENTRO DA VIDA CRISTÃ

Darci Fernandes Leão*

Resumo: Todo homem pela sua liberdade e capacidade de transcender-se, não é um inexorável fruto do seu ambiente vital. Porém, a compreensão da realidade na qual se vive ou viveu pode facilitar o caminho de uma interpretação mais ampla e profunda de algumas atitudes e opções de alguém. Tentando perceber alguns pontos, experiências e acontecimentos que, possivelmente, mesmo de maneira indireta, poderão ter servido de sinais e impulsos a Dom Luciano no desenvolvimento e no modo como praticou a fé cristã, podemos dizer que ele, aprendeu muito com a sua família, com a Companhia de Jesus e com os pobres.

Palavras-chave: Memória; Testemunho; Caridade.

Riassunto: Ogni uomo, per la sua libertà e capacità di trascendere se stesso, non è un frutto inesorabile del suo ambiente vitale. Tuttavia, la comprensione della realtà in cui si vive o si è vissuto può agevolare il percorso per una interpretazione più ampia e più profonda delle proprie attitudini e opzioni. Osservando alcuni elementi, esperienze ed eventi che probabilmente, anche se di maniera indiretta, hanno servito da segni e hanno incoraggiato a Mons. Luciano nello sviluppo e nel modo in cui ha praticato la fede cristiana, possiamo dire che egli ha imparato molto dalla sua famiglia, dalla Compagnia di Gesù e dai poveri.

Parole chiave: Memoria; Testimonianza; Carità

1. LIÇÕES APRENDIDAS PELO AMOR

1.1 Com a família

Os pais de Dom Luciano eram católicos, portadores de valores que favoreceram e promoveram, em muito, a sua busca constante do amor, com um sentido profundo e verdadeiro de caridade e justiça.

O modo como os pais agem, vivem e procuram educar seus filhos pode interferir diretamente na maneira como o filho irá escolher e determinar a sua escala de valores. Vale perceber a percepção do próprio Dom Luciano em relação à sua família.

Meu pai era um homem afeito ao trabalho, não me recordo de que tivesse alguma vez tirado férias. Dividia seu tempo entre a dedicação à Academia de Comércio da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Direito. Essas ocupações absorviam, não raro, as horas da noite. Minha mãe

* Darci Fernandes Leão é presbítero da Arquidiocese de Mariana. Graduação em Filosofia pela FDLM, mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma – Academia Alfonsiana. Pe. Darci é o primeiro a defender uma tese de doutorado em Dom Luciano em teologia moral, com o tema: “Caridade e justiça em Dom Luciano: uma interpretação teológico-moral de sua vida e de seus escritos”.

aguardava sempre sua volta, para servir-lhe o jantar, descansar um pouco e, cedinho, ir todos os dias à Missa, antes que meu pai retornasse às atividades (ALMEIDA, 1995a, p. 2).

Continuando sua descrição, particularmente, sobre o viver de sua mãe, acrescenta:

Formou-nos assim, no amor e respeito a Deus. Estendeu seu zelo para além da família, assumindo com alegria por quase cinquenta anos, o ensino religioso nas escolas públicas do bairro e no colégio Jurema. Após o falecimento do meu pai, dedicou-se também à formação de adultos na paróquia (ALMEIDA, 2001, p. 18-19).

Outro gesto marcante de sua mãe, a ponto dele citá-lo, por ocasião do centenário do nascimento da mesma, indica que não só ele lhe foi sempre grato pelas lições aprendidas, mas que ela foi para ele uma verdadeira mestra no ofício da caridade.

Sua misteriosa força vinha da oração. Tinha se submetido a uma delicada operação para extrair um tumor no cérebro. Durante a convalescência viajei para visitá-la. Cheguei em casa de madrugada e, sem bater à porta entrei no quarto. Foi quando a vi ajoelhada, com os braços abertos, rezando o rosário. Mãe, disse-lhe, por favor, descanse. Ela me olhou e, como que se desculpendo, respondeu, é pelos outros. Mostrava, assim, que pelos outros, não havia limite na doação (ALMEIDA, 2001, p. 19).

Essa visão que Dom Luciano deixa transparecer de seus genitores, em especial, a fé que eles tinham em Deus, testemunhada pela constante participação de ambos na Eucaristia, a dedicação ao trabalho e a sensibilidade para com os mais sofridos, nos leva a intuir o seu aprendizado com eles. Sem dúvida, a família é fundamental, pois nela se pode aprender desde cedo alguns valores essenciais para vida, que acompanharão o indivíduo por toda a sua existência.

Dom Luciano foi o segundo filho de uma família de sete irmãos, dentre os quais, cinco deles homens: Cândido Mendes, Reitor da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Letras; Luciano, o Bispo; Luiz Fernando, Antônio Luiz e João Theotônio, este último falecido em 1971; e duas mulheres: Eliza Maria, falecida em 2006, e Maria da Glória (SIMÕES, 2009, p. 27-28). Por todos eles Dom Luciano nutria grande carinho e admiração. No entanto, pela sua fé e responsabilidade, com o tempo, ele amadureceu a consciência de que a sua família não era somente mais aquela biológica. Ela se alargou devido aos laços de amizade, de amor e de compaixão com os sofredores.

Minha família, porém, não é só esta. Hoje ela é constituída por muitas pessoas, que pertencem ao mesmo âmbito e amizade de amor. Não só os coirmãos jesuítas, os membros das Arquidioceses de São Paulo e Mariana, mas também muitos pobres que neste momento tenho diante dos meus olhos com seus rostos sofridos, vítimas da fome e da injustiça social, mas tão carinhosamente ligados à minha vida (DONEGANA; DIAS, 2001, p. 20).

Com a vivência e os exemplos de caridade de seus pais, sobretudo, os praticados pela sua mãe, que além de exercitá-los no âmbito familiar da consanguinidade, estendia com frequência sua ação caritativa aos mais carentes, indo ao encontro de tantos sofredores em vários lugares, é fácil deduzir e conjecturar o quanto o exemplo de seus genitores tenha ajudado a inspirar a vida e o ministério de Dom Luciano que também não conhecia limites geográficos, sociais, religiosos e muito menos familiares para viver o amor e fazer o bem.¹ Certa vez, ao ser perguntado se tinha conselheiros, elencou alguns importantes e fez questão de mencionar, agradecido, os conselhos que recebia da sua própria família.

Quero me referir também aos conselhos que recebi da minha família, sobretudo da minha mãe, que sempre esteve na minha vida e me fez muito bem com a sua palavra lúcida. Até recentemente, com meus irmãos e irmãs que me pediram conselho, na transparência, na simplicidade da partilha, sempre aprendi junto com eles. [...] Fizeram-me bem as conversas com minha irmã Elisa. [...] O relacionamento com a minha família é uma espécie de conselho permanente. O meu sacerdócio, o meu ministério episcopal, eu o cumpro em nome deles, com a ajuda deles, com a determinação de um serviço que é feito por um só, mas em união com a família (OLIVERO, 2002, p. 45-46).

1.2 Com a Companhia de Jesus

Dom Luciano, fiel seguidor de Santo Inácio, não só tomou conhecimento do objetivo dessa Companhia, mas o assimilou profundamente, colocando-o em prática por toda sua vida.

Uma das iniciativas de Inácio de Loyola depois da sua conversão foi reunir e formar um grupo de amigos com quem pudesse partilhar seus ideais, sua experiência de amor, de serviço e de vida espiritual (COPPI; HEERDT, 1998, p. 16). A partilha inaciana da experiência de servir a Jesus, no amor incondicionado, encantou muitas pessoas e ao longo da história despertou tantas pessoas para a missão e a consagração total de suas vidas em favor do Reino de Deus.

¹ Sobre esta temática, ver: ALMEIDA, no “Programa Roda viva”, disponível em <<http://www.rodaviva.fapesp.br>>. Acessado em 01 de junho de 2013.

A descoberta de poder corresponder ao amor de Deus, pela promoção da justiça e atuação da caridade em favor do próximo, marcou profundamente sua vida, tanto que em 1947 entrou para o noviciado, onde fez a experiência dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, durante trinta dias. Assim, Dom Luciano iniciava, pela abertura da mente e do coração, um longo caminho de aprendizado na Companhia de Jesus. Segundo Pe. Gonzáles Quevedo, a chave para a compreensão do que Dom Luciano aprendera de Santo Inácio na Companhia de Jesus, como o amor a Cristo, a devoção a Nossa Senhora, o amor à Igreja e o zelo apostólico, passa, sem dúvida, pela experiência dos Exercícios Espirituais (QUEVEDO, 2007, p. 22).

Essa afirmação foi constatada e partilhada por seus companheiros de noviciado que perceberam a grande mudança que os primeiros Exercícios Espirituais operaram em Luciano, ainda como jovem noviço.

Um de seus colegas, que com ele entrou para o noviciado, aos três de março de 1947, assim declarou:

Foram os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, feitos quando ele ainda tinha 17 anos, que transformaram o noviço Irmão Luciano Mendes de Almeida no mais pobre dos servos e no mais servo dos pobres. Foi naquele momento, um ano e meio antes dos votos religiosos, que o irmão Luciano fez um voto pessoal de despojamento de todos os bens terrenos e de total esquecimento de si mesmo em prol do amor ao próximo, principalmente aos mais carentes e abandonados (SIMÕES, 2009, p. 32).

Outro testemunho que revela o quanto Dom Luciano aprendeu com a Companhia de Jesus é descrito pelo professor Pedro Paulo Cristovam dos Santos, com quem conviveu nas várias etapas de sua formação jesuítica. O parecer desse professor indica uma chave de compreensão de Dom Luciano que se deixou imbuir profundamente da espiritualidade inaciana.

O princípio e fundamento dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, louvar, reverenciar e servir a Deus nesse mundo, iluminou intensamente o espírito de Luciano para tornar-se um *Alter Christus*, desprendido de tudo e de todas as afeições mundanas da riqueza, do prazer e do poder para amar ao próximo mais do que a si mesmo (SANTOS, 2001, p. 33-34).

Essa citação confirma que as lições de desprendimento e amor aprendidas por Dom Luciano, por meio da espiritualidade da Companhia de Jesus, desde o tempo de seu

noviciado e posteriormente por ele assumidas e amadurecidas, continuaram a orientá-lo por toda sua existência.

O próprio Dom Luciano, em 3 de maio de 2006, por ocasião da recepção do título honorário de doutor em Teologia,² lembrou-se de uma frase que lhe havia sido dita em um retiro espiritual, que o marcou profundamente para uma tomada de decisão e adesão total a serviço do Reino de Deus. “Fui introduzido na Companhia pelo Pe. Leonel Franca, que dizia assim: Com o Absoluto não se regateia. Quem não dá tudo, não dá nada. Isso marcou muito a minha vida” (ALMEIDA, 2007, p. 45).

1.3 Com os pobres e injustiçados

Como vocacionado e pela firme decisão em se tornar discípulo verdadeiro de Jesus, desde o tempo do seu noviciado, procurou assimilar bem e viver na radicalidade os ensinamentos cristãos. Dom Luciano viveu esse compromisso de forma simples, autêntica e discreta. Em Roma, para onde foi enviado para cursar Teologia, deparou-se com uma realidade tão sofrida que marcou para sempre sua vida. Encontrou em plena Roma, cidade importante do cristianismo, onde existiam tantas igrejas e comunidades religiosas, possuidora de grandes valores cristãos, muitos jovens que viviam em situações desumanas e de enorme degradação.

Do contato e trabalho com esses jovens, confinados nessa triste realidade, e pela impressão que lhe causou, pode-se afirmar que tal experiência fora realmente muito forte para o ainda estudante Luciano.

Como posso ficar estudando, me diplomando, gozando de todas as oportunidades de uma formação quase privilegiada, e ao mesmo tempo saber que esses quase duzentos jovens estão trancados entre muros altíssimos, sem ver a luz do sol, com guardas que, frequentemente, espancam aqueles que, em seus confrontos, assumem comportamentos agressivos e violentos, sobretudo quando sei que um deles foi morto na *Via di Porta Portese*, porque se comportava de maneira agressiva e se impunha aos demais companheiros (OLIVERO, 2002, p. 28).

² O título de *Doctor honoris causa* em Teologia foi conferido a Dom Luciano há poucos meses antes de seu falecimento pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia conhecida como a FAJE, em Belo Horizonte MG (PAUL, 2007, p. 8).

As experiências pastorais, vividas pelo estudante Luciano, no *Instituto Gabelli*,³ já nos mostram sua disposição em se colocar no lugar do outro para compreendê-lo. Somente um olhar de amor é capaz de estabelecer verdadeira comunicação a serviço do mais frágil.

Com esse trabalho pastoral se conscientizou, aos poucos, de que não é fácil falar e ser compreendido por pessoas discriminadas, abandonadas pelos pais, que vivem sem nenhuma esperança e não acreditam mais na possibilidade de um amor gratuito. Certa vez, pela vontade de ajudar, movido unicamente pela força do amor, Dom Luciano, no *Gabelli*, colocou-se literalmente no lugar do outro para estabelecer um diálogo restaurador:

Entrei num dos dormitórios onde estava encerrada uma dezena de rapazes. Devia dar uma lição de catecismo. Não vi ninguém, mas tinha certeza de que estavam lá. Adivinhei por causa de alguns ruídos, que estavam embaixo das camas, escondidos pelas colchas. Como podia eu ensinar religião a quem nem sequer tinha vontade de sair para mostrar-se? Na melhor das hipóteses, eu me enfió aí embaixo, pensei comigo mesmo e assim fiz. Eu estava de batina. Eles se puseram a rir. Aos poucos foram saindo. Tornamo-nos amigos e mais facilmente pude dialogar com eles (OLIVERO, 2002, p. 29).

Outro fato que fez Dom Luciano se convencer dos valores da gratuidade e do amor presentes no coração de todos, inclusive, no coração de muitos jovens, tratados por alguns como irrecuperáveis, deu-se a ele, do seguinte modo:

Uma vez no Natal, fui ao Gabelli. Sozinho, pois já era conhecido. Uns sessenta rapazes me comprimiram contra a parede de uma sala escura. Meu Deus, o que querem fazer? Em que vai dar isso? Parece-me uma verdadeira rebelião, pensava eu. Mas não percebia maldade em seus olhares. Eu não podia escapar, estava encurralado. Um deles tirou do bolso um pedaço de *torrone* de Natal. Você deve comer aqui, diante de nós, senão, se o guardar no bolso, vai doá-lo a outro (OLIVERO, 2002, p. 29).

Esse fato foi suficiente para Dom Luciano aprender que no coração daqueles jovens havia muita bondade, generosidade e gratuidade. Enfim, havia grande capacidade de

³ O Instituto *Gabelli*, hoje desativado, tinha como objetivo recuperar jovens infratores em Roma, mas com frequência se tornava teatro de torturas e mortes. Esse Instituto era localizado e funcionava em um prédio vizinho a *Porta Portese*, uma das antigas portas de Roma. O próprio Dom Luciano narra como conheceu e funcionava o referido Instituto: “Eu chegara a Roma em novembro, um mês depois do início das aulas na Gregoriana; fui convidado a acompanhar Sauro De Luca e outros estudantes do primeiro e do segundo ano de teologia na assistência ao *Instituto Gabelli*, uma casa de correção de menores, onde cerca de duzentos jovens cumpriam suas penas. Viviam ali num edifício velho e grande, que não fora construído para essa finalidade” (OLIVERO, 2002, p. 27).

compreensão dos valores da vida. Isso o levou também a entender que institutos daquele tipo eram prisões e que os métodos educativos aplicados eram severamente injustos.

O contato com esses jovens, presos em Roma, propiciou a Dom Luciano a descoberta do sentido para o seu sacerdócio que o direcionou, cada vez mais, para o serviço constante na caridade e na busca incansável da promoção da justiça conforme seu próprio relato: “Na *Via di Porta Portese*. Ali encontrei a indicação para o meu ministério [...]. Entendi que o sacerdote é ordenado antes de tudo para aqueles que têm necessidade maior da presença do Senhor Jesus” (OLIVERO, 2002, p. 30-31).

De fato, quando acontece a graça da mudança do modo de percebermos o pobre, que muitas vezes é considerado como miserável por nós, podemos, de fato, aprender muito!

Segundo Dom Luciano, os pobres nos ensinam o valor das pessoas, tornam-se nossos mestres, pois nos ensinam a colocar em segundo plano a civilização de consumo, do ter e do possuir. Eles se mantêm vivos, porque são capazes de partilhar com os outros seus sofrimentos e alegrias. Isso deveria nos motivar. Nós, que temos tanta coisa, poderíamos aprender com eles a partilhar. Eles são felizes na pobreza, porque são capazes de viver em profundidade o seu amor que se faz partilha e solidariedade. A pessoa não consegue ser feliz se não aprende a partilhar com quem necessita aquilo que possui. Se não partilhamos aquilo que Deus nos deu é porque nos falta o amor e, sem amor, não se é feliz. A situação de alguém na miséria deve nos questionar muito e nos mover. Referindo-se ainda aos jovens presos no *Gabelli*, disse:

Eu nunca havia pensado que pudéssemos aprender tanto dos pobres. Somente depois de alguns anos entendi que eles são nossos mestres, realmente, porque nos ensinam a descobrir a grande capacidade de amar que existe em cada coração humano. Nunca teria pensado que fosse preciso despojar-se de tantas coisas para descobrir, com a simplicidade de uma criança, o que é o coração humano. Coração que foi feito à semelhança de Deus, para amar e ser amado; não para possuir coisas, menos ainda para nos tornar egoístas diante da vida, fechar-nos em nós mesmos, rejeitando os sofrimentos alheios (OLIVERO, 2002, p. 62-63).

Dom Luciano aprendeu muito com os pobres, porque soube desapegar e ser solidário com eles e, assim, ele também nos ensina com o seu gesto o modo próprio de ser feliz. Mesmo na dor, no sofrimento, e em situações de carências extremas, basta ver e valorizar o que há de mais profundo em nossa vida: o amor que vem de Deus e que se comunica a todo

instane por meio da vida daqueles que sabem amar os irmãos com quem partilham a alegria da existência.

2. ACONTECIMENTOS PARADIGMÁTICOS

Se a experiência pastoral no *Instituto Gabelli* foi o ponto inicial e determinante para que Dom Luciano encontrasse o sentido e a orientação para viver o seu ministério sacerdotal com uma atenção especial aos injustiçados, perseguidos, doentes e sofredores, pode-se destacar pelo menos mais três acontecimentos que não apenas demonstram sua fidelidade ao ministério, mas o amadurecimento e a convicção de que quando o amor se atualiza na caridade, a justiça acontece e a vida humana se torna plena.

2.1 Participação no funeral de Santo Oscar Romero

Na época em que foi assassinado o arcebispo de São Salvador, Santo Oscar Arnulfo Romero, Dom Luciano, que já fazia parte da secretaria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi enviado para participar do funeral desse arcebispo. Dom Luciano foi um dos poucos Bispos que participou da Missa de corpo presente desse arcebispo e narrou as marcas da violência que se impuseram naquela ocasião. “Nós entramos na Igreja, pensamos que íamos morrer porque eram bombas bazucas, tiros, tiroteios. Depois fomos recolher os corpos na rua. Uma situação inacreditável”⁴.

Este acontecimento deixou em Dom Luciano a consciência nítida da morte e um grande pesar por todas as pessoas que morreram naquela praça. Esse evento parece ter fortalecido em Dom Luciano a convicção de que a vida é, realmente, um Dom de Deus. Em meio a tantas bombas, ele pensou que iria também morrer e, se foi preservado, pensava, era não somente para ajudar e consolar as famílias daqueles mortos, mas para defender com a sua palavra e presença toda vez que a vida de alguém ou de um povo estivesse ameaçada. Pela sua declaração percebe-se a intensidade com que esse acontecimento o marcou:

⁴ Dom Oscar Romero, Arcebispo de San Salvador, foi assassinado enquanto celebrava a Eucaristia em 24 de março de 1980. O seu sepultamento foi em 30 de março. Havia 250 mil pessoas presentes na Missa de corpo presente celebrada em frente à catedral. Estima-se que cerca de 50 pessoas perderam a vida naquela ocasião. Dom Luciano foi um dos três bispos apenas que participavam dessa celebração, quando uma bomba explodiu na praça e começou enorme tiroteio (ALMEIDA, 2007, p. 55-56).

“Ainda hoje tenho o coração cheio de tristeza por aquelas vítimas, pelos milhares assassinados em El Salvador e por todas as pessoas atemorizadas por uma violência sem sentido” (OLIVERO, 2002, p. 52).

Tudo isso aconteceu em um Domingo de Ramos. Dom Luciano não só ajudou a recolher vários corpos, mas também absolveu muitas pessoas que sentindo aproximar-se da morte lhe pediram a unção. Ele permaneceu no local ajudando e só aceitou ir para um local seguro, para a embaixada brasileira no país, depois de uma hora da manhã, quando tudo o que ele poderia fazer já tinha sido feito em favor daquela pobre gente.

Tudo isso ele fez motivado pelo amor a Cristo, tanto que a Celebração da Eucaristia que havia sido interrompida pelas bombas e altares e cálices de vinho consagrado, caídos por terra, foi por ele retomada e concluída, ainda, naquela mesma madrugada quando chegou à embaixada. Para marcá-lo, ainda mais, ele ficou sabendo que o motorista da embaixada que no dia seguinte o trouxe ao aeroporto para voltar ao Brasil fora morto, na volta, por causa de uma grande pedra que caiu em seu carro enquanto atravessava um viaduto.

Dom Luciano, como profeta, não desanimou. Pelo contrário, continuou firme na vivência do amor e na denúncia de tantas injustiças. Ainda sobre esse ocorrido, não teve medo e deixou escrito tudo o que viu, passando a sua versão, naturalmente diferente da oficial, pois escrita na ótica dos perseguidos e injustiçados (OLIVERO, 2011, p. 53).

2.2 Grave acidente automobilístico

No dia 23 de fevereiro de 1990, quando voltava para Mariana-MG, na Rodovia dos Inconfidentes, na altura do km 43, em uma curva perigosa, próximo à cidade de Itabirito, Dom Luciano sofreu um grave acidente. Ele, sempre com a agenda cheia, estava voltando das reuniões da assembleia do CELAM em Bogotá, que havia acontecido nos dias 8 e 9 de fevereiro, da secretaria do Sínodo em Roma durante os dias 11 a 16 de fevereiro e da reunião da CNBB acontecida durante os dias 19 a 21 de fevereiro.

Dom Luciano sempre viajava na frente ao lado do motorista, padre Jaques. Nesse dia, porque tinha de aproveitar a viagem e escrever seu artigo semanal para a *Folha de São Paulo*, trocou com o Padre Ângelo Mósena que se sentou em seu lugar no banco da frente, ao lado do motorista.

Enquanto Dom Luciano vinha escrevendo seu artigo, sentado no banco traseiro, o chevette, em que viajava, ao passar por uma curva acentuada, derrapou, rodopiou e depois de bater na frente de um caminhão-tanque, chocou-se na proteção da pista. O padre Ângelo Mósena faleceu instantaneamente. Dom Luciano foi resgatado por uma pessoa que passava pela rodovia e que o colocou juntamente com o Padre Jaques em sua caminhoneta, levando-os rápido para o hospital Felício Roxo, em Belo Horizonte, onde, permanecendo internado por 12 dias, sofreu 14 intervenções cirúrgicas (SIMÕES, 2009, p. 59-61).

Dom Luciano não perdeu a memória em nenhum momento. Impossibilitado de comunicar-se verbalmente, iniciou, para a surpresa e alegria de todos, uma comunicação por meio de pequenos bilhetes, cujo conteúdo revela a grandeza de seu coração, a sua fé firme e a gratidão a Deus e às pessoas que estavam cuidando e rezando por ele. Esses bilhetes foram posteriormente recolhidos, formando um pequeno livro que nos passa mensagens preciosas de puro amor e gratidão (ALMEIDA, 1990).

Dentre as mensagens gostaríamos de destacar a sua primeira, a que escreveu ainda naquela quarta-feira de cinzas, dia do acidente, depois de uma série de cirurgias. “Deus é Bom; que se avise à família do Padre Ângelo; Como está o padre Jacques?” (ALMEIDA, 1990, p. 15). Essas suas três frases revelam bem o coração deste homem que, mesmo fragilizado, todo quebrado, não deixa de reconhecer a bondade e o amor de Deus. Ao escrever que Deus é Bom, ele revela não só com quem estava sintonizado em todo momento, mas, também nos mostra a sua grande confiança em Deus, que não desampara os seus filhos; não um Deus mágico que não nos deixa sofrer, mas um Deus solidário, que revela sua bondade e solidariedade em todos os momentos, mesmo em meio às nossas maiores dores. As outras duas frases citadas nos mostram também onde estava a sua preocupação. Neste momento humanamente tão difícil e para muitos, desesperador, Dom Luciano preenche a sua vida pensando em Deus e nos outros.

Dom Luciano nos ensina que, assim como Deus é bom e pensa em nós, manifesta a sua atenção e amor e nos ajuda a perceber a sua bondade, assim também devemos agir, tomar a iniciativa, sair de nós mesmos e nos interessar pelo bem do próximo.⁵ Na ocasião do

⁵ Vale a pena constatar que esse pensamento que Dom Luciano, já havia manifestado, em seu tempo, hoje é muito presente no ensino do também jesuíta o Papa Francisco. Penso que seja suficiente a seguinte passagem para que este paralelo comece a ser percebido: “Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar essa chamada: sair da

acidente, Dom Luciano enfraqueceu bastante, mas não perdeu a consciência. Segundo ele, o sofrer e passar por aquela experiência, ensinou-lhe muito:

A primeira lição é a de compreender melhor os que estão passando por isso, porque quando a gente está com saúde, corre, trabalha, a gente quer fazer o bem, mas não percebe muito como é difícil a vida para os outros que não podem andar, estão na cama, estão tristes, estão diminuídos. A segunda coisa muito importante para mim, que gostaria de lembrar, é que eu sentia dores muito fortes, e é claro [que] eu me abandonava em Deus e confiava em Deus e ficava assim um pouco na dependência total de Deus [...]. Eu ficava pensando mais nos outros do que em mim. Os outros sofrem mais do que eu, crianças, mulheres, idosos, e eu ainda estou forte aqui, bem tratado, acompanhado por tanta gente boa⁶.

Esse relato nos leva a dizer que a experiência desse acidente para Dom Luciano, e sua excelente recuperação, fortaleceram ainda mais nele a convicção de que a vida é realmente dom de Deus que alguém recebe para ser bom e fazer o bem. A interpretação que Dom Luciano fez de sua recuperação demonstrou a ele com clareza que não apenas estava no caminho certo, dedicando-se ao próximo, mas que deveria continuar com esse serviço de maneira mais intensa.

Dom Luiz Demétrio Valentini, na época, Bispo de Jales-SP, é uma das pessoas que, ao ouvir Dom Luciano falar sobre a experiência do acidente, comunga dessa mesma opinião. A experiência desse fato se tornou não apenas um referencial para Dom Luciano, mas um impulso forte para a sua contínua e total dedicação ao Reino.

Era muito gratificante conversar com ele e recordar lances de sua vida que traduziam sua profunda confiança na providência, que ele expressava com serenidade [...]. Ele recordava com discrição o acidente, que lhe tinha causado nada menos que 27 fraturas por todo o corpo, e assim mesmo sobrevivera. Essa lembrança parecia estimulá-lo a colocar com maior generosidade a serviço a vida que a providência tinha salvado da morte. Essa confiança na providência permitia a Dom Luciano assumir compromissos arriscados, que para outros seriam loucura, mas para ele estavam sob medida. Na medida de sua exímia caridade (VALENTINI, 2008, p. 157).

2.3 Conhecimento do Cardeal Vietnamita Van Thuán

Dom Luciano conheceu pessoalmente o Cardeal São François-Xavier Nguyen Van Thuán, Arcebispo da então Saigon, hoje Ho Chi Minh, que esteve detido em um campo

própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho". (PAPA FRANCISCO, 2013, n. 20).

⁶ Ver: ALMEIDA, no "Programa Roda viva", disponível em <<http://www.rodaviva.fapesp.br>>. Acessado em 01 de junho de 2013.

de reeducação por treze anos, dos quais nove em prisão solitária. Em 1988 foi libertado e expulso do Vietnã.

Chamado a Roma pelo Papa São João Paulo II, atuou no Pontifício Conselho Justiça e Paz, primeiro como vice-presidente e, depois, como presidente. Desde 21 de fevereiro de 2001, fez parte do colégio cardinalício. Faleceu em Roma, de câncer, em 2002, com 70 anos (VAN THUÁN, 2002, p. 9-10).

Dom Luciano afirma que ter conhecido e conversado com esse Cardeal o levou a aprender muito, inclusive que diante dos grandes problemas que afligem a humanidade não devemos desanimar, mas acreditar sempre na força do bem, pois é Deus quem guia a humanidade.

Van Thuán é um homem que nos chama, pelo seu exemplo, a abandonar-nos totalmente nas mãos de Deus. O seu desapego dos bens materiais, o perdão aos que o perseguiram, a paciência na doença e nos sofrimentos, seu zelo pela justiça e paz, sua entrega ardorosa a Jesus Cristo, a serviço do Reino, nos ensinam muito e podem também nos marcar profundamente como aconteceu com Dom Luciano que disse: “Minha vida mudou depois de tê-lo encontrado” (VAN THUÁN, 2002, p. 10).

Com referência à história de vida desse Cardeal, Dom Luciano explicava que tudo, realmente, concorre para o bem daqueles que amam a Deus. Mesmo com uma história dolorida, cheia de incompreensões por parte de muitos, pode-se viver em paz e se sentir seguro, consciente do amor de Deus para com o homem em qualquer situação. Nos momentos difíceis que, às vezes, a vida nos oferece, por exemplo, nas doenças ou provações não devemos esperar nem pedir tantos milagres, nem soluções grandiosas, mas fazer a experiência da presença amorosa de Deus também no sofrimento, na curtição da vida assumida na paz e no amor, sem privilégios. Esta é a lição que Dom Luciano teve ao conhecer o Cardeal Van Thuán.

Ele realmente alimentou em mim uma das lições mais belas, que é a de entender que o mundo não precisa de outra luz que não seja a paixão de Cristo, vivida por amor, e ajudando a humanidade, no decorrer da história, a viver na solidariedade, um amparando o outro, no crescimento da fé, nas experiências de vida, nas alternâncias do diálogo (ALMEIDA, 2007, p. 58).

Penso que o encontro com o Cardeal Van Thuán, foi decisivo e encorajador para que Dom Luciano pudesse viver até os últimos momentos na entrega confiante ao Pai. O Cardeal,

ao partilhar com Dom Luciano os anos de sofrimentos enfrentados, fez com que ele entendesse muito mais e percebesse a importância de viver intensamente e encontrar um sentido para a existência em toda ocasião, ainda que adversa.

Esse fato foi também paradigmático porque fez Dom Luciano continuar ensinando com convicção que devemos viver unidos, neste mundo, ao mistério da encarnação e redenção de Jesus:

Em Jo 17,20: “Pai, eu não te peço que os tires do mundo”, quer dizer, aqueles que são discípulos do Cristo, que assumem o amor, que vivem fazendo o bem, que pagam o mal como bem, permanecem no mundo sem privilégios, sem milagres, suportando até o campo de concentração ou uma prisão como foi o caso do Van Thuán, o Cardeal santo. E aí está a compreensão do Cristo: que ele nos ama quando nos deixa sem privilégios, viver a vida humana. E oferecer essa vivência como solidariedade com aqueles que não estão, digamos assim convertidos, mas que pela convivência no amor, vão se despertando para um projeto divino da salvação (ALMEIDA, 2007, p. 53-54).

3. MEMÓRIA TEOLÓGICA COMO GRAÇA ATUALIZADORA DO AMOR DE DEUS EM NÓS.

Ao amarmos o próximo estaremos atualizando o próprio amor de Jesus pela humanidade que, ao deixar o mandamento do amor, pediu que nos amássemos uns aos outros como ele nos amou (Jo 15, 12).

A presença amorosa de Deus atua sempre em nós, nos capacitando para o exercício do amor. Bastam somente nossa disponibilidade e abertura à realização de sua vontade, a qual se encontra sempre solícita a nos fortalecer e a nos guiar no caminho do bem, de maneira coerente e fiel, segundo a essência do nosso criador (1 Jo 4, 16).

A pessoa humana, mesmo afetada pelo pecado, é capaz de escutar na intimidade do seu ser uma voz que constantemente a chama para se realizar no caminho do bem⁷. Quando o homem, muitas vezes, no silêncio do seu coração, ouve essa voz e deixa-se por ela interpelar e conduzir, torna-se capaz de desencadear em si e em sua comunidade um processo vital sumamente transformador. Sendo Deus amor, o homem criado por Ele, à

⁷ Concilium Oecumenicum VATICANUM II, *Gaudium et Spes* (07 Decembris 1965), Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo Huius Temporis, in *AAS* 58 (1966) 1025-1115, n. 16.

sua imagem e semelhança, não escapa a essa realidade. No mandamento do amor se expressa bem essa potência divina presente no coração de cada homem.

Somos capazes de amar e, ao amar a Deus por meio do amor ao nosso semelhante, atualizamos pela gratuidade a caridade divina. “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15, 12). Aquele que ama desse modo a Deus cumpre toda justiça para com o próximo e experimenta em sua vida algo divino, a alegria do amor prioritário. Nesse sentido, podemos sem dúvida afirmar que a caridade é um movimento do amor que nasce de Deus e para ele retorna, assumindo ontologicamente e dinamizando eticamente toda a nossa existência (COZZOLI, 2010, p. 200).

Para Dom Luciano, esse processo de transformação de cunho existencial que ocorre no coração do homem, pela graça divina de quem se abre para Deus e se mantém na mesma caridade e possibilita a vivência pessoal da justiça, possui claras repercussões tanto em nível social quanto na vivência da comunidade Igreja. Essa transformação inicia-se quando a pessoa ultrapassa a exterioridade de suas vivências cotidianas, muitas vezes compostas por necessidades e expectativas suscitadas pelo mercado, pela tecnologia e pela mídia, e imerge na sua interioridade. Segundo ele, esse processo interior faz com que a pessoa experimente em sua vida um grande paradoxo. De um lado, o ser humano se sente insuficiente, carente de sentido e incompleto, tendo nítida consciência de que não se fundamenta a si mesmo. Com isso, a pessoa se percebe frágil, carente e se sente incapaz de conferir um sentido autônomo à sua própria existência.

Por outro lado, pela sua capacidade de abertura para com o outro e para com o próprio Deus, demonstrado na relação para com ambos, a pessoa se sente plena em sua dignidade e consciente da posse de muitos e importantes valores, decorrentes da autenticidade dessa relação. A partir dessa constatação relacional, percebe-se que, realmente, a pessoa que se abre conscientemente para a existência, no diálogo com Deus, razão de sua vida, jamais excluirá o outro, pois a relação íntima para com Deus requer a verdadeira inclusão amorosa do semelhante (1Jo 4, 20).

Pela abertura relacional do homem com o divino e com o seu semelhante, muitos e variados vínculos se estabelecem. Devido a esses laços, o ser humano não se perde e não se prende à solidão. Para Dom Luciano, a solidão acontece quando o homem entra em si e se encontra solitário, tendo como referência apenas a si mesmo. “Esse eu e eu é

altamente decepcionante, porque nos deixa também com a nostalgia, com a saudade do contato com as outras pessoas. De modo que uma pessoa adulta, que não é uma criança e que já tem muitas solicitações de relacionamentos, quando entra dentro de si, a experiência que ela tem é terrível, porque ela é ela só, esse eu e eu” (ALMEIDA, 1971)⁸.

O homem, desde cedo, procura sair desse isolamento buscando ficar perto de alguém. Desse modo, segundo Dom Luciano, surge o primeiro tipo de presença que ele denomina apenas de física. Um segundo tipo, foi por ele designado como imaginativa. Essa presença não é mais estar ao lado de, mas é colocar-se, pela construção interior, como se estivesse ao lado de alguém. Essa presença ainda é muito pobre, pois é apenas uma evidência da presença física. A imaginação acaba revivendo em mim a alegria de um contato simplesmente físico (ALMEIDA, 1971). Outro tipo de presença que sucede, chama-se afetiva. Nessa, alguém se torna interior ao outro por meio do amor. É típico da pessoa humana se encontrar na presença de alguém sem estar necessariamente diante desse alguém, conforme afirma Dom Luciano: “Há pessoas que moram dentro da nossa vida consciente e ali se introduzem porque nós a interiorizamos livres no amor. Tudo isso é limitado pelo sinal. É alimentado pela expectativa do sinal, envolvido naquele silêncio do amor” (ALMEIDA, 1971).

De fato, a presença afetiva marca todo amor humano. Essa presença garante a presença ativa do filho ausente no regaço materno. A certeza do amor pela namorada faz com que a presença dela resida dentro do namorado ou vice-versa. É certo que cada pessoa carrega dentro de si várias presenças afetivas.

3.1 Deus nos ama em tempo real.

Segundo Dom Luciano, o amor humano entre duas pessoas, por mais verdadeiro que seja, é limitado, pois necessita da linguagem e de sinais sensíveis para se expressar. Devido à presença afetiva caracterizada pelo amor, o homem descobre que não está sozinho, ele é capaz de ir criando laços de profundo amor e amizade, e se compromete cada vez mais com o amado. Esse direcionar para o outro nos leva a nos importarmos com toda a humanidade. Para Dom Luciano, a experiência profunda de Deus, o se sentir amado

⁸ “Curso de Interiorização” (1971). Mimeografado, disponível no Centro de Documentação Dom Luciano, Arquidiocese de Mariana, no Antigo Palácio dos Bispos na parte de cursos e palestras.

imediatamente por Ele, no mais íntimo do ser, possibilita à pessoa atualizar a caridade, de tal forma que o seu modo de viver transborde em ações verdadeiramente éticas e justas.

3.2 É preciso efetivar a fraternidade, dádiva do cristianismo.

Muitos procuram a justiça e a solidariedade. Graças a Deus! Mas só nós cristãos podemos fundamentar adequadamente a fraternidade. Sua raiz é a certeza que Jesus nos dá de que Deus é nosso Pai, Pai de todos os homens. Em seu amor infinito ama a todos, e a todos confere a mesma dignidade. É por isso que somos irmãos, destinados a construir uma sociedade fraterna. É esse amor cristão que nos dá força para vencer o egoísmo e animar as formas fraternas de convivência e partilha, que anunciam nesta terra o Reino de Deus (ALMEIDA, 1996, p. 54).

Nessa reflexão, Dom Luciano indica que a caridade, em seu sentido pleno, é que nos ilumina e nos faz bons. Da atuação dessa virtude decorrem o sentido e a finalidade do comportar-se ético, da busca pela justiça e, também da vivência solidária. Essas ações são boas, mas, se não vêm acompanhadas da caridade de quem as pratica, são limitadas e insuficientes para a construção de uma sociedade digna da grandeza do ser humano. Para Dom Luciano, o valor mais importante seriam os atos de doação fraterna que despertariam pouco a pouco a consciência de um povo para vencer o egoísmo e a cegueira do coração. Ele intui que a pessoa humana precisa ir além da reivindicação dos direitos de cidadãos, que ainda pode conter o egoísmo, que leva o homem a buscar apenas seus próprios direitos, sem levar em conta o direito do outro. “Não basta que cada um valorize a própria vida. É preciso aprender a amar a vida do próximo, a ponto de respeitá-la e promovê-la à custa de ingentes sacrifícios” (ALMEIDA, 1987, p. 32). Ele parece indicar que para além de simples cidadãos, devemos tomar consciência de que somos realmente irmãos. É preciso evoluir da cidadania para a fraternidade. Para ele essa mudança é possível quando sairmos de nós e considerarmos o outro mais importante. Então não basta ser também só irmãos, é preciso que cada um considere o seu irmão mais importante. Pensando e agindo assim, a vida é respeitada e uma sociedade digna da pessoa humana acontece: “Essa sociedade será redimida, será libertada no momento em que cada pessoa humana discernir no seu irmão alguém que é mais importante, mais valioso do que ele mesmo” (ALMEIDA, [1971?], p. 10-11)⁹.

⁹ “Educação, sociedade e participação” [1971]. Material mimeografado, disponível no Centro de Documentação Dom Luciano, Arquidiocese de Mariana, parte de livros, 10-11.

De fato, somente o amor, em um horizonte de fé alargado pela compreensão da fraternidade humana e cristã, fundamentado na dignidade pessoal dos filhos de Deus, é capaz de nos levar à construção de uma sociedade, não apenas justa e solidária, mas, realmente fraterna.

Para isso acontecer, no dizer de Dom Luciano, é indispensável a conversão pessoal, é preciso tirar do coração o egoísmo: “A sociedade justa e fraterna tem por condição necessária a conversão cotidiana do nosso coração, que acarreta e garante a transformação maior da inteira sociedade” (ALMEIDA, 1996, p. 54).

O modo de comportar-se da sociedade, para Dom Luciano, não se explica apenas em chave puramente sociológica. Segundo ele, é preciso um olhar de fé para entendermos que, realmente, as muitas injustiças, conflitos e maldades, instaladas nas estruturas sociais, são frutos do pecado, causado pela fragilidade da liberdade humana, ainda marcada pela convivência do homem com o egoísmo interior. Dom Luciano, fascinado pelo presente, via nesse mundo a maldade humana e se entristecia, mas pela sua fé e certeza de que o filho de Deus já havia iniciado o seu Reino, nunca perdera a esperança de ver uma sociedade melhor, transformada pelo anúncio do Evangelho. Ele acreditava na possibilidade das pessoas se converterem aos valores cristãos. Ele via a necessidade de vencer as injustiças instaladas na sociedade e percebia claramente de onde elas se originavam. Era cômico de que elas eram fortes e difíceis de serem combatidas, de modo que carecia da firmeza e ação de todos para essa grande empreitada. Para ele, não bastaria criticar os governos e estruturas, seria preciso que cada um assumisse sua responsabilidade pessoal, se redimindo, intensificando ainda mais a evangelização:

Não se trata de ações isoladas. É preciso atingir as falhas do sistema que institucionalizou a injustiça e o empobrecimento da nação. Nossa crítica não é contra o governo. Vale para toda a sociedade em que vivemos e da qual participamos. Somos corresponsáveis, lamentavelmente dessa injustiça institucionalizada. Respondemos aos clamores do povo com a ação evangelizadora (ALMEIDA, 1996, p. 53-54).

Na relação entre justiça e caridade, aparece nitidamente a necessidade da oração, esse encontro interior, pessoal com Cristo, que nos chama à conversão e nos ilumina a consciência para o sublime valor da fraternidade, sem a qual nossa vida cristã se tornaria superficial e incompleta. Dom Luciano defendia a necessidade de um encontro íntimo da pessoa com Deus para a instauração da paz e o fim da violência. Para ele, esse encontro

é possível no íntimo de cada pessoa com o seu criador e como consequência do diálogo amoroso a paz ressurgiria. Pois, segundo ele, a raiz da paz está na consciência que não pode ser violentada. Tal ato impediria o outro de fazer opções profundas, causando opressão e gerando respostas violentas, que destruiriam a harmonia no íntimo do indivíduo e da sociedade (ALMEIDA, 1997, p. 251). Para Dom Luciano, é possível e necessária a transformação da sociedade para melhor, porém, para ele, é evidente que essa transformação não virá simplesmente pela força da justiça em si, mas, pela justiça iluminada e, muitas vezes, corrigida pela força do amor.

3.3 Reproposta da caridade, centro da vida cristã.

Fala-se muito do mundo possível. É verdade. Creio que podemos acreditar que outra sociedade é possível, marcada pela justiça, desde que o mandamento de Cristo na Eucaristia, o amor gratuito, seja a lei interior de nossa vida e da sociedade. Na força da Eucaristia podemos com auxílio divino vencer o ódio com amor, a violência com a paz, a discórdia com a reconciliação e o desespero com a esperança. O segredo da transformação da sociedade está na mudança das relações humanas. A grande luz encontra-se no preceito do amor gratuito, à imitação do amor divino (ALMEIDA, 2006, p. 383).

Essa citação nos faz ver a profundidade do pensamento teológico de Dom Luciano. Mesmo percebendo que a sociedade não estava bem por causa da injustiça, ele acreditava que para melhorá-la era preciso algo mais. Acredito que aqui se encontra uma chave de interpretação de seu pensamento. Ele não despreza a justiça, mas não a apresenta simplesmente como solução para resolver os desafios de uma sociedade. Ele coloca como ponto de partida e valor a ser ativado no coração do homem o amor gratuito.

À medida que o homem vivesse, de fato, o amor e tivesse a iniciativa constante de amar, muitas questões sociais drásticas seriam resolvidas. Mas, se esse viesse a faltar no coração do homem, não haveria justiça humana capaz de solucionar os grandes problemas sociais. Ele acreditava que a fonte da injustiça estava no egoísmo, no ódio que existe dentro de muitos corações humanos que rejeitaram o amor.

Dom Luciano, mesmo defendendo os valores sociais, o direito dos índios, a reforma agrária, não se esquecia de anunciar os valores do Evangelho e as exigências do amor e a necessidade da conversão, como garantia das mudanças sociais. Ele via sempre o amor como princípio das ações boas e duradouras, em favor do homem e de toda sociedade.

Discute-se o Estatuto da Terra. Fala-se de justiça agrária e de novos direitos assegurados pela futura Constituinte. Talvez nos esqueçamos de que para

superar o ciclo de ganância e da violência é preciso algo mais. É preciso o Evangelho. Entre os bens pessoais e a vida do irmão, prevalece a exigência do amor. O próximo passa em primeiro lugar. Só assim haverá felicidade entre os homens. Dinheiro e terra nunca farão feliz a ninguém. Feliz é quem faz os outros felizes (ALMEIDA, 1995b, p. 2).

Dom Luciano, profeta, profundo conhecedor de realidades injustas, se entristecia quando percebia corações fechados, incapazes de perdoar. Pois sem perdão ele sabia da impossibilidade de transformações profundas e benéficas em nível social. Não havendo perdão, o egoísmo continuaria reinante, o homem não se resolveria e a sociedade se deteriorava.

Ele sabia que na raiz de muitos males estavam, de fato, o egoísmo e a falta de exercício do perdão. Aliás, a falta do perdão entre as pessoas era causa de um dos seus maiores sofrimentos. "Entre as coisas que me fazem sofrer, está a dor que existe no mundo. Parece-me uma violência a dificuldade que as pessoas sentem em abrir-se ao perdão, sobretudo na vida conjugal, de saber reconciliar-se com o outro, vendo também os seus méritos" (OLIVERO, 2002, p. 36). Ao insistir com o amor como centro da vida humana e das relações, Dom Luciano, realça a novidade do cristianismo e tenta oferecer um caminho de reconstrução, sem abdicar da justiça, mas incentivando em todos um sentimento que para ele era mais abrangente e original, a fraternidade cristã.

A nova sociedade requer homens e mulheres novos. Todos são chamados a colaborar, especialmente nós, cristãos, na interioridade da oração pessoal, na docilidade aos ensinamentos do Evangelho. A nossa vida comunitária deve alcançar, no interior, um relacionamento fraterno sempre mais estreito e, no exterior, relações profundas com os ambientes em que trabalhamos, vivemos, oferecendo-lhes os valores perenes e sempre novos do Evangelho. É preciso semear este discurso no coração humano e juntar-se para construir, no respeito à liberdade e à dignidade de todas as pessoas humanas, uma sociedade na qual seja pleno o exercício dos próprios direitos (OLIVERO, 2002, p. 76).

Revisitando a reflexão de Dom Luciano nesses dias, percebemos mais uma vez a sua extrema atualidade. Vivemos tempos difíceis! Em nível mundial, basta perceber quantos imigrantes estão sendo mortos ao deixarem o seu país na tentativa de fugir de tamanha violência desencadeada pela ganância e pela falta de amor e de reconhecimento da dignidade humana¹⁰. Em nível nacional, quanta corrupção e violência! No nosso estado de Minas Gerais, em Mariana, e mais recentemente em Brumadinho, quantas pessoas

¹⁰ Sobre esta questão, ver Jornal *Globo*, Entenda situação de países de onde saem milhares de imigrantes Europa, disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia>>. Acesso 15 de setembro de 2016.

foram mortas devido a lama das barragens de rejeitos de mineradoras, que visando mais os lucros não podem se eximir da culpa de terem sido responsáveis pela morte de centenas de pessoas e de animais e degradaram drasticamente o meio ambiente.

Sabemos que a transformação social passa por uma ordem política sadia. Essa ordem inclui uma política bem organizada e atenta que resolva os grandes desafios nacionais e internacionais. Em meio a tantos conflitos e guerras, somente a justiça não resolve todos os problemas. O mundo precisa contar com o amor e com o perdão, efetivamente, como lembra Dom Luciano: “A mera justiça não restitui a paz, requer-se a força do amor e do perdão” (ALMEIDA, 1985, p. 2). A força do testemunho de pessoas marcadas pelo amor que sabem respeitar o próximo, prezando pela dignidade da vida humana é o exemplo deixado por este Bispo a todos como possibilidade e meio para o início de reestruturação de toda uma sociedade no bem. Segundo ele, todas as pessoas, especialmente os cristãos, que desejam contribuir para a resolução de muitos e enormes problemas e conflitos atuais, não podem transcurar a “grandeza de perdoar e o empenho para não incidir no erro” (ALMEIDA, 1985, p. 2).

4 A FORÇA DO TESTEMUNHO

Dom Luciano, ao viver o cristianismo, foi coerente com a vontade de Jesus que veio para todos, começando pelos mais sofridos e abandonados. Em muitos de seus artigos fica clara a sua opção pelos marginalizados, cujos direitos ele defendia e reivindicava, mostrando que a vida cristã é caminho de coerência, retidão, justiça e caridade. Ele lamentava quando os cristãos, não vivendo a sua fé, não tinham condições de denunciar as injustiças presentes no mundo, pela autoridade do próprio testemunho. “É pena que a América Latina, onde vive a maior população de cristãos, não possa questionar o restante da humanidade a partir da própria vivência. Também nós temos, infelizmente, incoerências. Nosso continente abriga injustiças graves demais para podermos falar com a autoridade do testemunho” (ALMEIDA, 1985, p. 2). Nesse aspecto, a vida de Dom Luciano, com seus gestos e atitudes, tem muito a nos ensinar, pois ele soube viver

plenamente essa categoria do “testemunho” que na concepção pós-conciliar, significa correspondência entre o Evangelho e a vida¹¹.

Não é por acaso que ele foi citado pelo próprio Papa Francisco em seu discurso dirigido ao episcopado brasileiro por ocasião de sua primeira visita apostólica ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, aos 27 de Julho de 2013, entre aqueles que segundo o Pontífice, “deixaram marcas indeléveis no caminho da Igreja, no Brasil, fazendo palpar com a mão a grande bondade de Deus por esta Igreja”¹². Com o exemplo de sua vida, Dom Luciano, despretensiosamente conseguiu atingir não apenas os seus diocesanos, as pessoas particulares com quem se encontrava, mas toda a Igreja que caminha no Brasil. E por ser a Igreja católica una, a ação e vida dele, embora mais localizada, nesse país, não deixou de contribuir por meio do seu testemunho para que, em toda a Igreja, se manifestem de maneira mais palpável a bondade e a misericórdia de Deus¹³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.M. de. Curso de Interiorização, 1971. Mimeografado, disponível no Centro de Documentação Dom Luciano, Arquidiocese de Mariana, no Antigo Palácio dos Bispos na parte de cursos e palestras.

¹¹ AG 11.24.37; GS 28.38. Para o CONCÍLIO VATICANO II, todo cristão tem a missão de tornar crível o Evangelho pela sua vida coerente de fé.

¹² Após agradecer o trabalho abnegado dos bispos do Brasil nas suas diversas e difíceis realidades e regiões, o Papa citou, em nota de rodapé, alguns nomes de bispos que, dentre outros, foram instrumentos palpáveis da bondade de Deus por esta Igreja, ou seja, pessoas que pelo seu exemplo de vida e de caridade marcaram de maneira forte e positivamente a caminhada, o rosto desta Igreja presente nessa nação. “Penso em tantas figuras como, somente para citar algumas: Lorscheider, *Mendes de Almeida* (grifo nosso), Sales, Vital, Câmara, Macedo... juntamente com o primeiro Bispo brasileiro Pero Fernandes Sardinha (1551/1556), assassinado por belicosas tribos locais”. Ver discurso de Papa Francisco no encontro com o episcopado brasileiro, em 27/07/2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.catequesehoje.org.br/index.php/outro-olhar/catequese-e-modernidade/489-discurso-do-papa-ao-episcopado-brasileiro>>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.

¹³ A base para esse raciocínio se encontra, no que o magistério nos ensina na *Lumen gentium* quando fala da universalidade ou catolicidade do único povo de Deus, mais precisamente quando afirma: Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes traz seus próprios dons às demais partes e a toda a Igreja. Assim o todo e cada uma das partes aumentam comunicando entre si todas as riquezas e aspirando a plenitude na unidade”. *LG*, n. 13. Confere também no *Código de Direito Canônico*: “As Igrejas particulares, nas quais e das quais se constitui a uma e única Igreja católica, são primeiramente as dioceses, às quais se equiparam, não constando o contrário, a prelazia territorial, a abadia territorial, o vicariato apostólico, a prefeitura apostólica e a administração apostólica estavelmente erigida” (Cân. n. 368).

- _____. Educação, sociedade e participação. [1971?]. Material mimeografado, disponível no Centro de Documentação Dom Luciano, Arquidiocese de Mariana, parte de livros, 10-11.
- _____. Para além do apartheid, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 agosto 1985, p. 2.
- _____. *O direito de viver*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1987.
- _____. In: MENDES, Cândido; AZEVEDO, Marcelo Carvalho de (Orgs.). *Bilhetes de Dom Luciano*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. Meu Pai. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 maio 1995a, p. 2.
- _____. Terra e amor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 junho 1995b, p. 2.
- _____. *Jesus Cristo Luz da Vida Consagrada*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A serviço da vida e da esperança: mensagens às famílias cristãs*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. Há cem anos, nascia minha mãe. In: ARQUIDIOCESE DE MARIANA, *Dom Luciano Luz, ternura e serviço*. Jubileu de prata episcopal. Mariana: Dom Viçoso, 2001, p. 18-19.
- _____. Eucaristia e transformação da sociedade, *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 38, ano 2006, p. 383.
- _____. Palavras de agradecimento de Dom Luciano. In: PAUL, Cláudio (Org.), *Doctor Amoris causa*. São Paulo: Loyola, 2007, p. 55-56.
- _____. Programa Roda viva. Disponível em: <<http://www.rodaviva.fapesp.br>>. Acessado em 01/06/2013.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Tradução CNBB. São Paulo: Loyola, 2001.
- CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II: *Gaudium et Spes* (07 Decembris 1965)
- COPPI, Paulo de; HEERDT, Mauri Luiz. *Profetas do Reino*. São Paulo: *Mundo e Missão*, 1998.
- COZZOLI, Mauro. *Etica teologale*. Fede, Carità, Speranza. San Paolo: Cinisello Balsamo 2010.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965). Tradução Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.
- DONEGANA, Costanzo; DIAS, Paulo da Rocha. Apaixonado por Cristo e pelos pobres, *Mundo e Missão*, São Paulo, n. 55, set. 2001, p. 20.
- GLOBO. Entenda situação de países de onde saem milhares de imigrantes europa, *Globo*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/entenda-situacao-de-paises-de-onde-saem-milhares-de-imigrantes-europa.html>>. Acesso 15 set. 2016.

- MENDES, Cândido; AZEVEDO, Marcelo Carvalho de (Orgs.). *Bilhetes de Dom Luciano*. São Paulo: Loyola, 1990.
- OLIVERO, Ernesto. *Unidos em favor da Paz: Diálogos com Dom Luciano Mendes de Almeida*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Dio non guarda l'orologio*. Torino: Priuri & Verlucca, 2011.
- PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 nov. 2013.
- _____. Discurso do santo Padre no encontro com o episcopado brasileiro, em 27/07/2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.catequesehoje.org.br/index.php/outro-olhar/catequese-e-modernidade/489-discurso-do-papa-ao-episcopado-brasileiro>>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.
- PAUL, Cláudio (Org.). *Doctor Amoris causa*. São Paulo: Loyola, 2007.
- QUEVEDO, Luiz Gonzalez. A Espiritualidade inaciana na vida de Dom Luciano. In: _____. *A Mãe do Senhor na Colina*, n. 7, ano 2007, p. 19-31.
- SANTOS, Pedro Paulo Cristovam dos. O jesuíta Dom Luciano. In: ARQUIDIOCESE DE MARIANA (Org.). *Dom Luciano Luz, Ternura e Serviço: Jubileu de Prata Episcopal*. Mariana: Dom Viçoso, 2001, p. 33-34.
- SIMÕES, Neusa Quirino. *Em Nome de Jesus passou fazendo o bem*. Lembrança de Dom Luciano Mendes de Almeida. São Paulo: Loyola, 2009.
- VALENTINI, Dom Luiz Demétrio. Dom Luciano Mendes de Almeida. In: ARROCHELLAS, Maria Helena (Org.), *Deus é bom: homenagem a Dom Luciano*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2008, p. 156-173.
- VAN THUÁN, François-Xavier Nguygên. *Testemunhas da Esperança*. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

DOM LUCIANO MENDES: PERITO EM HUMANIDADE

Edmar José da Silva*

Resumo: Dentre as inúmeras qualidades e virtudes de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, o artigo objetiva colocar em relevo a sua admirável sensibilidade humana. O seu profundo amor e respeito pelo ser humano, ancorados na sua admirável experiência de fé, serão ressaltados a partir de três situações envolvendo a sua pessoa e o modo como as enfrentou dentro desta perspectiva humanista. As três situações que serão narradas, chamarão a atenção para três aspectos diferentes do seu humanismo: mestre do amor (gratuidade), mestre do acolhimento generoso e mestre da misericórdia e do perdão.

Palavras-chave: Dom Luciano; Testemunho; O amor; Humanismo; Perdão

Riassunto: Tra le molte qualità e virtù di Mons. Luciano Pedro Mendes de Almeida, l'articolo mette in evidenza la sua ammirevole sensibilità umana. Il suo profondo amore e rispetto per l'essere umano, ancorati alla tua ammirevole esperienza di fede, verranno messi in evidenza a partire da tre situazioni che coinvolgono la sua persona e il modo in cui le ha affrontate entro questa sua prospettiva umanistica. Le tre situazioni che verranno narrate attireranno l'attenzione su tre diversi aspetti del suo umanesimo: maestro dell'amore (gratuità), maestro della generosa accoglienza e maestro della misericordia e del perdono.

Parole chiave: Mons. Luciano; Testimonianza; L'amore; Umanesimo; Perdono

INTRODUÇÃO

Agradeço ao Pe. Edvaldo Antônio de Melo, Diretor acadêmico e coordenador do curso de filosofia da Faculdade Dom Luciano Mendes e ao Pe. Adilson Luiz Umbelino Couto, Diretor de estudos do Curso de Teologia do Seminário São José, pelo honroso convite para participar desta mesa redonda dentro do contexto do Simpósio acadêmico sobre a história da Igreja particular de Mariana: memória e testemunho. Cumprimento fraternalmente os meus colegas de mesa, a profa. Dra. Cláudia de Oliveira Rocha, o professor Ms. João Paulo e o prof. Dr. Pe. Edvaldo de Melo, mediador desta mesa.

Coube a mim, nesta mesa redonda, tratar do tema: “O dizer o testemunho a partir da vida de Dom Luciano”. Creio que a motivação do tema nasceu do projeto de pesquisa da Faculdade Dom Luciano, intitulado “Dizer o testemunho”, do qual participei e tive a grata

* Edmar José da Silva é presbítero da Arquidiocese de Mariana. Pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior e mestre em filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma/Itália. Autor de *Provocações éticas* e organizador do livro *Dizer o testemunho II*. É professor de Filosofia na Faculdade Dom Luciano Mendes – FDLM – de Mariana-MG.

satisfação de organizar o segundo volume da obra, juntamente com o Pe. Edvaldo, com mesmo título do projeto. Esta obra foi publicada pela Editora Paulinas, em 2016¹.

Promover um simpósio sobre a história da igreja particular de Mariana é oferecer a todos a oportunidade de contemplar a beleza, a grandeza e a riqueza de uma história quase tricentenária e que muito influenciou toda a igreja no Brasil. Segundo o historiador e professor Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho, para se compreender bem a história da Igreja no Brasil, devemos necessariamente frequentar a história da Arquidiocese de Mariana, a sexta diocese criada no Brasil, em 1745. Seguindo este mesmo raciocínio, afirmo com toda a convicção que para se compreender a história mais recente da Igreja particular de Mariana, faz-se necessário conhecer esta grande e ilustre figura da nossa Igreja particular que foi Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, 4º arcebispo da Arquidiocese de Mariana, e que a conduziu magistralmente de 1988 a 2006. Neste sentido, resgatar alguns aspectos da sua pessoa e da sua vida, faz-se uma tarefa urgente e necessária para manter vivo o seu legado espiritual, pastoral, humano e eclesial. Fazer memória de dom Luciano não é somente tarefa acadêmica, mas quase que uma exigência ética e eclesial. O grande teólogo José Comblin, assim afirmou a respeito de Dom Luciano:

Dom Luciano foi uma das personalidades mais marcantes do século XX, uma dessas personalidades que marcam uma época. A sua vida foi tão rica de ensinamentos que ela constitui uma referência permanente. Tinha tantas qualidades, tantas capacidades, tantos talentos... e tudo isso reunido numa vida tão simples na sua riqueza (ARROCHELAS, 2008, p. 314).

Falar sobre Dom Luciano não é tarefa difícil, porque todos que conviveram mais de perto com ele, têm uma história para contar, um aspecto para ressaltar da sua sabedoria, santidade e simplicidade. Além disso, multiplicam-se as bibliografias a respeito da sua vida e do seu legado. O desafio está no fato de ter que selecionar alguns aspectos para serem tratados nesta conferência, diante da amplitude do tema que me foi confiado e da magnitude do “magister amoris causa” (LIBANIO, 2008, p. 81).

O Santo Papa João Paulo II, ao referir-se ao extraordinário São Tomás de Aquino, o chamou de “*Doctor humanitatis*”, ressaltando que o Aquinate era doutor da humanidade

¹ Artigos de Dom Luciano Mendes de Almeida. SANTOS, José Carlos; MARQUES, Lúcio Álvaro (Orgs.). *Dizer o testemunho*. Vol. I. São Paulo: paulinas, 2013; MELO, Edvaldo Antônio e SILVA, Edmar José (Orgs.). *Dizer o testemunho*. Vol. II: artigos de Dom Luciano Mendes de Almeida. São Paulo: Paulinas, 2018.

e doutor em humanidade. Tomo emprestado a intuição do São João Paulo II para nomear esta conferência: “Dom Luciano Mendes: perito em humanidade”. Nesta conferência, não desejo evidenciar o legado eclesial deixado por Dom Luciano Mendes, mas o seu legado antropológico. Seguindo a proposta do simpósio, embasado no testemunho e na memória, optei por colocar em evidência algumas situações envolvendo Dom Luciano e, a partir destas, tirar três conclusões a respeito da sua incrível sensibilidade humana. Como professor de Antropologia filosófica, quero chamar a atenção para o seu testemunho de profundo amor e respeito por toda pessoa humana, ancorados na sua profunda experiência de fé. Como perito em humanidade, Dom Luciano nos deixou um rico legado no que diz respeito à prática do amor-gratuidade, do acolhimento generoso e da prática da misericórdia e do perdão.

1. O MESTRE DO AMOR-GRATUIDADE

Na semana filosófico- teológica de 2006, promovida pelo Instituto de Teologia São José e a Faculdade Arquidiocesana de Mariana, o tema proposto para reflexão era: justiça e caridade: ética numa sociedade plural. Naquela ocasião, várias perguntas me inquietaram, dentre elas: qual a relação entre justiça e o amor? É possível acrescentar o amor na justiça? Três anos mais tarde, ouvindo uma palestra de Dom Luciano sobre o terceiro setor, promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais², obtive a resposta para tais questionamentos.

Com seu estilo simples, claro e profundo, diante dos magistrados de Minas Gerais e de outros Estados, Dom Luciano chamou a atenção para a necessidade de se alargar a compreensão de cidadania e de justiça. Segundo ele,

Cidadania não é apenas ter acesso a um conjunto de direitos e deveres, mas é a alegria de promover a vida do outro e a justiça não pode ser considerada um elemento completo para orientar os relacionamentos humanos, porque ela está amparada nas leis e estas são susceptíveis de aperfeiçoamento. O que dá sentido à vida humana é o amor (ALMEIDA, 2009).

² ALMEIDA, L. Mendes. Palestra do terceiro setor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 25 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KjBKOUHK144>>. Acessado em 02/02/2019.

Durante a sua conferência, levanta os seguintes questionamentos: “*O que é a relação entre mãe e filho? O que é a relação entre marido e mulher? O que é família? O que é o voluntariado? É amor. O voluntário não ganha nada, não tem direito trabalhista, não exige nada, quer apenas amar e servir*”.

Lançando um olhar crítico sobre a sociedade, Dom Luciano faz as seguintes provocações:

Que tipo de sociedade queremos? É a sociedade das regras, dos pactos sociais, das exigências, dos direitos e deveres? Isso tudo é constitutivo da sociedade, mas insuficientes. Se acabar o amor, acaba a vida humana. Devemos entender que a ética é a coerência com a dignidade pessoal e do outro e que o cerne da felicidade humana está em fazer o bem, gratuitamente. Nós inventamos a sociedade do comércio baseada no ganhar mais, ganha menos, no quanto devolve, nos direitos e deveres, nos julgamentos e ressarcimentos. E a vida não é isso! Devemos perceber que o ingrediente mais importante do relacionamento humano é a gratuidade do amor (ALMEIDA, 2009).

Cita como exemplo a vida de Madre Teresa de Calcutá que deixa tudo para atender os pobres e doentes. Era realizada na doação da própria vida, no amor. Para Dom Luciano, deve haver uma mudança de mentalidade:

Que tipo de sociedade queremos: sociedade organizada, cada um ganhando o que pode? Um Estado que garante direitos e deveres estabelecidos na lei? Mas se o coração do ser humano não mudar, a realidade também não mudará. Estamos cultivando uma axiologia doente, porque identificamos felicidade com riqueza e isso é doença do rico e do pobre: do rico porque quer enriquecer cada vez mais e do pobre porque quer ganhar na loteria porque seu projeto de vida é ser rico. Isso estraga a humanidade. Devemos descobrir que o que torna o ser humano feliz é o amor, a gratuidade nas relações. Um ingrediente fundamental para que haja uma ética humana não é somente o respeito, mas o amor. E não é o amor da reciprocidade, mas o amor da gratuidade, como o amor da mãe que cuida do filho com deficiência durante toda a sua vida. Não é preciso ser rico para ser feliz, basta amar. A cidadania e a justiça verdadeira vão acontecer quando as pessoas tiverem dentro de si, como regra de vida, amar mais e entenderem que a verdadeira justiça não é o cumprimento frio da lei, mas é amar (ALMEIDA, 2009).

Em sua tese de doutorado, assim expressa Pe. Darci Fernandes, a respeito da relação entre amor e justiça em Dom Luciano: “*a justiça pode levar, no máximo ao respeito do outro, estabelecendo leis igualitárias entre as pessoas, mas somente o amor é capaz de nos fazer amar o próximo como irmão*” (LEÃO, 2017, p. 186).

2. O MESTRE DO ACOLHIMENTO GENEROSO

Permitam-me iniciar a reflexão sobre este segundo tópico relatando uma história: no início de fevereiro de 2003, quando era Diretor do Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção, da Arquidiocese de Mariana, telefonei para Dom Luciano para ver se podia ir à sua casa para agendar as celebrações da comunidade formativa. Devia fazer isso logo no início do ano, porque depois seria impossível, devido aos inúmeros compromissos do referido bispo. Ao telefone me disse que estava esperando o presidente de uma grande empresa brasileira para uma conversa, mas que eu poderia passar na sua casa que ele me atenderia.

Ao chegar no palácio episcopal, preocupado com a visita ilustre que poderia chegar a qualquer momento, tratei logo de abrir a agenda para marcar os compromissos com o arcebispo. Mas ele, pacientemente, começou a conversar sobre a minha vida, a indagar sobre a minha família, sobre o período de férias, sobre a semana vocacional, etc. A cada pausa que dava, eu tratava logo de mostrar a agenda para agilizar o motivo da minha visita, mas ele insistia em conversar sobre questões ligadas à minha vida e ao exercício do meu ministério. Durante a nossa conversa, o tal presidente da empresa importante chegou. Pensei: agora vai agilizar a conversa porque o homem importante está aguardando-o! Ledo engano. Continuou conversando pacientemente comigo e algum tempo depois, tirou a sua agendinha do bolso e disse: “Agora, vamos agendar as minhas idas ao seminário Menor”. Compromissos anotados, levou-me até a porta do palácio episcopal e se despediu de mim com toda paciência e delicadeza que lhe eram próprias e foi atender o tal diretor da empresa.

Alguns dias depois, ouvindo uma pregação sua, a certa altura da reflexão, ele fez a seguinte afirmação: *“quando estamos com uma pessoa, temos que ser todo dela!”*. Naquele momento, compreendi a sua atitude para comigo poucos dias antes. Enquanto eu almejava apenas marcar compromissos, dando um caráter funcional para a visita, ele queria saber se eu e minha família estávamos bem, dando um caráter humano ao meu propósito. Para ele, aquele momento não deveria ser apenas para marcar compromissos formais, mas era oportunidade de encontro, de relação gratuita, de troca de afeição e de amor. Era como o pai querendo saber se o filho estava bem. Compreendi que,

independentemente de quem estava para chegar, Dom Luciano, naquele momento, tinha sido todo meu. Eu é que não tinha sido todo dele.

Ao ouvir esta pregação de Dom Luciano, compreendi o que Martin Buber, filósofo contemporâneo de ascendência judaica, afirmava na sua filosofia da alteridade. Para este pensador, na relação EU- TU que é propriamente humana, algumas características são condições de possibilidade para que exista verdadeiro encontro humano. Dentre estas características se destacam: a reciprocidade, a presença, a imediatez e a responsabilidade. Mas ele acrescenta também como característica do relacionamento humano a exclusividade, entendida não como fechamento egoísta ou egocêntrico na relação entre dois sujeitos, mas como atenção absoluta à pessoa enquanto ela estiver no face-a-face da relação. Caso contrário, a relação com o outro se torna desumana, coisificante. Deixa-se de se considerar o outro como pessoa para reduzi-lo a um ISSO, a uma coisa.

A teóloga Maria Clara Lucheti Bingemer, ilustra bem este aspecto da vida de Dom Luciano, quando afirma:

Em várias ocasiões, tive o privilégio de vê-lo, ouvi-lo, trabalhar com ele. Impressionava-me sua obsessiva caridade, que o fazia dar atenção a cada pessoa como se fosse a única no mundo, provocando inclusive a impaciência de alguns de seus amigos e colaboradores [...] A todos e a todas atendia com a mesma solicitude e a mesma devoção. Ninguém lhe parecia menos importante ou digno de atenção. Ao contrário, todos passavam à sua frente, consumindo alegremente seu tempo, capacidade, energias (ARROCHELLAS, 2008, p. 334).

3. MESTRE DO PERDÃO E DA MISERICÓRDIA

Certa ocasião, presenciei uma cena triste, cuja reação de Dom Luciano rendeu-me uma belíssima lição de vida. Certo sacerdote, por ocasião da sua apresentação para o exercício de uma nova função que lhe havia sido confiada, ao final da celebração, ao tomar a palavra, disse em alto e bom tom: “Dom Luciano, espero que o senhor não deixe a Paróquia de onde estou saindo jogada às traças, como está esta Arquidiocese!”. O arcebispo abaixou a cabeça, respirou fundo e concluiu serenamente a celebração e quando fui levá-lo até sua casa, me confidenciou: “Meu filho, o que está acontecendo com ele? Temos que ajudá-lo”.

A sua profunda sabedoria antropológica e seu misericordioso coração de pai e pastor permitiu-lhe sentir nas entrelinhas das palavras violentas do sacerdote que algo errado estava acontecendo com o mesmo. Ele refletia comigo: “alguém só faz ataques do lado de fora, quando já está quebrado do lado de dentro. Por isso, quando for ofendido por alguém, procure ajudar esta pessoa. Ela apenas externalizou algo que não está bem dentro dela. Ela precisa mais ser amada, do que odiada ou vingada”. Este belíssimo testemunho de perdão e esta rica lição sobre o funcionamento do psiquismo humano nunca saíram da minha memória e do meu coração. Se tornaram objetos de reflexão nas minhas aulas de Antropologia filosófica, quando trato da categoria do psiquismo.

Na sua tese de doutorado sobre Dom Luciano, Pe. Darci Fernandes assim se expressa: *“Dom Luciano, mesmo admitindo outros valores desse mundo, admite que se sentia atraído e feliz em ajudar as pessoas a superarem dificuldades interiores, despertando-as para o exercício do amor e do perdão (LEÃO, 2017, p. 235).* Assim afirma o próprio Dom Luciano:

Nesse mundo, não tem tanto atrativo para mim a natureza, nem sequer a arte como tal: quadros, esculturas, construções. Tudo isso tem um valor que não quero negar, mas para mim tem mais valor ajudar alguém a sorrir, a superar uma dificuldade, a perdoar uma pessoa, a torná-lo capaz de vencer as próprias dificuldades. Isso me faz feliz (ALMEIDA, 2006a, p. 378).

Afirma ainda Dom Luciano:

Pagar o mal com mal é vingança; pagar o bem com o mal é maldade; pagar o bem com o bem, a gente aprende desde criança; mas pagar o mal com o bem, esse é o Evangelho e é só isso o Evangelho. Se quisermos ser cristãos, temos que entender que as palavras mais preciosas de toda nossa visão de mundo são a misericórdia e o perdão” (ALMEIDA, 2006b, p. 24).

CONCLUSÃO

Espero que a reflexão apresentada, mais do que acrescentar informações sobre o nosso querido Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, desperte nos mais jovens, naqueles que não tiveram a graça de conhecê-lo pessoalmente, o desejo de imitá-lo na prática das virtudes humanas que, em última análise, brotam da sua fé em Jesus Cristo.

Termino esta minha exposição, com um texto escrito pelo Dr. José Gabriel, de Barbacena, a respeito de dom Luciano:

O que é ser santo? Ser santo é ter um coração puro e solidário, é ser companheiro e amigo, promovendo a partilha de tudo o que somos e o que temos? Ser santo é indignar-se e ser um incansável e corajoso guerreiro contra as injustiças sociais? Ser santo é acolher e perdoar a todos, sem discriminação? Ser santo é amar ao próximo como a si mesmo, e até dar a própria vida, como nos ensina o Evangelho? Ser santo é ser total, desprendido e desapegado das coisas materiais, ser desprovido de vaidades? Ser santo é ser, muitas vezes, incompreendido em suas palavras e ações? Ser santo é ter permanentemente o reflexo de Deus em sua face? Ser santo é realizar milagres, aliviar sofrimentos e transformar a vida das pessoas? Se ser santo é tudo isso, eu conheço um santo que se chama *Luciano Pedro Mendes de Almeida* (GUIMARÃES, 2008, p. 310-311).

Com o Dr. Gabriel Guimarães eu tenho a alegria e a honra de afirmar: “Eu também conheci um santo!”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. Mendes. Eucaristia e transformação da sociedade. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, FAJE, v. 106, p. 378, ano 2006a.

_____. Humanismo e civilização do amor. *Mundo e missão*. São Paulo, v. 13, n.107, p. 21-24, ano 2006b.

_____. ALMEIDA, L. Mendes. Palestra do terceiro setor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 25 de outubro de 2009. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=KjBKOUHK144>>. Acessado em 02/02/2019.

ARROCHELLAS, M. Helena (Org.). *Deus é bom: homenagem a Dom Luciano*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

GUIMARÃES, José Gabriel. Eu conheço um santo. In: ARROCHELLAS, M. Helena (Org.). *Deus é bom: homenagem a Dom Luciano*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2008, 308-311.

LEÃO, Darci Fernandes. *Caridade e justiça em Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida (1930-2006): uma interpretação teológico-moral de seus escritos e do seu testemunho de vida*. Mariana: Dom Viçoso; Belo Horizonte: O Lutador, 2017.

LIBANIO, João B. *Laudatio in honorem* a Dom Luciano. In: ARROCHELLAS, M. Helena (Org.): *Deus é bom: homenagem a Dom Luciano*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM; Editora Universitária Candido Mendes, 2008, p. 79-98.

MELO, Edvaldo Antônio; SILVA, Edmar José (Orgs.). *Dizer o testemunho*. Vol. II: Artigos de Dom Luciano Mendes de Almeida publicados na *Folha de São Paulo*, 04/06/1988 a 26/12/1992. São Paulo: Paulinas, 2016.

SANTOS, José Carlos; MARQUES, Lúcio Álvaro (Orgs.). *Dizer o testemunho*. Vol. I: Artigos de Dom Luciano Mendes de Almeida publicados na *Folha de São Paulo*, 28/04/06/1984 a 28/05/1988. São Paulo: paulinas, 2013.

CONCÍLIO VATICANO II: MEMÓRIAS DA CRISE DE VOCAÇÕES

Fabício Roberto Costa Oliveira*

Reinaldo Azevedo Schiavo**

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre desdobramentos do Concílio Vaticano II na crise de vocações ao longo da década de 1960. Metodologicamente nos embasamos em relatos memoriais, um flerte com as lembranças de presbíteros católicos que experimentaram os ventos do *aggiornamento* conciliar e foram diretamente afetados pela crise. Nossa pesquisa indica que naquele contexto não só havia uma crise de novas vocações, mas também de enorme insegurança para os padres já estabelecidos. Assim, a memória dos agentes que viveram este contexto demonstra que foi um momento de enorme tensão e angústia pela incerteza quanto ao papel do padre na Igreja e na sociedade e receio pelo arrefecimento de novas vocações.

Palavras-chave: Igreja Católica; Concílio Vaticano II; Vocações.

Abstract: Vatican Council II: memories of vocational crisis. The purpose of this article is to present reflections about deployment of the Second Vatican Council in the vocation crisis of the 1960s. Methodologically we draw on memorial accounts, a flirtation with the memories of Catholic elders who experienced the winds of conciliar *aggiornamento* and were directly affected by the crisis. Our research indicates that in that context there was not only a crisis of new vocations, but also enormous insecurity for already established priests. Thus, the memory of the agents who lived in this context shows that it was a moment of enormous tension and anguish over the uncertainty about the priest's role in the Church and in society and fear for the cooling of new vocations.

Keywords: Catholic Church; Vatican Council II; Vocations.

INTRODUÇÃO

Na década de 1960, o catolicismo romano vivenciou, nos âmbitos eclesial e eclesiástico, um processo de muitas transformações, um tempo de *aggiornamento*. A Igreja Católica foi convocada em concílio pelo Papa João XXIII para repensar sua relação com o mundo e consigo mesma. Na avaliação do Sumo Pontífice era preciso um olhar atento à suas estruturas internas para renovar sua pastoral e trilhar novos caminhos; mas era também indispensável um olhar para fora, para o mundo moderno que parecia cada vez mais complexo e incerto quanto ao futuro da humanidade (ALBERIGO, 2006). No Brasil, as mudanças conciliares colocaram em pauta um novo planejamento pastoral no intuito de reorganizar as bases institucionais da Igreja, colocando-a em sintonia com as orientações

* Doutor em Sociologia pelo CPDA – UFRRJ. Professor do Departamento de Ciências Humanas da UEMG, unidade Barbacena.

** Doutor em Sociologia pelo IUPERJ – UCAM. Professor do Departamento de Ciências Humanas da UEMG, unidade Barbacena.

do Concílio Vaticano II (1962-65). Igrejas particulares e institutos religiosos procuraram se adequar às novas diretrizes pastorais, algo perpassado por dúvidas, tensões e crises.

Passados mais de 50 anos da realização do Concílio, muita coisa mudou *intra* e *extra* Igreja Católica, deixando marcas na memória dessa instituição. Nesse sentido, esse artigo pretende abordar algumas tonalidades da memória social sobre os momentos de crises concomitantes ao Concílio, com foco mais específico à chamada “crise de vocações”, acentuada na década de 1960 e, de alguma forma, presente até os dias de hoje no catolicismo. Inicialmente propomos uma reflexão sobre o Vaticano II, o contexto sócio-histórico em que foi realizado e seus desdobramentos, no intuito de perceber suas consequências para a referida crise de vocações. Posteriormente, apresentaremos alguns relatos memoriais, um flerte com as lembranças de presbíteros católicos que experimentaram os ventos do *aggiornamento* conciliar e foram diretamente afetados pela crise.

O CONCÍLIO VATICANO II E A DÉCADA DE 1960

Na história da Igreja Católica nos últimos cem anos, o Concílio Vaticano II é possivelmente o evento de maior amplitude, representando, de certa forma, um novo *tempo* do catolicismo. Trata-se de um acontecimento que reuniu o mais alto escalão da hierarquia católica em suas quatro sessões, mas o Vaticano II enquanto *evento histórico* é muito mais amplo do que as reuniões em Roma, sua universalidade e duração envolvem uma soma de ideias, iniciativas e acontecimentos que abarcam um espaço temporal maior, renovando, em alguma medida, o modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade. Assim como o Concílio de Trento (1545-1563) inaugurou uma nova fase do catolicismo, com a alcunha de *Igreja Tridentina* e com uma dimensão temporal que extrapola os limites do século XVI, o Concílio Vaticano II também representa um novo momento histórico, com uma “duração organizacional” que vai além das sessões conciliares, com uma abrangência temporal, e histórica, muito maior, pois está relacionada com a leva de “eventos singulares” que o sucedem, como, por exemplo, os Planos de Pastoral da CNBB, a Conferência Episcopal de Medellín, a formação e proliferação das Comunidades Eclesiais de Base e o surgimento da Teologia da Libertação. Cada evento singular tem

sua dinâmica própria, sua especificidade, mas está imbricado ao evento histórico que possibilitou seu surgimento, seja reinterpretando-o, modificando-o, atualizando-o, ampliando ou reduzindo seus limites.

Todavia, é importante frisar que as transformações vivenciadas pelo catolicismo na década de sessenta e anos posteriores não se processaram unicamente por questões internas à Igreja. A elaboração e execução do Concílio Vaticano II, bem como todos os esforços para implementar as novas orientações conciliares, foram, em grande medida, condicionados e influenciados por questões de ordem social, política, econômica e cultural do mundo moderno. A ordem social, por exemplo, esteve altamente questionada pelo que se convencionou chamar de “movimentos de contracultura”, normalmente desencadeados por organizações juvenis com forte teor de contestação ao *establishment*. Com diferentes formatos em vários países do mundo, esses movimentos encontraram na música *folk* e no *rock'n roll* uma potente amplificação para os diversos protestos marcados pela ousadia, irreverência e militância.

Segundo Martteo Guarnaccia (2004, p. 13), “o primeiro lugar em que a mistura entre poesia, drogas e música pop conseguiu dar vida a um movimento contracultural gigante” foi Amsterdã, capital de uma Holanda considerada, na década de 1960, como uma “ilha de bem-estar e tranquilidade”, sem guerras, segregação racial e conflitos sociais exacerbados. Num local onde aparentemente não havia nenhum motivo concreto para protestar contra a ordem estabelecida, surgiu um movimento de inspirações anarquistas chamado *Provos*, com o objetivo de contestar “a própria existência da ordem constituída” (*ibidem*, p. 15). Em sua carta de apresentação, os integrantes desse movimento se alto denominam como “alguma coisa contra o capitalismo, o comunismo, o fascismo, a burocracia, o militarismo, o profissionalismo, o dogmatismo e o autoritarismo”¹.

As atitudes dos *Provos* tiveram, em certa medida, grande influência da *Internacional Situacionista*², uma agremiação supranacional de intelectuais, filósofos, cineastas, arquitetos, artistas e ativistas-políticos que surgiu na Europa no final da década de 1950 como uma verdadeira difusora de concepções adversas ao sistema capitalista, à “sociedade do automóvel”³, à vida cotidiana, ao modernismo e, enfim, à “sociedade do

¹ Carta de apresentação dos Provos datada de junho de 1965. *Apud* GUARNACCIA, *op cit.*, p. 15.

² Sobre a Internacional Situacionista ver: JACQUES, 2003.

³ *Sociedade do Automóvel* foi uma expressão muito utilizada pelos *situacionistas* para descrever e criticar a lógica de urbanização que condicionava os planejamentos urbanos – e a vida das pessoas – ao avanço

espetáculo”⁴. Liderados pelo francês Guy-Ernest Debord, os *situacionistas* tornaram-se um movimento de grande expressão nos anos sessenta, pontuando questões ligadas à arte, urbanismo e política, sobretudo incentivando movimentos revolucionários, “culminando na determinante e ativa participação situacionista nos eventos de Maio de 1968 em Paris” (JACQUES, 2003, p. 15).

Entre os movimentos de contracultura da década de 1960, o *Maio de 68* na França e o *movimento hippie* nos Estados Unidos foram, talvez, aqueles que mais se popularizaram e influenciaram em outros países movimentos de protestos contra o *establishment*. O primeiro iniciou-se no meio estudantil francês e rapidamente se espalhou entre a classe operária, gerando greves e insurreições contra o governo de Charles de Gaulle. O segundo nasceu no seio de uma sociedade norte-americana cada vez mais insatisfeita com os desastrosos resultados da Guerra do Vietnã. O jargão “sexo, drogas e rock’n roll” tornou-se um slogan desse movimento contracultural que alcançou grande destaque midiático e conquistou simpatizantes em grande parte do mundo ocidental⁵.

Esse cenário de contestações e protestos está intimamente ligado à conjuntura política internacional marcada pela bipolarização do mundo, protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a consequente *guerra fria* entre os capitalistas norte-americanos e os comunistas soviéticos que disputavam a hegemonia do globo, fazendo com que gerações inteiras vivessem “à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 224). É certo que os beligerantes EUA e URSS não chegaram a um confronto direto, mas suas disputas política, econômica e ideológica, aliada a uma desenfreada “corrida armamentista”, promoveram conflitos indiretos entre essas duas potências, como a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1962-1975), além de situações delicadas e,

progressivo do uso do automóvel e ao arbítrio da lógica industrial. Um modelo de sociedade definida pelos situacionistas como de “consumidores hidrocarburodependentes, mimados pelos traficantes de petróleo: as companhias petrolíferas, que criam e moldam governos, estilos de vida, espaços urbanos e paisagens geográficas conforme suas necessidades” (JACQUES, *op cit.*, p. 13).

⁴ A *Sociedade do Espetáculo* é o título da principal obra de Guy Debord que tece uma feroz crítica à sociedade capitalista que, conforme o autor, transforma a dura realidade da vida real em uma “imensa acumulação de espetáculos” que imergem os indivíduos numa lógica de consumo e de aparências. De caráter subversivo, esse livro provoca os leitores a agir contra qualquer forma de controle do sistema, e foi considerado um grande estimulador das manifestações de ‘maio de 68’ (DEBORD, 1997).

⁵ Sobre o Maio de 68 na França e o Movimento Hippie nos EUA, ver: KURLANSKY, 2005.

porque não dizer, deploráveis como a construção do Muro de Berlim (1961) e a Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Nesse conturbado contexto histórico, a Igreja Católica Romana se encontrava diante de um grande desafio: se adaptar à era moderna. De um lado o comunismo ateu, inimigo declarado antes mesmo das guerras mundiais; do outro um capitalismo cada vez mais contestado por sua ineficiência em sanar as injustiças sociais que afetava sociedades inteiras, principalmente nos países subdesenvolvidos. Como se não bastasse, questões como o avanço tecnológico, novas formas de divisão do trabalho e a aparente “secularização” do mundo moderno foram combinações que “convidaram a Igreja a tomar consciência de que se encontrava diante de um mundo novo, perante o qual devia representar os valores da igualdade universal, da pobreza, da justiça, da paz e da unidade cristã” (ALBERIGO, 2006, p. 189), mas para isso era “necessário que enfrentasse uma renovação de grande profundidade” (*Ibidem.* p. 187).

É importante dizer que a teoria da secularização, ou desencantamento do mundo, não se confirmou na prática. Embora tenha sido defendida por importantes sociólogos – como Max Weber (2002) e Peter Berger (1987) –, o mundo moderno não se secularizou como pensaram, não houve um refluxo pleno da religião, ela não desapareceu e, menos ainda, não existe nenhuma evidência histórica de que isso possa vir a acontecer.

Com toda sua pluralidade ideológica, política, social e cultural, o mundo moderno potencializou não o declínio e desaparecimento da religião, mas o prosperar de novas formas de religião que não se esgotam nas igrejas e sobrevivem fora dos domínios eclesiásticos. Mais do que isso, parece se confirmar a tese de Ernst Troeltsch de que “a história espiritual e religiosa dos últimos séculos deu origem a uma cultura religiosa que, mais cedo ou mais tarde, tende a repudiar o autoritarismo eclesiástico” (MATA, 2008, p. 242). Ao invés de “uma oposição especial à religião e às coisas religiosas”, o que Troeltsch detectou foi “uma recusa específica do modelo eclesiástico e uma aversão à forma da Igreja e aos pressupostos da Igreja” (TROELTSCH *apud* MATA, 2008, p. 246).

Uma dura realidade para a Igreja de Roma que, diante desse quadro, aspirava por mudanças pastorais, litúrgicas e eclesiológicas que a colocasse em sintonia com os “novos tempos”. Giacomo Martina (1997) considera que tais aspirações se intensificaram no período posterior à Segunda Guerra Mundial e só se efetivaram com a realização do Concílio Vaticano II (1962-65), que “assinalou não só o fim de uma época, mas

possivelmente, do ponto de vista conciliar, o primeiro ato de nova fase, em que o binômio espiritual/temporal tem novo equacionamento” (SOUZA, 2004, p. 244).

O Vaticano II foi convocado em 1959 pelo papa João XXIII para ser um acontecimento de “transição de época” – conforme afirmou Giuseppe Alberigo (2006) – que introduzisse a Igreja numa fase nova de seu caminho. Na Encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 29 junho de 1959, escreveu o Sumo Pontífice que “os sagrados pastores do orbe católico” estavam sendo convocados para “tratarem dos graves problemas da religião, principalmente para se conseguirem o incremento da fé católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos nossos tempos”⁶.

Aos “padres conciliares” foi dada a missão de repensarem não somente questões internas da Igreja (*ad intra*), mas também sua relação com o mundo exterior (*ad extra*). Decerto, o Concílio abordou muitos aspectos do catolicismo romano, desde tradições e sacramentos à liturgia e pastoral, inserindo na pauta da Igreja Católica os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais do mundo moderno, seguindo, de certa forma, as orientações de João XXIII no discurso de abertura do Vaticano II:

É nosso dever não só conservar este tesouro precioso [tradição e dogmas da Igreja], como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas também dedicar-nos com vontade pronta e sem temor às obras que nossa época exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos⁷.

Muitas mudanças aconteceram em decorrência do Vaticano II. O ecumenismo e o diálogo com outras religiões tornaram-se mais aflorados, assim como se acentuou a responsabilidade de bispos e padres para com os problemas “mundanos” de seus fiéis (BEOZZO, 1993, p. 07). Introduziu-se a noção de Igreja como *povo de Deus*, e os leigos ganharam mais autonomia nos assuntos da *ecclesia*. Na liturgia, o antigo missal publicado por Pio V, quatro séculos antes, foi substituído por um novo livro litúrgico trazendo renovações nas diversas partes da missa católica (MARTINA, 1997, p. 335), que deixou de ser realizada exclusivamente nos templos sagrados, podendo acontecer desde salões de reuniões até em campo aberto, conforme a necessidade de localidade ou data religiosa.

⁶ Papa João XXIII. Encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 29 junho de 1959. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html> acessado em 28/08/2019.

⁷ Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na Abertura Solene do SS. Concílio. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/john-xxiii/en/speeches/1962.index.html>> acessado em 28/08/2019.

Foi permitido o uso de língua vernácula nas celebrações eucarísticas e matrimoniais, em orações e cânticos, nas administrações de sacramentos e demais atos litúrgicos até então realizados somente em latim, língua oficial da Igreja. O calendário foi renovado “dividindo com mais clareza o ano litúrgico, deslocando corajosamente algumas festas, eliminando alguns santos pouco conhecidos ou discutidos, e introduzindo o culto de outros, mais representativos da universalidade da Igreja” (*Ibidem*, p. 336).

Contudo, para que as mudanças preconizadas pelo Concílio pudessem ser efetivadas foi necessário um planejamento pastoral que adaptasse as Igrejas locais às novas orientações. Na América Latina, a tentativa de traduzir o Vaticano II para a realidade desse continente tem como referência a Conferência Episcopal de Medellín (1968), quando uma parcela significativa da Igreja latino-americana definiu sua “opção preferencial pelos pobres”, adotando a nascente Teologia da Libertação como referencial teológico para sua atuação pastoral. Para Oscar Beozzo:

a verdadeira raiz espiritual de Medellín, sua fecundidade e perenidade, reside no fato de que, pela primeira vez na história da América Latina, a Igreja aqui presente tomou a palavra em plenitude, uma palavra inspirada profética, gesto decisivo para quem sempre escutou a palavra que lhe era dirigida ou imposta de fora. E tomou a palavra através de um auscultar paciente, humilde e dinâmico da realidade do povo latino-americano (BEOZZO, 1993, p. 120).

Essa “realidade” a que Oscar Beozzo se refere tem a ver, dentre outras coisas, com o subdesenvolvimento da América Latina e os reflexos da *guerra fria* nos anos sessenta. A revolução cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, intensificou a “ameaça vermelha” em todo continente, deixando em alerta o bloco capitalista liderado pelos norte-americanos. Ao mesmo tempo em que serviu de inspiração para a esquerda revolucionária da América, despertou a atenção daqueles que entendiam o comunismo como mal a ser combatido, gerando inquietude tanto nas elites nacionais quanto nas forças armadas de vários países, além de boa parte da hierarquia eclesiástica Católica. “O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina”, e Cuba “passou a estimular a insurreição continental, exortada por Ernesto Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana” (HOBSBAWM, 1995, p 427-428).

Essa ameaça comunista serviu de alibi para os vários golpes militares ocorridos no continente americano que alastraram-se pelas décadas subsequentes à de 1960, atingindo países como Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Nesse último, as Forças Armadas – com

considerável apoio da sociedade civil⁸ – tomaram o poder em 1964 sob o argumento de estarem defendendo a pátria do “inimigo externo” (D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994) que adentrava-se no país através dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, que se deslocavam para a esquerda e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política norte americana (HOBSBAWM, 1995, p 429).

Uma vez no poder, os militares implementaram a chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que tornou-se um importante instrumento de consolidação de uma estrutura estatal destinada a facilitar o desenvolvimento capitalista. Em nome do anticomunismo, esta doutrina intensificou a segurança interna através de uma implacável série de perseguições aos opositores do regime, com prisões arbitrárias, torturas e supressão da liberdade de expressão⁹.

Se o *aggiornamento* proposto pelo Vaticano II significou um processo de mudanças no seio do catolicismo, é fato que elas aconteceram num contexto – nacional e internacional - marcado por muitas tensões e incertezas. Um campo propício para o desencadear de crises diversas, como a que afligiu as vocações na Igreja Católica.

MEMÓRIAS DA CRISE DE VOCAÇÕES

A crise que sucedeu os anos conciliares foi um fenômeno geral que afetou tanto o clero regular quanto o secular da Igreja de Roma, abalando as vocações sacerdotais de um modo geral. O abandono do sacerdócio nas décadas de 60 e 70 alcançou proporções sem precedentes na história do catolicismo. Entre os anos de 1939 e 1963, que correspondem aos pontificados de Pio XII e João XXIII, a Santa Sé concedeu 563 dispensas do sacerdócio, o que corresponde a uma média pouco superior a 20 por ano. Entre 1964 e 1970 esse número sobe para 13.139, alcançando a exorbitante média de 1877 por ano (MARTINA, 1997. p. 356). Na data de encerramento do Concílio, em 1965, havia em todo o mundo quase 315 mil religiosos de vida consagrada, em meados dos anos oitenta

⁸ Sobre o apoio da sociedade civil aos militares no golpe de 1964 ver: AARÃO REIS FILHO, 2005; CORDEIRO, 2009.

⁹ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ver: ALVES, 2005.

esse número encontrava-se reduzido a pouco mais de 200 mil; e entre as religiosas, no mesmo período, a redução foi de aproximadamente 25% das vocações (*Ibidem*, p. 341).

A Igreja Católica, sobretudo a partir da Segunda Guerra mundial, não conseguia atender à demanda de leigos em função dessa crescente limitação quanto à presença de sacerdotes. No Brasil, por exemplo, Casanova (1994) mostra que, em meados dos anos de 1960, havia uma população de 80 milhões de habitantes, sendo 93% nomeadamente católica. Para cuidar desse “rebanho”, existiam apenas 250 bispos e 12500 padres (40% estrangeiros) e em torno de 4600 paróquias.

Os motivos de tamanha defecção no clero católico, na avaliação de Giacomo Martina, não teve nenhuma ligação direta com o Concílio, ao contrário foram consequências de fenômenos que abrangem toda a sociedade moderna, variando entre questões de ordem afetivas, perdas de valores fundamentais ao sacerdócio, esvaziamento espiritual, secularização, frustrações intelectuais ou disciplinares, contestação e rejeição à Igreja-instituição, ou mesmo discordância das regras e normas sacerdotais e/ou institucionais (*Ibidem*, p. 326). Nessa interpretação, a crise teria acontecido concomitante ao Concílio, mas não como efeito das renovações conciliares, como também atestou Dom Lélis Lara, redentorista e bispo emérito da Diocese de Itabira-MG:

qualquer mudança profunda gera crise, mas a gente deve dizer que a crise não foi provocada pelo Concílio, a crise aconteceu junto com o concílio. O concílio veio estabelecer uma nova caminhada para a Igreja, abrir as janelas e as portas da Igreja, escancará-la para o mundo. Não é que o concílio tenha provocado isso. Interpretaram mal o Concílio Vaticano II, em muitas coisas. A crise foi um fenômeno daquele período. As pessoas não estavam preparadas para viver nesse novo tempo¹⁰.

De fato, é pertinente dizer que a crise não foi provocada pelo Vaticano II, mas não podemos isentá-lo totalmente. Esse fenômeno que atingiu o catolicismo pós-conciliar tem raízes em problemas próprios da dimensão secular da sociedade novecentista dos quais o clero não estava imune, e “quando a Igreja abandonou a era tridentina e se lançou de cabeça na modernidade, o clero e os seminários foram arrastados para um turbilhão” (SERBIN, 2008, p. 156), ficando mais vulneráveis aos conflitos sociais e existenciais daquele contexto. Além disso, as transformações conciliares também promoveram uma “mudança profunda de perspectivas no ministério presbiteral”, o que gerou um “período

¹⁰ LARA, Dom Lelis. Entrevista concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo. Coronel Fabriciano-MG, 16 de dezembro de 2009. Arquivo Digital (38 min.).

de alteração da imagem e do papel dos presbíteros, com consequentes reflexos de incerteza para as pessoas, especialmente os próprios padres e os seminaristas”¹¹. Para Augustin Wernet, muitos alimentaram a esperança de que o *aggiornamento* apresentasse “soluções efetivas para todos os problemas religiosos, eclesiais e pastorais do mundo moderno” (WERNET, 1997, p. 40). Esperava-se um ‘milagre’ que não aconteceu:

com o tempo, decepções cederam lugar às expectativas e certo desespero seguiu-se às esperanças; decepção e insegurança daqueles que se apegavam demasiadamente às tradições; decepção e frustração daqueles que apostavam demais nas inovações; desespero dos que esperavam o ‘milagre’ (*idem*).

Entremeio à *tradição* a ser preservada e às *inovações* a serem assimiladas instaurou-se um espaço de embates que colocou em disputa o perfil da vida sacerdotal a ser constituída e o processo de formação das novas vocações. Sob forte influência do Concílio Vaticano II, costumes e práticas religiosas, bem como toda uma vivência eclesial, entraram em processo de mudança, e os religiosos mais adeptos às inovações se dedicaram com “certa predisposição” a esse processo (WERNET, 1997, p. 225). Por outro lado, aqueles mais *tradicionalistas*, geralmente receosos ou mesmo resistentes, “entendiam talvez intelectualmente as propostas inovadoras, mas tinham dificuldades de assimilá-las inteira e existencialmente” (*Ibidem*). Alterar hábitos e costumes centenários é um processo árduo, ainda mais quando questões consideradas por muito tempo imutáveis e inabaláveis começam a se transformar: a rigidez da vida conventual tornou-se mais flexível; o uso indispensável da batina foi, aos poucos, substituído pelo clergyman e trajes civis; os instrumentos e práticas de penitência e mortificação caíram em desuso; até mesmo a introdução de ‘música profana’ no repertório das celebrações, tudo isso era, em alguma medida, causa de estranheza e conflitos. Nas lembranças de Dom Lélis Lara:

as gerações de religiosos e eclesialistas anteriores ao segundo Concílio Vaticano não receberam formação adequada aos novos tempos. Muitas vezes essa formação era condicionada pelas estruturas da vida clerical e religiosa. Essas estruturas ruíram. Acresce que o que era estático se abalou, muitos valores considerados absolutos se relativizaram e, então, numerosos sacerdotes e religiosas não tiveram condições ou oportunidade de passar por uma reciclagem que os adequasse às novas modalidades de vida eclesial e religiosa (LARA, 1995, P. 36).

¹¹ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja: 1975-1978*. p. 05. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/site/component/docman>>, acessado em 17/08/2019.

O Concílio Vaticano II buscava enfatizar a importância do leigo dentro da Igreja. Para Fasutino Teixeira, a valorização do leigo era um dos elementos mais fundamentais desse Concílio:

pode-se dizer que a valorização do leigo talvez seja um dos elementos mais importantes propiciados pelo movimento de renovação teológica da eclesiologia e legitimado pelo Concílio II. Este último opera de fato um grande desbloqueio, favorecendo uma nova compreensão da Igreja, menos triunfalista e mais dinâmica: Igreja Povo de Deus. Grande parte das experiências das CEBs iniciaram-se a partir do impulso proporcionado pelo Vaticano II (TEIXEIRA, 1988: 235).

Isso aparece na Constituição Dogmática, elaborada pelo Concílio, intitulada *Lumen Gentium*, que destaca a importância da valorização dos leigos:

Por seu lado, os sagrados pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidade dos leigos na Igreja; recorram espontaneamente ao seu conselho prudente, entreguem-lhes confiadamente cargos em serviço da Igreja e dêem-lhes margem e liberdade de acção, animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos. Considerem atentamente e com amor paterno, em Cristo, as iniciativas, pedidos e desejos propostos pelos leigos (118). E reconheçam a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre¹².

O novo posicionamento católico propiciava, pelo menos em tese, uma aproximação entre dois grupos distintos no campo religioso católico, quais sejam: o clero, detentor de *domínio erudito* de um conjunto de normas e conhecimentos explícitos sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição responsável por reproduzir o capital religioso; e os leigos, que teriam um *domínio prático* de um conjunto de esquemas de pensamento, adquiridos por familiarização, comuns a todos os membros dos grupos (BOURDIEU, 2005).

O clero e os leigos trabalhariam em conjunto para difusão dos ideais católicos. Os leigos ganhavam maiores espaços de atuação, mas suas ações permaneciam sendo administradas e geridas por *corpus* de especialistas das gestões dos bens de salvação, em geral, representados por padres e bispos.

A valorização do leigo era representativa de transformações na Igreja Católica, pois a ênfase na separação simbólica entre os agentes legítimos da Instituição, os sacerdotes detentores do saber religioso e os leigos sempre foi um dos pilares do catolicismo

¹² Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, Capítulo IV: Os Leigos. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 20/08/2019.

(BOURDIEU, 2005). Por mais que essa separação simbólica não tenha deixado de existir, coloca em cena a ideia de que membros da hierarquia e leigos são corresponsáveis pela instituição e, mais, o fato de que estes poderiam gerir atividades religiosas em nome da instituição é algo significativo (muito embora isso não tenha sido colocado plenamente em prática) que, em alguma medida, ecoa em duas narrativas de memória: uma saudosista, que narra esse passado como uma abertura da Igreja à atuação do leigo; e outra mais traumática, que entendo a suposta abertura aos leigos como uma forma de constrangimento à tradicional condição de dominação dos sacerdotes enquanto agentes especializados.

As ordens e congregações religiosas foram as mais atingidas pela crise. Redentoristas, franciscanos, salesianos, carmelitas, todos eles, em alguma medida, foram afetados. Para a Companhia de Jesus, por exemplo, os efeitos ganharam tamanha proporção a ponto de haver uma intervenção direta do papado de João Paulo II, em 1981, através do “comissariamento” da Companhia, isto é, a nomeação de um “delegado pontifício” com autoridade máxima para conduzir o processo de reorganização desse instituto, promovendo mudanças na cúpula administrativa e substituição de vários provinciais. Somente em 1983 os jesuítas puderam reunir uma nova “congregação geral” e eleger um novo Governo Geral (MARTINA, 1997, p. 341-342).

Um exemplo categórico aconteceu com a Província Redentorista do Rio de Janeiro, que sofreu uma redução significativa no número de confrades. Em 1960 eles contavam com um contingente de 162 membros entre padres e irmãos (LEITE, 2003, p. 96), dez anos mais tarde já estavam reduzidos a 92 (WERNET, 1997, p. 51). Anos turbulentos foram vividos pela congregação quando a crise de vocações desencadeou um enfraquecimento das atividades missionárias e a supressão de muitas de suas fundações. Em Congonhas do Campo, o Juvenato de São Clemente e o Juniorato de Santo Afonso cessaram suas atividades em 1964, mas a presença dos redentoristas nessa cidade perdurou até 1975 quando devolveram à Arquidiocese de Mariana a administração da paróquia local e do Santuário do Senhor Bom Jesus. Em 1965 foi a vez do Noviciado de Correia de Almeida fechar suas portas; três anos depois, sob os reflexos financeiros da crise, a Província vendeu suas instalações – abaixo do valor venal do imóvel, segundo consta (WERNET, 1997, p. 12)– findando em definitivo a presença daqueles confrades em Barbacena. Os Junioratos de Santa Terezinha em Três Corações e São José em Três Pontas fecharam simultaneamente em 1968, e o Seminário Maior da Floresta, onde aconteciam os cursos

de Filosofia e Teologia, foi se extenuando até ser transformado, no início dos anos setenta, em uma casa de encontros e retiros¹³. O fechamento de todos os seus seminários reflete a intensidade da crise na Província do Rio de Janeiro e sinaliza os seus reflexos no processo católico de formação sacerdotal.

No Vaticano II, o decreto intitulado *Optatum Totius* foi importante fonte de argumentos para a revisão do modelo católico de formação vigente até então. A partir dele, ficou estabelecido que as instituições católicas de cada país poderiam ter métodos próprios de ensino. Embora houvesse fiscalização, isso afrouxava a europeização do catolicismo nacional e permitia algumas inovações, como consentir “aos seminaristas viver em pequenas comunidades, estudar as ciências sociais e ter mais contato com o laicato” (SERBIN, 2008: 163).

Setores da Igreja Católica, mais engajados no propósito de renovação da instituição, acreditavam viver um momento em que a instituição precisava se modernizar. Assim, o Concílio Vaticano II foi o evento dedicado a oficializar e legitimar tal intento. A formação de um catolicismo mais presente na vida dos fiéis era uma questão central; não obstante, no Concílio, “os párocos, particularmente, receberam pouca atenção. Viram-se entalados entre a tradição e a modernidade. Permaneciam como mediadores entre Deus e os fiéis, mas tinham a obrigação de descer ao nível do povo” (SERBIN, 2008: 163).

Para Serbin (2008), a eminente transformação gerava uma “tremenda incerteza quanto aos papéis do clero e mergulharam os padres católicos de todas as partes em uma das mais profundas crises da história da religião” (p.163). O grande número de padres que deixaram suas atividades, bem como a evasão de seminaristas tinha uma relação direta com a efervescência política da década de 1960. Entretanto, as transformações nas práticas católicas não eram menos importantes; padres atuavam de forma diferente, mas ainda era muito obscuro como essas transformações se dariam. Vejamos o relato do Monsenhor Raul sobre a crise ocorrida na Diocese de Caratinga em meados da década de 1960:

As turmas do meu tempo foram as que mais pegaram essas mudanças completas, muitos padres deixaram o ministério, inclusive da minha turma me parece que mais de 10 deixaram, porque você estuda pra uma coisa e logo depois vêm mudanças tão drásticas. Foi depois do concílio que aconteceu isso, depois do concílio que a gente via muitos leigos pregar à frente da coisa, ai

¹³ PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. *Relato das Crônicas do Início das Casas Redentoristas, mesmo daquelas que já foram supressas*. Juiz de Fora, s/d (texto de circulação interna).

muitos padres pensaram: “O que eu vou fazer mais”, os leigos já fazem tudo, até batizados já fazem, então foi uma crise no mundo inteiro¹⁴.

O poder dos padres foi criticado por jovens estudantes formados no contexto do Vaticano II; muitos deles tiveram muito contato com as ciências sociais e compartilhavam uma visão crítica em relação às formas de poder da Igreja Católica. No final da década de 1960, Ivo Poletto, que mais tarde tornou-se nome importante na CPT¹⁵, afirmou ao seu bispo que era contrário ao celibato, lutaria contra e estava disposto a abandonar o sacerdócio quando não conseguisse mais viver em castidade. Frei Betto, conhecido militante da Igreja Católica, recusou Ordens Sacras de sua instituição, afirmando que o sacramento era o primeiro passo para o poder da Igreja Católica e estava convencido de que o poder tendia a corromper. Além disso, afirmou que “a prioridade não era mais sacramental, e sim evangélica, ele poderia muito bem continuar a evangelizar sem ser ordenado padre” (SERBIN, 2008: 156). Na interpretação de Kenneth Serbin, tudo isso configurava-se como um grande paradoxo e reflexo do momento de crise: jovens seminaristas apresentando publicamente um conjunto de críticas depreciativas à função sacerdotal, ocupação que se preparavam para exercer.

Nesse mesmo contexto, o seminário da Diocese de Caratinga também foi afetado pela crise, cogitando-se, inclusive, encerrar suas atividades. Segundo o editorial da revista *Diretrizes*, baseado numa pesquisa de um historiador de Caratinga-MG, o sumiço de candidatos “trouxe grande decepção aos que se empenharam na obra, apostando numa tendência de crescimento das vocações sacerdotais” (CARDOSO, 2009: 10). Algo similar aconteceu com muitas casas de formação católicas pelo Brasil a fora – quiçá a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 foi um contexto histórico de profundos debates políticos e intelectuais em todo mundo. A conjuntura política protagonizada pelos Estados Unidos da América

¹⁴ Monsenhor Raul. Entrevista concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira. Caratinga-MG, janeiro de 2011. Arquivo Digital (60 min.)

¹⁵A CPT é uma organização católica, constituída em meados da década de 1970, que tem atuado em favor da organização e mobilização dos trabalhadores rurais por seus direitos. Destaca-se a luta desse grupo contra a violência para com trabalhadores rurais e o trabalho escravo.

(EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) favorecia um enorme clima de tensão e as manifestações daquele contexto são reflexos que ao mesmo tempo retroalimentaram tal cenário.

A Igreja Católica procurava, na ocasião, discutir suas estratégias e formas de “diálogo com o mundo”, numa conjuntura de intensas manifestações e transformações. Uma das questões que já estava em debate era a dificuldade que a instituição tinha em atender à demanda dos leigos em função de uma limitada presença de sacerdotes.

A carência de sacerdotes era uma questão muito importante mundialmente. Ao tentar solucionar esta questão procurou-se potencializar a presença leiga, paradoxalmente esta iniciativa culminou no desinteresse de jovens em se tornarem sacerdotes, tendo em vista que se os leigos poderiam fazer “quase tudo”, não haveria a mesma relevância simbólica para o padre. Também se tornavam difícil enveredar por uma formação cuja função na Igreja e na sociedade estava em debate.

Nosso trabalho demonstra que havia também grande apreensão dos próprios religiosos e eclesiásticos que já estavam formados, pois a estrutura em que se formaram estava sendo revista. Assim, tornou-se um contexto de insegurança para os padres já estabelecidos e uma incerteza enorme para que novas candidaturas apareçam nos seminários.

A memória dos agentes que viveram este contexto demonstra que foi um período de enorme tensão e mesmo de decepção para aqueles que tanto atuaram na construção e manutenção de seminários para receberem novos candidatos ao sacerdócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ALBERIGO, Guiseppe. *Breve História do Concílio Vaticano II*. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*. 2ª Edição. Bauru, SP: Editora Edusc, 2005.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

- BERGER, Peter L. *O Dossel do Sagrado*. São Paulo: Editora Paulinas, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Organização de Sérgio Miceli. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARDOSO, Léssio Lima. Mobon: uma casa que fez história. *Diretrizes: Revista da Diocese de Caratinga*. Ano LI - nº 809 – Fevereiro, 2009.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Diretas em Movimento: A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Glauco Ary Dillon. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. São Paulo: Ediouro, 1994.
- DEBORD, Guy-Ernest. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GUARNACCIA, Matteo. *Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura*. São Paulo: Conrad, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- KURLANSKY, Mark. *1968. O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.
- LARA, Dom Lelis. Província do Rio de Janeiro. *Intercâmbio*. nº 112, ano XXXIV, 1995.
- LEITE, João Boaventura. *Pequena História do Governo (vice) Provincial Redentorista no Leste Brasileiro*. Juiz de Fora, 2003.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. IV - A era contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MATA, Sérgio da. Religião e modernidade em Ernst Troeltsch. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 235-255, 2008.
- SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Do Vaticano II a um Novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro – RJ: LTC Editora, 2002.
- WERNET, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Vol. III. Aparecida: Santuário, 1997.

A GLÓRIA DE SÃO JOSÉ PELAS MÃOS DE PIETRO GENTILI¹

Fabiano Milione Honório*

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar a obra sacra de Pietro Gentili e seu irmão Ulderico Gentili, dois artistas italianos que se estabeleceram no Brasil a partir de 1927. A obra desses irmãos se estende por várias cidades do estado de São Paulo e Minas Gerais. Dentre as várias construções religiosas que receberam a decoração interna pelas mãos dos Gentili, este artigo destacará a pintura feita no teto da Capela do Seminário Maior São José, na cidade mineira de Mariana, em 1937. Essa pintura retrata a glorificação de São José e a corte do papa Pio IX que proclamou o grandioso patriarca como patrono universal da Igreja. Ao analisar a vida desses irmãos e algumas de suas obras, em especial a descrição iconográfica da pintura no teto da referida capela, esse trabalho busca realçar os elementos que a contextualizam no cenário artístico dessa região.

Palavras-chave: Iconografia; São José. Pintura; Pietro; Ulderico Gentili.

Riassunto: Questo articolo vuole analizzare l'opera sacra di Pietro Gentili e del suo fratello Ulderico Gentili, due artisti italiani che si fissarono in Brasile dal 1927. L'opera di questi fratelli si estende per varie città dello stato di São Paulo e dello stato di Minas Gerais. Fra le diverse edificazioni religiose che hanno ricevuto la decorazione interna dalle mani dei Gentili, questo articolo metterà in evidenza la pittura fatta nel soffitto della cappella del Seminario Maggiore San Giuseppe, nella città di Mariana, nel 1937. Questa pittura ci presenta l'glorificazione di San Giuseppe in cielo e la corte del papa Pio IX che ha proclamato, l'eminente patriarca, patrono universale della Chiesa. Nel fare la ricerca sulla vita di questi fratelli e su alcune delle loro opere, in particolare, la descrizione iconografica della pittura nel soffitto della supracitata cappella, questo lavoro cerca di mettere a luce gli elementi che la situano nel contesto artistico di questa zona.

Parole chiave: Iconografia; San Giuseppe; Pittura; Pietro; Ulderico Gentili.

O testemunho histórico apresenta a Itália como mãe de uma vasta cultura geradora de grandes nomes para o campo das artes. Os grandes mestres italianos como Michelangelo, Da Vinci e Rafael tornaram-se o paradigma artístico para os que os sucederam, de forma especial, no campo da escultura e da pintura. A genialidade destes mestres atravessou os séculos e, mesmo em período atual, pode-se encontrar artistas que beberam nessa fecunda fonte. Esse é o caso do pintor italiano Pietro Gentili, a quem este artigo é dedicado, que partilha do mesmo talento de seus compatriotas.

¹ Artigo apresentado ao curso de pós-graduação em História da Arte Sacra da Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM) em 2017, como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduação em História da Arte Sacra. Orientado por Aziz José de Oliveira Pedrosa e co-orientado por Alex Fernandes Boher.

* Bacharel em Filosofia e Pós-graduado em História da Arte Sacra pela FDLM.

1 PIETRO GENTILI: VIDA E OBRA

1.1 Biografia de Pietro Gentili

Antes de apresentar a riqueza de suas obras, é pertinente desvendar um pouco da história desse artista que muito contribuiu para a arte sacra em nosso país. Como já foi apontado, Pietro Gentili é de origem italiana, de uma região chamada Monte Compatri, próximo a Roma. Ele nasceu em 1º de outubro de 1903, filho de Alessandro Gentili e Piacentina Mastrofili. A família era formada por mais três irmãos, dentre os quais ganha destaque Ulderico Gentili, irmão mais novo que se tornará aprendiz e parceiro de trabalho de Pietro. (SANTOS, 2010, p. 114).

Pietro passou os seus primeiros anos na própria região onde nascera e aos dezessete anos ingressou no Colégio Artigianelli, em Turim. Nesse colégio, além da formação acadêmica básica, eram oferecidos vários cursos para que os jovens da época pudessem se especializar em algum ofício. Pietro escolheu, por dom natural, cursar artes plásticas onde se especializou em pintura na Escola de Arte Reffo². Neste mesmo curso, ele também estudou pintura clássica e alguns elementos de arquitetura que foram essenciais para a execução de algumas de suas obras (MINOTTI, 2013). Sua formação durou cerca de três anos, pois ingressou nesse colégio no dia 10 de agosto de 1920 e se formou no dia 22 de agosto de 1923. Foi aluno muito dedicado e exemplar, já se mostrando, mesmo ainda jovem, um pintor de grande talento. Isso é ressaltado em seu diploma pela expressão assim colocada: “Foi matriculado e frequentou assiduamente a Escola de Arte Reffo (...) dedicando-se à pintura decorativa. Estudou, também, os primeiros elementos de arquitetura. Comportou-se sempre de modo exemplar, dedicando-se à Arte e ao estudo com diligência e proveito.”³

² Trata-se de uma escola fundada por Enrico Reffo (1831-1917), pintor italiano nascido em Turim que dedicou toda sua vida à arte sacra. Ele era irmão de Dom Eugenio Reffo (1843-1925) e se tornou uma grande colaborador da nascente Congregação de São José. Esta escola de arte funcionava dentro do Colégio Artigianelli, obra dessa congregação, também chamado de Colégio dos Trabalhadores, como um dos vários cursos como ferreiro, carpinteiro, encadernador, etc., que propiciava as crianças de origem humilde, e muitas delas abandonadas, uma formação profissional. Disponível em: <https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=it&sp=nmt4&u=https://it.wikipedia.org/wiki/Enrico_Reffo&usg=ALkJrhjL5h3DFuqZ7S8x-S2uBylcP5dQ>.

³ Trata-se da tradução do diploma emitido pelo Colégio Artigianelli cuja cópia chegou até nós por meio de um sobrinho, Daniel Gentili, que nos cedeu a cópia de alguns documentos e fotografias. Outra fonte onde encontramos material parecido é o livro *Pietro e Ulderico Gentili pittori* de Tarquinio Minotti editado na

Poucos anos depois, em 1927, Pietro deixou a terra natal. Ainda muito jovem, com 25 anos, ele imigrou para as Américas “como tantos italianos, nos inícios do século passado, à procura de boas oportunidades para melhorar uma vida naqueles anos não certamente fáceis.” (MINOTTI, 2013, tradução nossa). Ele chegou ao Brasil desembarcando no porto de Santos, mas pretendia prosseguir viagem até à Argentina onde tinha planos de morar e trabalhar. Porém, as belezas naturais brasileiras encantaram os olhos do artista que mudou seus planos, encerrando a viagem nessas terras. Desse modo, Pietro aqui se instalou com o firme propósito de desenvolver seu trabalho como artista. “Com a decisão de alcançar a sua meta de progredir na arte, começou a sua peregrinação por todos os pontos onde sua arte seria necessária, estudando e apresentando projetos de ornamentação artística para igrejas, conventos e prédios públicos em geral.” (SANTOS, 2010, p. 114).

Ao longo dos primeiros anos, aqui, no Brasil, Pietro trabalhou na decoração interna de algumas igrejas e capelas, contando com o auxílio de outros pintores, também de origem italiana. Alguns artigos de jornais apresentam os nomes de Agostino Transerici e Pietro Panbianco que foram seus companheiros de trabalho por mais de sete anos no período em que decoraram a Igreja de Imaculada Conceição, em São Paulo. Um artigo de jornal da época, depois de grande elogio a esse trabalho, encerra com a seguinte saudação aos artistas: “Vão aqui as nossas mais vivas e sinceras congratulações a dois bravos artistas romanos: o Sr. [Agostino] Transerici e [Pietro] Gentili e ao seu ajudante Pietro Panbianco, augurando-lhes novos triunfos na arte sacra.” (La Squilla, 1928, tradução nossa)⁴.

Nos anos seguintes, Pietro realizou mais algumas obras sozinho. E depois de dez anos de sua chegada ao Brasil, ele ganha um companheiro de trabalho muito especial: o irmão mais novo, Ulderico Gentili que chegou ao Brasil em 10 de outubro 1937 e, desde então, começaram a realizar os trabalhos sempre juntos. Ulderico Gentili também nasceu em Monte Compatri, em 10 de Janeiro de 1911. Antes de vir para o Brasil, Ulderico havia participado da Guerra de Abssínia (atual Etiópia), na África. (O liberal, 1993). Ele se fez presente no conflito historicamente chamado de Segunda Guerra Ítalo-Etíope, ocorrido em 1935-1936, quando a Itália fascista de Benito Mussolini invadiu a Abissínia⁵.

Itália, em 2015, cujo escopo em PDF, foi-nos gentilmente cedido pelo Sr. Daniel Gentili, sobrinho do pintor Pietro Gentili.

⁴ *Vadano le nostre più vive e sincere congratulazioni ai due bravi artisti romani: -Sigg. Transerici e Gentili e al loro aiutante Pietro Panbianco augurando loro nuovi trinfì nell-arte sacra.*

⁵ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_%C3%8Dtalo-Et%C3%ADope>.

Ao contrário do irmão, ele não havia estudado artes na Itália, porém demonstrava o mesmo gosto e dom artístico e já havia realizado alguns trabalhos desenhando cartazes e letreiros para cinema. (XAVIER, 2002, p. 37). Como autodidata, logo desenvolveu o talento para a pintura e escultura, sendo muitas vezes instruído por Pietro, que no princípio o tinha como aprendiz. “Suas filhas, Dalva e Maria Diva, que guardam com muito carinho alguns quadros do pai, dizem que, no início, Ulderico fazia somente os barrados das pinturas, mas, com o tempo, foi assumindo os mais diferentes trabalhos.” (XAVIER, 2002, p. 37/38).

A morte de Pietro se deu em 8 de Agosto de 1968, aparentemente, por causa dos vernizes e outros produtos que usava nas pinturas e acabaram por envenená-lo. “Pietro Gentili se descuidava da saúde, já que não se alimentava e nem dormia nas horas certas. Quando iniciava um trabalho, se empolgava e queria vê-lo concretizado, o que fazia esquecer-se das horas das refeições ou do sono.” (SANTOS, 2010, p. 115). Seu irmão Ulderico faleceu em junho de 1984. (MINOTTI, 2013).

1.2 Características das pinturas de Pietro

É interessante aqui ressaltar alguns aspectos da personalidade artística de Pietro que, com muita certeza, também foram compartilhados por seu irmão Ulderico. Um primeiro ponto a se destacar é o contínuo aperfeiçoamento desses artistas, pois sempre buscavam uma formação artística continuada. Essa formação se dava através de leituras e pesquisas sobre a arte da pintura e se complementava com a participação em eventos sobre arte e visitas a exposições. “[Pietro] visitava exposições de arte, colecionava livros dos pintores renascentistas, os quais pesquisava muito.” (XAVIER, 2002, p. 38).

Ao contemplar as obras de arte desses irmãos, percebe-se logo o gosto renascentista e clássico que influenciou o estilo de pintar. Em vários artigos, aparecem impressões semelhantes que ressaltam marcas do renascimento italiano em suas pinturas. Em um desses artigos, que trata da decoração da Igreja da Imaculada Conceição, em São Paulo, aparece a seguinte apreciação:

Digamos logo que se a Igreja da Imaculada Conceição não tem nada de “nosso” na linha arquitetônica, todavia é agradabilíssima e muito nossa no interno. Os grandes afrescos executados por Transerici e Gentili- dois puros artistas romanos- que associaram ao trabalho deles um outro artista italiano, desde muito tempo residente no Brasil: Pietro Panbianco- tem um sabor distintamente renascentista e uma riqueza sinfônica de cores inequivocavelmente italianas. (...) As várias figuras e representações são

harmonizadas com traços renascentistas. Além de tudo, a bela e grande obra realizada pelos jovens artistas italianos é claramente inspirada por sugestões de arte italianíssima, para o fervor de artistas e fiéis. (Il Piccolo, 1928, tradução nossa)⁶.

Pietro tinha grande interesse pela pintura renascentista e escolheu como fonte de inspiração a arte do mestre Rafael Sâncio que influenciou diretamente sobre sua arte. O filho de Pietro, Cláudio Gentili depõe um belo relato sobre seu pai:

Pietro Gentili era um pintor oriundo do Collegio Artigianelli, de Torino, onde estudou com afinco a pintura clássica. Rafael era o seu modelo ideal de pintor. Viveu para a pintura. Quando não estava trabalhando em uma igreja, pintava quadros para decorar colégios, conventos e seminários. O seu lazer era a pintura, bem como seu ganha-pão. (...) Passava dias dentro da Igreja e só nos finais de semana ficava com a família. (XAVIER, 2002, p. 37).

Há de se destacar também um aspecto que aparece como fundamental em suas obras, principalmente as obras de caráter sacro, que é profundo conhecimento que os irmãos Gentili tinham das Sagradas Escrituras. Este conhecimento se dava pelo costume que tinham da leitura assídua da Bíblia. Liam-na como fonte de espiritualidade, mas também como fonte de inspiração. (XAVIER, 2002, p. 38). A intimidade que eles tinham com a Sagrada Escritura proporcionou às obras uma grande riqueza espiritual com um profundo sentido catequético, pois transmitiam, plasticamente, com pincéis e tintas, o conteúdo da mensagem divina. Esse é um grande valor para suas obras sacras, pois levam os fiéis e observadores a uma experiência com o belo e o sagrado. A Tradição da Igreja Católica, desde muito tempo, viu a arte sacra como um importante instrumento de evangelização, pois os fiéis, na sua maioria iletrados, rezavam e aprendiam sobre a fé, ou seja, eram catequizados pelas obras sacras. A arte sacra era a Bíblia dos pobres. Essa característica se encaixa perfeitamente na pintura desses dois irmãos que evangelizavam muitos humildes com as representações da Escritura, da vida dos Santos e dos Sacramentos.

Além das referências que nortearam a produção de Pietro, é interessante destacar os materiais por ele escolhido para a elaboração de suas obras como crayon, aquarela e

⁶*Diciamo subito che se la chiesa della Immacolata Concezione non ha nulla di “nostro” nella linea architettonica tuttavia piacevolissima, è, per contro, squisitamente nostra nell’interno. I grandi affreschi eseguiti dal Transerici e dal Gentili - due schietti artisti romani - che hanno associato alla loro fatica un altro artista italiano da lungo tempo residente in Brasile: Pietro Panbianco – hanno un sapore spiccatamente rinascimentale ed una ricchezza sinfonica di colore inequivocabilmente italiana. (...) Le varie figure figurazioni armonizzate da fregi rinascimentali. Oltre tutto la bella e grande opera compiuta dai giovanissimi artisti italiani è chiaramente ispirata a suggestioni di arte italianissima, a fervore di artisti e di credenti.*

guache. Com esse material, realizou muitas obras “profanas”, pintando e comercializando vários quadros que evocavam referências clássicas que ainda pontuavam sua produção (SANTOS, 2010, p. 115). As obras, feitas nas paredes e tetos das Igrejas, eram pintadas à têmpera, mostrando assim, sua genialidade e versatilidade de técnicas e materiais. Muitas das vezes, ele mesmo preparava os pigmentos que utilizava. “Passava horas preparando as tintas e fazia a combinação das tonalidades de modo a dar vida às suas criações.” (XAVIER, 2002, p. 38). Muitas vezes, ele elaborava pequenos croquis, inspirados por gravuras que transpunha para os tetos e paredes; mas, a maioria das vezes, as pinturas eram realizadas diretamente, sem que ele tivesse pela frente quaisquer gravuras como inspiração, nem mesmo um esboço preexistente. (Jornal de São Caetano, 1948, p. 2).

1.3 Locais por onde passou e obras realizadas

Como já foi mencionado anteriormente, a arte dos Gentili está presente em inúmeras Igrejas e outras construções afins. Por isso, achou-se por bem, apresentar de modo bem sintético, alguns trabalhos realizados por esses irmãos, sem a pretensão de esgotar a riqueza e a grande quantidade de obras.

Logo após a chegada de Pietro Gentili ao Brasil, ele foi convidado a decorar, junto com os companheiros Agostino Transerici e Pietro Panbianco, a Igreja da Imaculada Conceição. Essa Igreja se encontra na cidade de São Paulo e, desde a construção, está sob a responsabilidade dos padres capuchinhos. Os artistas italianos trabalharam nessa igreja por cerca de sete anos, do ano de 1928 a 1935. “Foram chamados pela confiança dos padres capuchinhos da Igreja da Imaculada Conceição (...) e, particularmente, pela confiança do padre guardião Rev. Luigi Santanna para decorar totalmente a luminosa igreja.” (Il Piccolo, 1928, tradução nossa)⁷. Vários artigos da época tecem elogios a essa grandiosa obra, principalmente pela harmonia das cores e a disposição dos elementos. (La Squilla, 1928 e Il Piccolo, 1928). São executados alguns painéis representando cenas de Evangelho e da vida de São Francisco, alguns medalhões com os Evangelistas. A obra principal dessa igreja, infelizmente não existe mais, trata-se de uma extensa pintura que

⁷ Sono stati chiamati dalla finducia dei padri Cappuccini della Chiesa della Immacolata Concezione (...) e particolarmente dalla finducia del padre guardino rev. Luigi Santanna ad affrescare totalmente la luminosa chiesa di quella signorile arteria.

cobria todo o teto da nave, ruído na década de 50, perdendo toda a pintura (MINOTTI, 2015, p. 20). Tratava-se de uma bela cena que um dos artigos descreve como:

O grande afresco central representa o triunfo da Imaculada Conceição e da Ordem Franciscana, que, durante seis séculos, defenderam esta prerrogativa de Maria contra os teólogos dominicanos até a proclamação do dogma, ocorrido em 1854. Nesse, a Imaculada aparece numa visão- em um céu claro e transparente, sobre um harmonioso voo de anjos- e o Eterno Pai acena para ela como esperança para os nossos primeiros pais depois do pecado. Adão e Eva estão sob um céu ameaçador e escuro, diante de um terrível Anjo com uma espada de fogo, saem para sempre do Paraíso terrestre. Da outra parte- e aqui, o céu é sereno e sorridente- aparece o santuário de Assis como uma aspiração e uma elevação. No primeiro plano do afresco grandioso, o Irmãozinho de Assis, transfigurado e reconhecível pelos estigmas acena aos seus irmãos, extasiados com a visão da Imaculada Conceição. (Il Piccolo, 1928, tradução nossa)⁸.

Em 1936, Pietro parte para a cidade de Santos, que fora a porta de entrada ao país, para decorar a suntuosa Basílica de Santo Antônio do Embaré. Nesse ano, ele trabalha vigorosamente pintando o teto do presbitério. (SANTOS, 2010, p. 114). Esta igreja conta ainda com o trabalho de Pietro no ano de 1945, em companhia do irmão Ulderico, e realizam outras belíssimas pinturas com painéis da vida de Santo Antônio, vários santos ligados à Ordem Franciscana e inúmeros anjos como alegorias de virtudes dentre muitas outras obras que cobrem boa parte das paredes e teto da Basílica.

Segundo Minotti (2015, p. 66-77), em 1937, Pietro migra para o estado de Minas Gerais para realizar a decoração interna do prédio construído para abrigar o Seminário Maior São José, da Arquidiocese de Mariana. No final desse mesmo ano, Pietro realizou um trabalho na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, da cidade de Botucatu, no estado de São Paulo. Em 1939, Pietro desenvolve o trabalho em outra Igreja dedicada à Nossa Senhora de Lourdes, agora na Igreja Matriz localizada na cidade de Maria de Fé, no sul do Estado de Minas Gerais. Parece que já nessa Igreja, Pietro conta com o auxílio de seu irmão Ulderico Gentili, recém-chegado ao país. Nesse local, o trabalho se estende até o ano de 1940. Esta Matriz se apresenta como uma imponente Igreja, cujo interior foi ricamente

⁸ *Il grande affresco centrale rappresenta il trionfo dell'Immacolata Concezione e dell'Ordine Franciscano, che, durante 6 secoli difese questa prerogativa di maria contro i teologi domenicani sino alla proclamazione del Dogma, avvenuto nel 1854. In esso l'Immacolata appare in visione - in un cielo terzo e trasparente, su un armonioso volo di angeli - e l'Eterno Padre l'addita come speranza ai nostri primi progenitori dopo il peccato. Adamo ed Eva, sotto un cielo minaccioso e tetto, di fronte ad un terribile angelo dalla spada di fuoco, escono per sempre dal Paradiso terrestre. Dall'altra parte - e qui il cielo è sereno e sorridente - appare il santuario di Assisi come una aspirazione ed una elevazione. In primo piano dell'affresco grandioso, il fraticello d'Assisi, trasfigurato e riconoscibile dalle stigmate addita ai suoi fratelli estatici la visione della Immacolata Concezione.*

decorado pelos irmãos Gentili. As pinturas do artista ocupam o teto, onde são retratados os evangelistas; as paredes, que formam grandes painéis sobre a vida de Cristo e uma série de medalhões onde são retratadas algumas mulheres de importante testemunho de fé, como algumas figuras da Bíblia e outras santas mulheres que consagraram sua vida a Cristo. Dois painéis ganham destaque, o primeiro se refere a Aparição de Lourdes em que Maria se revela à jovem Bernadete como a Imaculada Conceição; o segundo, está intimamente ligado ao primeiro, pois representa a proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, em 1854. (MINOTTI, 2015, p. 107).

Minotti (2013) narra que o trabalho desses irmãos seguiu-se ininterrupto e já em 1942, os irmãos partem para a cidade de Botucatu, no estado de São Paulo, onde trabalham na Capela do Colégio de Santa Marcelina, em alguns lugares apresentada como o Colégio os Anjos, referência aos inúmeros seres angelicais que ornaram o teto, infelizmente, ruído décadas atrás. Por algumas fotografias, vê-se o trabalho dos irmãos decorando o teto em caixotões com a representação central de Santa Marcelina envolta por várias pinturas de Anjos (MINOTTI, 2015, p. 79). No ano seguinte, 1943, eles retornam a Minas Gerais, agora na cidade de Cássia, onde trabalham na Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia. Nessa Igreja decoram o teto e as paredes com pinturas referentes à vida de Santa Rita, além de medalhões com alguns apóstolos e profetas.

No final do ano de 1943, eles são chamados para pintar a nova Igreja Matriz da Sagrada Família, na cidade de São Caetano do Sul, em São Paulo, onde dedicam grande tempo à decoração. Neste mesmo ano, iniciam-se as pinturas da Via-Sacra em 14 grandes painéis que ornaram as naves laterais do templo. (CARVALHO, 2009, p. 9). A segunda etapa de trabalhos, nessa Matriz aconteceu em 1947 quando o “Professor Pedro Gentili que já embelezou essa Matriz com uma monumental via-sacra mural” (CARVALHO, 2009, p. 12), é chamado para pintar a Capela-mor dessa Matriz, concluída a tempo para as festas Antonianas, despertando grande admiração e satisfação dos fiéis que contemplaram a pintura de Cristo Rei. (CARVALHO, 2009, p. 12). O trabalho segue até o ano seguinte onde se inicia a pintura da Santa Ceia no Arco Triunfal. Esta obra se destaca pela qualidade e tamanho com que foi feita, pois cobre toda a parte superior do Arco triunfal, num total de 45m², considerada na época como uma das maiores obras sacras do mundo. (Jornal de São Caetano, 1948, p. 2). Em 1949, os irmãos Gentili decoraram vários altares laterais e iniciaram a pintura de vários painéis representando os sacramentos e alguns dos profetas que se seguiram até 1952 quando todo o trabalho foi finalizado.

Na ocasião da festa solene de Santo Antonio foi entregue a[o] Povo Católico de São Caetano a nova Pintura da parede in corum Evangeli da Matriz Nova. Completam-se assim as duas paredes laterais da Matriz com estas maravilhosas decorações didáticas sobre os Sacramentos que o Prof. Pedro Gentili coadjuvado pelo irmão Ulderico Gentili, com paixão e competência de Mestre realizou. (CARVALHO, 2009, p. 17).

Em 1946, os irmãos retornam, pela última vez, às terras mineiras para o trabalho na Igreja de São Sebastião do Paraíso. A partir de 1950, os irmãos Gentili se dedicam ao trabalho de várias igrejas e capelas paulistas, das quais não temos muitas informações para esta pesquisa. A lista de trabalhos começa com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na cidade de São Paulo, em 1950; Igreja dos Franciscanos, na cidade de Piracicaba, em 1951; Igreja Matriz de São Roque, na cidade de São Roque, em 1952; Igreja Santa Teresinha, na cidade de São Paulo, em 1953; Igreja Nossa Senhora Aquirópita, na cidade de São Paulo, em 1955 e Capela do Calvário, também em São Paulo, no ano de 1958. (MINOTTI, 2013).

O último trabalho realizado pelos dois irmãos em conjunto foi na cidade paulista de Americana. A nova Igreja Matriz de Santo Antônio foi pintada pelos Gentili do ano de 1961 até 1968, uma grande obra que necessitou de muito tempo. Esta pode ser considerada a maior Igreja pintada por esses irmãos. A Igreja, que tem aspectos neoclássicos, tem o teto e as paredes pintadas por mãos de artistas maduros, cuja maestria se percebe facilmente. O teto é composto por vários painéis que narram plasticamente as histórias do Antigo Testamento, desde a Criação até cenas da vida de Cristo do Novo Testamento. Vários outros temas ligados à vida de Cristo e dos santos compõem os painéis das paredes laterais e do presbitério. Dentre todas essas pinturas, há uma que chama a atenção, pois é a última obra de Pietro Gentili. Trata-se de uma pintura parietal que retrata a morte de São José, esta obra não foi concluída por Pietro que adoeceu e faleceu durante sua execução. Ainda permanece incompleta como uma homenagem ao artista. As outras obras da Igreja foram prosseguidas por seu irmão Ulderico que seguiu sozinho o projeto das pinturas idealizado por eles e a concluiu em 1972.

2 DESCRIÇÃO ICONOGRÁFICA

2.1 Breve história do seminário

Antes da análise da pintura de Pietro Gentili no Seminário Maior de Mariana, é pertinente fazer um voo rápido sobre a quase tricentenária história desta instituição, pois, como será visto posteriormente, essa pintura traz consigo alguns traços históricos importantes para esse Seminário.

Conforme Mons. Flávio Rodrigues (2006, p. 52) o Seminário de Mariana foi fundado no dia 20 de dezembro de 1750 como fruto do desejo e empenho do primeiro bispo Dom Frei Manuel da Cruz, que colocou a formação do clero como prioridade na recém-criada diocese de Mariana. Formação esta que não beneficiou somente aqueles que seguiram a vida sacerdotal, mas todos os alunos que por ali passaram vindos de diversas partes do país.

O Seminário de Mariana é o estabelecimento de instrução e educação mais antigo e de melhores créditos no Estado de Minas, e foi num período de mais de meio século o único a beneficiá-lo com a instrução de seus filhos. Ainda quando, posteriormente, outros estabelecimentos surgiram e vieram com êle cooperar para o grau de civilização a que ascendemos, pode afirmar-se, sem pretender deprimir nenhum dêles, que outro não houve, que o excedesse, sequer que se lhe pusesse a par, em serviços de benemerência para com a causa da instrução pública em nossa terra. (TRINDADE, 1953, p. 5).

O historiador Cônego Raymundo Trindade (1953, p. 8-48) recorda que o seminário foi erguido sob a proteção de Nossa Senhora da Boa Morte em terreno próximo ao Palácio Episcopal. No início, a formação foi entregue aos padres jesuítas que permaneceram até a expulsão extinção da Companhia. Os bispos que sucederam a Dom Frei Manuel da Cruz também se dedicaram ao seminário, contribuindo com somas em dinheiro para a melhoria das instalações e buscando bons mestres para ali lecionarem, mas a saída dos jesuítas e os longos períodos de vacância prejudicaram o bom funcionamento do seminário que declinou em seu esplendor.

Mas a providência não falhou com esta instituição que recebeu novo vigor com a chegada de Dom Antônio Ferreira Viçoso em 1844. O zelo com o seminário foi redobrado sob seu episcopado e, em 1853 chamou seus confrades lazaristas, especialistas na formação do

clero, para estarem à frente do seminário. Os padres da Congregação da Missão dirigiram o seminário até o ano de 1966. (TRINDADE, 1953, p. 50-51).

Segundo Trindade (1953, p. 65), em 1934, sob o governo zeloso de Dom Helvécio Gomes de Oliveira que assumira o episcopado em 1922, as duas instituições Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção e o Seminário Maior São José, que conviviam na mesma casa desde tempos antigos, foram direcionadas a prédios separados. O Seminário Menor permaneceu na mesma casa que foi destinada exclusivamente para esse fim. O Seminário Maior foi transferido para uma casa recém construída, “o suntuoso *Seminário São José*, que o zelo de Dom Helvécio levantou e que é já e há de ser no perpassar dos evos, o monumento que manterá vivo, na lembrança agradecida do mineiro, o BISPO DAS VOCAÇÕES SACERDOTAIS.” (TRINDADE, 1953, p. 65-66).

2.2 Descrição iconográfica

Foi com a finalidade de decorar a Capela desse novo prédio do Seminário Maior que Dom Helvécio contratou os serviços de Pietro Gentili. Como foi recordado no capítulo anterior, essa pintura do Seminário é a terceira grande obra do artista em terras brasileiras⁹. Como seu irmão Ulderido só chegou ao Brasil no final do ano de 1937, essa obra foi executada e assinada apenas por Pietro que a terminou no dia 10 de março desse mesmo ano. Trata-se de uma pintura de grandes dimensões e ocupa todo o teto desta distinta capela. Além dessa pintura, há outros painéis pintados nas paredes como a representação de Davi e Santa Cecília próximos ao coro, do Cordeiro imolado e do Pelicano ao fundo, o presbitério ladeado por dois medalhões com a figura de Pedro e Paulo e outro acima com a cena da Queda de Cristo a caminho do Calvário, além de outros elementos decorativos. Esse trabalho se dedicará apenas à pintura realizada no teto do seminário que, recorda o Boletim Eclesiástico, “Tão primorosas e bem acabadas ficaram essas pinturas, que nada deixam a desejar ao mais exigente gosto artístico e mestre na matéria.” (Boletim Eclesiástico da Archidiocese de Mariana, 1938, p. 50).

O teto dessa capela é em forma de abóboda de berço e, por isso, exigiu maestria da parte de Pietro para que as figuras mantivessem as proporções e não ficassem deformadas ao olhar dos admiradores. Como já foi recordado, essa pintura, como muitas outras

⁹ Como consta na seção dedicada à biografia dos artistas, a primeira obra realizada por Pietro nas terras brasileiras é a decoração da Igreja da Imaculada Conceição, em São Paulo (1928) e a segunda foi a Basílica de Santo Antônio, em Santos (1936).

realizadas em Igrejas, não é um afresco, mas uma pintura realizada à têmpera em que Pietro utilizou óleo de linhaça como emulsificante.

Essa descrição iconográfica se realizará na seguinte proposta: primeiro, a análise percorrerá a parte da frente do teto, onde é representado a glorificação de São José. Em seguida, será analisada a parte posterior onde se encontra pintado a representação da hierarquia da Igreja. Por fim, a obra será vista em seu conjunto, para que sejam explicitadas algumas relações internas e externas. Desse modo, o caminho aqui proposto se aproxima do pensamento de Panofsky (1979. p. 50-52) que busca distinguir a análise de uma obra em três níveis. Mesmo que a descrição iconográfica desse trabalho não venha a ser elaborada exatamente sobre essa estrutura tripartida, é interessante apresentar o pensamento do autor que será o pano de fundo dessa exposição. Para ele, o primeiro nível para uma análise de obra de arte figurativa é a descrição pré-iconográfica em que é percebido, factualmente, formas e objetos previamente conhecidos. Depois de identificados, essas formas e objetos produzirão alguma reação no observador e ganham um significado expressional.

Tema *primário* ou *natural*, subdividido em *fatual* e *expressional*. É apreendido pela identificação das formas puras, (...) pela identificação de suas relações mútuas (...) e pela percepção de algumas qualidades expressionalis (...). O mundo das formas puras assim reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais pode ser chamado de mundo dos motivos artísticos. Uma enumeração desses motivos constituiria uma descrição pré-iconográfica de uma obra de arte. (PANOFSKY, 1979. p. 50).

O segundo nível de análise é apresentado por esse autor como análise iconográfica que busca tratar a mensagem ou o tema de determinada obra de arte. Esse nível dá um passo além do anterior por sua qualidade de inteligível, pois na descrição iconográfica as formas primárias são interpretadas e ganham significados que podem ser conceitualizados. A iconografia é, assim, a ação de descrever e classificar as representações contidas em uma obra de arte.

Tema *secundário* ou *convencional*: é apreendido pela percepção de que (...) um grupo de figuras, sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição e pose, representa a Última Ceia (...). Assim fazendo, ligamos os motivos e as combinações de motivos artísticos composições com assuntos e conceitos. Motivos reconhecidos como portadores de um significado secundário ou convencional podem chamar-se imagens, sendo que combinações de imagens (...) nós costumamos dar-lhes o nome de estórias e alegorias. A identificação de tais imagens, estórias e alegorias é o domínio daquilo que é normalmente conhecido por "iconografia". (PANOFSKY, 1979. p. 50-51).

Por fim, Panofsky apresenta o terceiro nível na análise de uma obra de arte, a iconologia, ou significado intrínseco. Esse significado intrínseco se volta para os elementos culturais, sociais e históricos que perpassam a obra. Ele “é apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra.” (PANOFSKY, 1979. p. 52). Por buscar tais significados, um “algo a mais” que pode aqui ser chamado de símbolos, dá-se um salto da iconografia para a iconologia. Essa ciência se apresenta como um labor mais interpretativo e busca uma visão mais integral da obra de arte, trata-se, assim, de uma atividade de síntese.

Depois dessa explanação e sustentado pelo pensamento de Panofsky, pode-se seguir com a descrição iconográfica da pintura do teto da Capela do Seminário. Como já foi mencionado, essa análise será iniciada pela parte frontal da pintura que está mais próxima ao presbitério. Já na época de sua conclusão, essa representação de São José chamou a atenção dos olhares de seminaristas, padres e tantos outros que elevavam as fronteiras para contemplar a glorificação de São José. Acerca dessa pintura, pode-se ler uma empolgante e flamejada descrição em uma notícia no Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

A figura predominante e mais impolante de toda pintura é a glorificação do grande Patriarcha S. José, no céu exalçado ao throno que lhe foi destinado por suas virtudes singulares e unicas, especialmente, pelo mais elevado cargo que um mortal podia occupar na terra: pae nutricao de Jesus, esposo virgem de sua Mãe Santissima e chefe da Sagrada Familia- *qui custos domini glorificabitur*, - não lhe tendo faltado na tela o cortejo e homenagens que, na celeste mansão, lhe prestam os que, na terra, o symbolisaram e serviram, tomando parte com elle na economia da redempção, como os Patriarchas, Prophetas e côros angelicos. Finalmente, de modo providencial, escolhido para orago e anjo tutelar desse educandario e de todos os seus componentes. (Boletim eclesiastico da Arquidiocese de Mariana, 1938, p. 50).

Nesta parte da pintura vê-se a figura de São José e o Menino Jesus que, abraçando-lhe, se assenta sobre uma esfera azul sustentada por pequenas figuras angelicais. Logo abaixo se encontra uma revoada de outros Anjos que parecem descortinar a celeste visão. O conjunto parece formar um grandioso pedestal para José e Jesus Menino.

Nessa representação merecem destaque alguns pontos curiosos. O primeiro é o fato de São José ser representado em sua glorificação. Trata-se de uma representação pouco comum desse santo e, pode-se dizer aqui, fruto tardio de uma evolução em sua

iconografia. A inspiração primeira para os artistas está contida nos Evangelhos canônicos de Lucas e de Mateus que, por narrarem a infância de Jesus, apresentam a figura de José como aquele que desposou Maria e assumiu a paternidade legítima de Jesus, o Filho de Deus. Nos dois primeiros capítulos de ambos os Evangelhos, vê-se o desenrolar dessa história que assumem acentuações diferentes. O Evangelho de Mateus, com uma matriz mais judaica e paternalista, apresenta a figura de José com mais destaque para realçar a descendência davídica de Jesus. No Evangelho de Lucas, esse destaque se volta para Maria, pois quer realçar a concepção divina de Jesus. Em todos os momentos, José aparece de modo muito discreto e silencioso, destacando-se mais pelo testemunho de confiança e obediência a Deus que pelas próprias palavras. Há também outras fontes como os Evangelhos Apócrifos, a Tradição Patrística, Sermões, e escritos hagiográficos que muito contribuíram para sua iconografia. (CANTERO, 2013, p. 64-66).

Nos primórdios da arte sacra cristã, a figura de São José foi quase totalmente desprezada, salvo raríssimas exceções no mundo bizantino. Nos séculos que se seguiram com a Idade Média, sua representação permaneceu discreta e “a única forma em que se evocava a São José era dentro de algum episódio referente à vida de Cristo e da Virgem” (CANTERO, 2013, p. 60, tradução nossa)¹⁰, de modo especial nas cenas da infância de Jesus. Sua iconografia o representava como um ancião calvo, ou com cabelos e barba grisalhos para mostrar sua maturidade e bom juízo e geralmente trajado como um judeu com túnica longa e gorro (CANTERO, 2013, p. 57). Essa representação se justificava por alguns motivos, o primeiro era o perigo de representar um José jovem e viril, pondo em xeque o dogma da Virgindade de Maria e sua concepção divina. O segundo motivo era o fato de que a figura de José estava ligada ao judaísmo e o forte antisemitismo da época provocou algumas consequências trágicas em sua representação e devoção (CANTERO, 2013, p. 58).

Pode deduzir-se que durante a Idade Média, a presença de São José nas obras artísticas não foi relevante, e assim não encontramos imagens suas de caráter individual (...). A verdade é que, com o ponto de vista de nossa época, poderia parecer-nos que a representação de São José poderia perturbar o conceito da virgindade de Maria, pelo que parecia mais oportuno mostrá-lo muito velho, o qual se seguia o relato dos evangelhos apócrifos, mas também, e alheio a estas fontes literárias, com aspecto desalinado e desajeitado. (MONTENEGRO, 2014, p. 43, tradução nossa)¹¹.

¹⁰ *La única forma en que se evocaba a San José era dentro de algún episodio referente a la vida de Cristo o la Virgen.*

¹¹ *Puede deducirse que durante la Edad Media la presencia de San José en las obras artísticas no fue relevante, y así no encontramos imágenes suyas de carácter individual (...). La verdad es que con el punto*

Somente com o século XVI a figura de São José começou a ganhar destaque. Sua representação começa a se tornar independente das cenas ligadas à Virgem e à infância de Jesus. Nesse período floresce o movimento espiritual chamado *Devotio moderna*, que buscava trazer os ideais de santidade para mais próximo do ser humano, ajudada por uma busca de maior autenticidade histórica da parte dos artistas, ajudou a difundir a figura de um São José mais jovem e belo se afastando cada vez mais da “lendária” imagem de José que imperara no medievo. (MONTENEGRO, 2014, p. 44).

Os primeiros sinais de recuperação começam (...) graças ao conceito de *devotio moderna* que, em sua busca de uma religiosidade mais ‘humanizada’, se fixará nos anos ocultos da infância de Cristo. (...) Assim pois, o final da Idade Média trará consigo um processo de mudança radical, começando-se a defender a juventude de José ‘por razões de conveniência’. Paralela a esta hipótese ocorrerá a ideia de São José como um homem fisicamente belo, fundamentada também na literatura mística e devocional. Tudo isso provocará que, a partir de Trento, se assegure esse novo tipo iconográfico desenvolvido. (CANTERO, 2013, p. 68, tradução nossa)¹².

Assim, na idade moderna, aparece um grande desenvolvimento na representação iconográfica de São José. “[Ela]será testemunha do auge do culto a São José materializado na aparição de pinturas, esculturas e até retábulos inteiros (...) dedicados a ele, a criação de novas devoções (...), de novas iconografias ou a aquisição de um total protagonismo em cenas onde nunca ele teve.” (CANTERO, 2013, p. 68)¹³. É nesse período que surgem as representações da Sagrada Família, José com o Menino Jesus aos braços, a morte de São José e a sua Glorificação, como está representado no teto da Capela do Seminário. Esta última representação iconográfica se deve ao fato de que toda a vida de José, aqui na terra, em que ele dedicou a ser o zelador da Sagrada Família, cuidando de Maria e Jesus, teve uma grande recompensa e reconhecimento no céu. “Assim se introduziu o tema de sua Coroação [Glorificação] como imagem de seu triunfo em sua

de vista de nuestra época, pudiera parecernos que la representación de San José (...) podría enturbiar el concepto de la virginidad de María, por lo que parecía más oportuno mostrarlo muy anciano, lo cual sí seguía el relato de los evangelios apócrifos, pero además, y ajeno a estas fuentes literarias, con aspecto desaliñado y torpe.

¹² *Los primeros signos de recuperación comienzan (...) gracias al concepto de devotio moderna que, en su búsqueda de una religiosidad más “humanizada”, se fijará en los años ocultos de la infancia de Cristo. (...) Así pues, el final de la Edad Media traerá consigo un proceso de cambio radical, comenzándose a defender la juventud de José “por razones de conveniencia”. Paralela a esta hipótesis correrá la idea de San José como hombre físicamente bello, fundamentada también en la literatura mística y devocional. Todo ello provocará que a partir de Trento se afiance este nuevo tipo iconográfico desarrollado.*

¹³ *La Edad Moderna será testigo del auge del culto a San José materializado en la aparición de pinturas, esculturas y hasta retablos enteros íntegramente dedicados a él, la creación de nuevas devociones origen, a su vez, de nuevas iconografías o la adquisición de un total protagonismo en escenas donde nunca lo tuvo.*

passagem pela Terra, podendo encontrar nesta representação duas variantes.” (MONTENEGRO, 2014, p. 89, tradução nossa)¹⁴. Uma, com a figura de José sendo coroado por Jesus em idade adulta portando a Cruz como se o agradecesse pelas virtudes de sua vida e pelo seu papel de “quase corredentor”. Na outra representação, José é coroado por Jesus Menino em que é ressaltada sua paternidade e está mais próxima às outras representações iconográficas deste santo. Na pintura analisada, o tema remete a essa segunda forma de representar sua glorificação/coroação, mas nesse caso, em que o Menino Jesus está abraçado a ele e sob o globo, a coroa chega ao santo sendo conduzida por dois Anjos. A palma da vitória, destina aos justos que alcançaram a vida plena em Cristo, e a cruz, símbolo da paixão do Senhor, são também conduzidas por um grupo de três Anjos.

A figura de São José se eleva majestosa sob a revoada de Anjos e junto com o Menino Jesus parecem acenar para o povo cristão que o contempla. Ele traja, não mais as roupas de um humilde carpinteiro, mas uma túnica azul com fechamento em broche, faixa branca com franjas lhe cingindo os rins e manto dourado, um conjunto que lhe confere dignidade e honra. O Menino Jesus traja apenas um perizônio. José, aqui, não é representado como um ancião, mas como um homem jovem com barba e cabelos compridos. O halo ou nimbo, atributo aplicado aos santos, é pintado, aqui, como uma única esfera de luz, como se a santidade de Jesus fosse compartilhada com José.

Os atributos que acompanharam a iconografia de São José são representados, nesta pintura, não junto a ele, mas conduzidos por outras figuras de Anjos. Seu atributo mais excelso, o lírio, é apresentado por um Anjo pintado abaixo à figura do santo. Esse símbolo está ligado a São José desde o início de sua representação e, com o desenrolar dos séculos, passou por grande desenvolvimento e ressignificação. Nas primeiras representações, o ramo de lírio era mais entendido como uma vara que lhe simbolizava a velhice e também o modo como Deus o escolheu para ser esposo de Maria, quando, por milagre, o bastão que ele trazia, como os de outros pretendentes, floresceu. Só com o passar do tempo, quando a virtude da castidade de José foi exaltada, o ramo florido foi representado como um lírio, ligado a ideia da virgindade.

O melhor exemplo é a vara ou báculo de São José, cuja presença está ligado à iconografia josefina de maneira constante. Durante a época medieval, foi sinal

¹⁴Así se introdujo el tema de su Coronación como imagen de su triunfo en su paso por la Tierra, pudiendo encontrar en esta representación dos variantes.

da velhice de José, mas, ao mesmo tempo, se explicava, por uma base apócrifa, segundo a qual constituiu o meio pelo qual Deus o escolheu para ser esposo da Virgem. (...) a respeito ao que foi que brotou da vara, não parece distinguir-se nenhum tipo concreto de flor, mas conforme se vai aceitando a castidade de José, escolheram certas flores brancas secularmente ligadas à ideia de virgindade, especialmente o lírio. (CANTERO, 2013, p. 5, tradução nossa)¹⁵.

Outro atributo ligado à figura de São José é o cestinho com duas pombinhas. Nessa pintura, ele é transportado por um Anjo com semblante pueril localizado à direita e um pouco abaixo. Esse atributo está ligado ao episódio na infância de Jesus em que é narrada a Apresentação do Menino Jesus no Templo, no segundo capítulo do Evangelho de Lucas¹⁶. Como previsto na Lei mosaica, o filho primogênito era consagrado a Deus no Templo de Jerusalém onde também eram sacrificados dois pombinhos ou rolinhas, o mais humilde dos sacrifícios, oferecido por quem não tinha condições de adquirir um cordeiro ou outra oferenda maior¹⁷.

Abaixo de São José, ainda é representado um Anjo trazendo consigo um escudo dourado com monograma formado pelas letras S J meio aparentes. Essas letras apenas são identificáveis por que esse mesmo motivo repete em série ao longo de todas as paredes da Capela. Dentro dessa pintura, por corolário, essas iniciais se ligam à invocação do nome de São José. Ainda nesse conjunto é interessante perceber que os muitos Anjos, que formam este celeste pedestal para São José, trazem ramalhetes de rosas.

Acima da figura de São José, Pietro pintou a representação de Deus Pai como um triângulo luminoso e dentro desse triângulo a escrita de algumas letras em hebraico. Essa figura se encontra exatamente no centro e é para onde todos os elementos convergem e de onde toda a pintura é iluminada por raios. Trata-se, aqui, de uma representação típica de Deus-Pai como um triângulo equilátero, porém com a especificidade de ter no centro as letras hebraicas no lugar do olho, como é comumente representado. A figuração do triângulo equilátero para representar Deus está ligado, para o Cristianismo, ao fato de que

¹⁵ *El mejor ejemplo sea la vara o báculo de San José, cuya presencia ha estado ligada a la iconografía josefina de manera constante. Durante la época medieval fue síntoma de la vejez de José, pero al mismo tiempo se explicaba por una base apócrifa según la cual constituyó el medio por el que Dios lo escoge para ser esposo de la Virgen. (...) Respecto a qué fue lo que brotó de la vara, no parece distinguirse ningún tipo concreto de flor, pero conforme se vaya aceptando la castidad de José, se escogerán ciertas flores blancas secularmente ligadas a la idea de virginidad, especialmente el lirio.*

¹⁶ Lc 2,22-24

¹⁷ Lv 12,6-8

a Trindade é um Deus em três pessoas (BECKER, 1999, p. 281)¹⁸. As letras grafadas no centro desse triângulo é a representação do tetragrama hwhy (YHWH¹⁹), as quatro letras que formam o nome impronunciável de Deus como ele mesmo se revelou ao Moisés no livro do Êxodo²⁰. Ao fundo desta parte da pintura se destacam a silhueta de algumas figuras parecendo ser os bem-aventurados e santos.

No outro extremo da pintura é retratada uma espécie de cortejo litúrgico, cujo destaque é dado para a figura papal de Pio IX. Se ao lado de São José aparece o cortejo dos Anjos, Pietro representou aqui Pio IX ladeado pela corte da hierarquia terrestre compostas pelas figuras de Cardeais, Bispos, presbíteros. A representação de alguns seminaristas também se faz presente, auxiliando o Sumo Pontífice. Pio IX não foi representado aqui, aleatoriamente, pois ele merecia destaque nesta pintura com temática Josefina, já que, em 1870, ele proclamou São José como Patrono da Igreja Universal²¹. Esse ponto é muito bem ilustrado pelo testemunho do Boletim Ecclesiastico na época da inauguração da pintura.

Pio IX, o grande Papa da Immaculada e também podemos chamar-de São José, porque soube, divinamente inspirado, compreender a aspiração da Igreja, proclamando-o Padroeiro Universal e chefe da família mystica de Nosso Senhor Jesus Christo,- ahi teve o seu destaque merecido, cercado do esplendente cortejo papal nas grandes manifestações do poder das chaves, quando o augusto Chefe da Igreja se mostra ao mundo como Vigário de Christo e legitimo successor de Pedro. (Boletim ecclesiastico da Archidiocese de Mariana, 1938, p. 50).

O papa Pio IX é representado com toda a pompa comum a um ato solene de um pontífice. Ele se encontra de pé, saudando os fiéis que o contemplam na pintura. Ele traça sob a batina branca, distintivo dos papas, alva rendada, também branca, com cingulo atando-lhe a cintura. A estola dourada que lhe pende ao pescoço ressalta seu poder sacerdotal e

¹⁸ O triângulo na sua forma equilátera é, com muita frequência, usado como um símbolo que remete a Deus, no cristianismo tem a especificidade de simbolizar a Trindade. Essa representação ganha destaque a partir do século XVII e muitas vezes aparece interligado com uma mão, cabeça, olho ou o nome de Deus em hebraico. (BECKER, 1999, 281)

¹⁹ YHWH é a forma como se expressa o nome próprio de Deus no Antigo Testamento. Do texto hebraico da Bíblia não se pode concluir nada acerca da questão de como os israelitas pronunciavam o nome de YHWH, pois em tempos antigos não se subscreviam as vogais, e quando essas começaram a ser escritas não se pronunciava mais o nome de Deus. Seu nome sagrado foi deixando de ser pronunciado para evitar profanação quando o povo hebreu começou a ser dominado por vários povos. O tetragrama representa um estado conjugado do verbo semita *hwy* cuja raiz pode significar soprar, falar, existir, ser, criar... Usada como nome divino, essa forma verbal foi substantivada e assume como sentido mais próximo a expressão “Eu sou aquele que sou”. (BORN, A. Van Den, 1985, p. 756).

²⁰ Ex 3,14

²¹ Decreto *Quemadmodum Deus* de 8 de Dezembro de 1870.

o pluvial, também dourado em pano brocado, ressalta a solenidade do cerimonial²². O papa traz à cabeça a tiara papal, insígnia pontifícia com uso abandonado desde o papa João Paulo I. “A tiara é um chapéu extra litúrgico próprio do papa, o qual fazia uso em ocasiões de grandes solenidades e um tempo durante as procissões e desfiles.” (HEIN, 2000, p. 50, tradução nossa)²³. Essa insígnia passou por grandes evoluções. Os historiadores não são concordes sobre sua origem, mas especulam remeter ao início da idade média proveniente de um barrete. Esse barrete tomou forma de ogival e passou a ser acrescido de uma coroa em sua base quando o poder temporal da Igreja foi ganhando força e o papa se assemelhou aos reis. Com o passar dos anos, as outras duas coroas foram acrescentadas juntamente com a esfera encimada pela cruz que arremata a parte superior da tiara, assumindo a forma que se tem dos dias atuais. São várias as explicações para o fato das três coroas, mas o mais provável é o simbolismo da função tríplice de governar, ensinar e santificar o povo da Igreja a ele confiada (HEIN, 2000, p. 50-54).

Há, ainda, nessa pintura duas outras insígnias intimamente ligadas ao papado que são as chaves e a cruz pontifícia, ambas são conduzidas por Anjos localizados abaixo do cortejo papal. A representação das chaves está ligado à figura de São Pedro e dos papas, seus sucessores. A primeira referência que se tem das chaves é o episódio narrado no Evangelho de Mateus²⁴ em que Jesus concede a Pedro o primado da Igreja e a ele confia as chaves do reino dos céus. Desse modo, as chaves fazem parte dos atributos de São Pedro, como é representado em uma painel dessa mesma capela, e também está vinculada à figura do papa, presente em brasões, selos e outras ilustrações.

A origem e o simbolismo dessas chaves remetem ao próprio Fundador da Igreja. As chaves indicam o poder sobrenatural de ligar e de desligar conferido pelo Salvador a Pedro e aos seus sucessores. Essas são a expressão metafórica da autoridade absoluta de Cristo, transmitida a Pedro, seu vigário sobre a terra, que tem poder sobre toda a Igreja. (HEIN, 2000, p. 54, tradução nossa)²⁵.

²² Alva é veste sagrada comum a todos os ministros e se trata de uma variação da túnica, veste antiga, com o corte mais simples e não tão justo ao corpo. Com o passar dos anos essa alva foi enriquecida com rendas, pregas.

A estola é uma fita de pano que se coloca sobre os ombros encima da alva. No início era de feitiço simples, mas com o tempo ganhou adereços e ornamentação. O pluvial é uma longa capa de uso litúrgico que derivou de uma veste profana que protegia contra a chuva. Com o tempo essa veste foi adquirindo espaço na liturgia e se modificou ganhando presilhas, bordados, franjas e perdendo o capuz por falta de utilidade. (PLAZAOLA, 2006, p. 401-404).

²³ *La tiara è un copricapo extra-liturgico proprio del papa, il quale ne faceva uso in occasione di grande solennità e un tempo durante processioni e sfilate.*

²⁴ Mt 16,13-19

²⁵ *L'origine e il simbolismo di questi chiavi risalgono al Fondatore stesso della Chiesa. Le chiavi indicano il potere soprannaturale di legare e di sciogliere conferito dal Salvatore a Pietro e ai suoi successori. Esse*

A Cruz pontifícia, que é representada contendo três braços transversais, também está ligada à figura dos papas. Sua origem não é certa, provavelmente foi uma evolução da férula, uma espécie de báculo usado somente pelos pontífices. O mais comum que se tem hoje é essa cruz, com apenas uma haste; mas se tem indício de que em determinado período, ela fosse composta de três braços como significado semelhante ao das três coroas da tiara papal. “A cruz com três braços transversais apareceu algumas vezes como emblema papal, mas unicamente como efeito da ignorância dos artistas, uma vez que nunca foi nem insígnia nem emblema papal.” (HEIN, 2000, p. 75, tradução nossa)²⁶. Nessa pintura, ainda é retratado aos pés de Pio IX o seu brasão pontifício que está segurado pelas mãos de um anjinho²⁷.

Outra figura que se destaca nessa parte posterior da pintura, deslocada um pouco para a lateral, é a de Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Sobre sua figura, também há uma narração enérgica no artigo do Boletim Eclesiástico da Archidiocese de Mariana que noticia a inauguração dessa capela.

Não podia faltar, depois de tudo isto, a justissima homenagem a quem fora o creador, alma e corporisador desse magestoso edificio- *aere perennius*, que hade attestar aos vindoiros não haver se extinguido os genios de antanho, que nos legaram na immortalidade de nossos templos, conventos e construções similares, esses grandes emprehendimentosque idealizaram e effectivaram para nosso gozo e magnificancia do culto christão. Assim surge, como por encanto, do fundo da tela, em seus grandes pontificaes, cercado de seu episcopio, a figura mascula, empolgante e sempre sympathica desse grande Arcebispo que creou e hade sempre marcar a edade de oiro de seu Arcebispado- o Snr. D. Helvecio Gomes de Oliveira, que lhe deixa uma das melhores de suas obras- o Seminário Maior São José. (Boletim eclesiastico da Archidiocese de Mariana, 1938, p. 51).

Nesta pintura, Dom Helvécio é retratado também em meio a uma corte, semelhante ao papa Pio IX. Ele também traja as mesmas vestes cerimoniais, com a diferença que traz à cabeça uma mitra muito bem ornamentada e sua mão esquerda segura um báculo, ambas insígnias episcopais²⁸. A imponente figura episcopal está sentado e com a mão direita

sono l'espressione metaforica dell'autorità assoluta di Cristo, che viene trasmessa a Pietro, suo vicario sulla terra, che ha potere sopra tutta la Chiesa.

²⁶ La croce con tre braccia transversali à apparsa talvolta come emblema papale, ma unicamente come effetto dell'igniranza degli artisti, dal momento che essa non è mai stata né insegna né emblema papale.

²⁷ Pietro confundiú as cores do brasão trocando o fundo azul por amarelo e a cor do leão de amarelo para branco.

²⁸ A mitra é uma insígnia utilizada por bispos e aos que eles se comparam e é o símbolo por excelência da dignidade episcopal. Trata-se de um chapéu de uso litúrgico que sofreu muitas transformações ao longo

concede a bênção aos fiéis. Aparece, ao fundo, muitas outras figuras como a de um cardeal, padres e seminaristas. A mesma movimentação sugerida pela revoada dos Anjos próximos à figura de São José. É essa parte da pintura ocasionada pelos gestos, acenos e olhares dos personagens retratados nos cortejos litúrgicos.

Nesta pintura existem também alguns elementos secundários que passam despercebidos a um olhar rápido e desatento. Em todos os dois lados da obra, encontram-se alguns personagens e símbolos que têm um belo sentido em todo o conjunto. Na lateral do lado da epístola, encontram-se duas figuras angélicas com semblante sorridente. O que aparenta mais jovialidade, porta um brasão emoldurado que pertence ao Arcebispo Dom Helvécio que foi representado próximo a ele. Esse escudo está apoiado sobre um ramo de videira com frutos. Com esses frutos, produz-se o vinho para ser consagrado no cálice que vem à mão do outro Anjo. Um pouco mais à frente aparecem, discretamente, os rostos de quatro figuras de difícil reconhecimento. Parece ser a representação de três mulheres e um jovem. Quando se compara essa pintura com outra representando a subida para o Calvário, se percebe que dois rostos parecem repetir, são os de Maria e João.

Exatamente do lado oposto da pintura, aparecem também as figuras de dois Anjos assentados. Nesse caso, o maior segura o brasão do papa Pio XI, em cujo pontificado se ergueu este seminário. O brasão aparece aqui apoiado em um feixe de trigo, matéria-prima para o pão a ser consagrado e guardado na âmbula trazida pelo outro Anjo. Um pouco mais à frente aparecem dois Anjos, um portando pena e folhas e outro, que acena, parece ditar o conteúdo da escrita. Ao fundo se encontra outra representação enigmática, trata-se de um rosto de uma jovem menina que é presenteada com um lírio por um anjinho.

Por fim, há de se destacar nessa pintura o pano de fundo para toda a cena, trata-se de uma belíssima pintura de falsa arquitetura. Toda a pintura é emoldurada por uma balaustrada perfeitamente pintada. A técnica e o aprimoramento se apresentam impecáveis, inclusive nos detalhes, como o fato de serem pintados os mesmos balaústres que compõe fisicamente o coro. Ganham destaque as duas abóbodas semicirculares que fazem fundo para as representações dos cortejos de São José e do papa Pio IX. Também são muito bem trabalhados os dois pórticos pintados nas laterais da pintura, um com o monograma Mariano e outro com o monograma cristológico. Todo o conjunto é composto de forma

dos séculos até chegar a forma atual. O báculo, outra insígnia episcopal é o emblema da dignidade jurídica do bispo ligado a função de Bom Pastor, por isso sua forma se assemelha a de um cajado pastoril. (HEIN, 2000, p. 59-71)

muito harmoniosa e demonstra grande habilidade por parte de Pietro que também havia estudado um pouco de Arquitetura na Itália. Essa habilidade se mostra evidente quando se percebe essa pintura de falsa arquitetura, excedendo o teto da capela até as paredes em que se misturam aos verdadeiros elementos arquitetônicos pintados.

Quando vemos a pintura nesse belíssimo teto é quase automático relacioná-lo com outras grandiosíssimas obras de feitura similar. Dentre elas, a que mais parece ter relação com o teto do seminário é a pintura da “Glória de Santo Inácio” na Igreja Il Gesù, em Roma. Essa pintura foi realizada pelas mãos do padre jesuíta Andrea Pozzo. Este padre se destacou por suas pinturas de falsa arquitetura que encantaram os olhares de muitos admiradores e isso exigiu dele a publicação de uma importantíssima obra, os dois volumes do tratado *Perspectiva Pictorum et Architectorum*, que tiveram uma grande circulação pelo mundo. (SILVA, 2012, p. 21-23). Não é impossível que o pintor romano Pietro Gentili tivesse algum contato com essa obra, mesmo no século XX, pelo fato de ter estudado alguns elementos de arquitetura em Roma. Ou que ele tivesse visitado ou estudado as próprias pinturas de padre Pozzo, pois como já foi salientado, ele tinha grande dedicação e interesse no estudo da arte. Por mais que pareça forçado, é inegável perceber semelhanças entre esses dois tetos, tanto na distribuição das formas como na própria arquitetura fingida. Pode-se imaginar que Pietro, ao visitar as igrejas da região de Mariana tenha se encantado com as pinturas nos forros das Igrejas e buscou reproduzir na pintura do Seminário muito daquilo que ele mesmo viu nessas igrejas, principalmente no que se refere à falsa arquitetura.

2.3 Alguns temas para aprofundamento

Como arremate nessa descrição iconográfica, seria pertinente apresentar alguns pontos particulares dessa pintura. O primeiro deles é a unidade que forma toda a pintura, pois apesar de parecer ser pintada em dois blocos, um referente a glória de São José e o outro remetendo ao cortejo papa Pio IX, ela forma uma grande unidade temática. Essa unidade é garantida por dois pequenos painéis que trazem escritos os dois primeiros versos de um antigo hino a São José. O primeiro painel exclama *Te, Ioseph, celebrent agmina caelitem*, “Celebre a José a corte celeste”, e está colocado justamente abaixo do cortejo angelical do glorioso patriarca José. O segundo painel se encontra no extremo oposto da pintura trazendo escrito *Te cuncti resonent Christiadum chori*²⁹, “Prossiga o louvor o povo

²⁹ Hino das I vésperas da Festa de São José.

cristão”, que se encontra logo abaixo da corte hierárquica de Pio IX. Assim, a obra se compõe como um grande louvor à figura de São José. Tanto a Igreja Triunfante, representada pelos Anjos e Bem-aventurados, como a Igreja Militante, representada pela hierarquia eclesial, unem suas vozes para exaltar as virtudes deste santo. Essa “divisão” de igreja celeste, padecente e triunfante é próprio da teologia eclesial clássica muito difundida no passado.

Essa obra convida cada um dos fiéis cristãos a voltarem os olhares para o céu e perceberem a glória esperada aos santos no céu quando esses têm uma boa vivência na Igreja. É muito propício essa pintura ser feita na Capela do Seminário de Mariana: primeiro por ser São José, o santo padroeiro dessa construção; segundo, pelo fato de que a vida dele é um grande testemunho de humildade, obediência e castidade; virtudes indispensáveis na vida daqueles que almejam a vida sacerdotal. O modo como esta pintura foi estruturada e seus elementos representados revela que a mente que estava por traz tinha um certo conhecimento de Bíblia e teologia. Assim, esse pintor, mesmo não sendo um clérigo ou teólogo, desenvolveu grande conhecimento nessa área da religião por estudos pessoal, quando se relembra que ele dedicava grande tempo à leitura da Bíblia e outros livros religiosos como fonte de inspiração. Ou ainda que ele tivesse o auxílio de alguns padres por onde passou, ou mesmo pelo próprio bispo Dom Helvécio no caso dessa pintura.

2.4 Algumas intuições

Observando alguns elementos dessa pintura, pode-se especular que Pietro tenha sido influenciado pela pintura barroca dos séculos XVII e XVIII para desenvolver esta obra. Nesse caso, como ele nasceu nos arredores de Roma e iniciou sua vida acadêmica nesse ambiente artístico, não é de se estranhar que algumas obras importantes desse estilo tenham influenciado esta sua obra. Como já foi citado em momentos anteriores, há pontos semelhantes entre esse teto e a obra “A glória de Santo Inácio” pintada pelo padre Andrea Pozzo na Igreja Il Gesù, de Roma e também a obra “O culto do Santo nome de Jesus” de Giovanni Battista Gaulli na mesma igreja. Em comparação com outras obras do artista espalhadas pelas igrejas de Minas e São Paulo, não se vê um trabalho com a riqueza de elementos artísticos.

Seguindo alguns passos dos mestres citados a pouco, Pietro incorpora certas características belíssimas em seu trabalho como a impressão de movimentação das

figuras. A única figura que aparece imóvel é a representação de Deus Pai como Triângulo ao centro. Os outros elementos e representações ao redor aparecem todas do modo dinâmico. Percebe-se uma grande movimentação nos olhares das personagens que se cruzam e que cruzam com os dos observadores, e nos gestos que indicam direcionamento e acenos. Olhando de baixo, essa pintura cria uma bela ilusão de euforia e entusiasmo no céu com a glorificação de São José.

Essa obra também se apresenta com grande unidade pelos vários elementos interligados uns aos outros. Assim, cada personagem e símbolo só é plenamente compreendido se unido à obra toda. Essa unidade e entrelaçamento interno da obra também é uma marca dos trabalhos realizados por alguns pintores importantes como o padre Pozzo e Gaudi, já lembrados. Todas as figurativas da pintura no teto da capela do seminário são feitas buscando o realismo na representação³⁰. Esses elementos acenam para o caráter retórico da obra que é ainda mais reforçado pela presença de falsa arquitetura. Pietro buscou, de modo maestral, conjugar elementos do gosto particular, com algumas características de artistas de outros estilos que tinham ressonância na região mineira e com isso criou esta belíssima obra a ser contemplada por aqueles que visitam o seminário de Mariana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Udo. *Dicionário de Símbolos*. Trad. Ervino Royer. São Paulo: Paulus, 1999.

JAVÉ, In: BORN, A. Van Den. *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Trad. Frederico Stein. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANTERO, Sandra de Arriba. San José. *Revista Digital de Iconografía Medieval*, v. 5, n. 10, p. 57-76, 2013. Disponível em: < <https://www.ucm.es/bdiconografiamedieval/numero-10> > Acesso em: 5 jun. 2017.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A arte sacra na antiga paróquia de São Caetano: fragmentos de uma história. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 40, p. 7-21, dez. 2009. Disponível em: < http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_040.pdf >. Acesso em: 1 jun. 2017.

HEIN, Bruno Bernard. *L'araldica nella chiesa cattolica: origini, usi, legislazione*. Vaticano: Libreria e editrice Vaticana, 2000.

MINOTTI, Tarquinio. *Pietro e Ulderico Gentili pittori*. Edizioni Controluce, 2015.

³⁰ Nesse caso o realismo é uma característica da obra que busca uma representação mais que seja mais próxima do real. Não se trata no movimento realista do século XIX.

_____. Pietro e Ulderico Gentili, due concittadini da ricordare. *Notizie*, Controluce, março 2013.

MONTENEGRO, Jesús Cantera. La figura de San José en el arte. *Mirabilia Arts 1*, s. 1., p. 35-94. jun./dez. 2014. Disponível em:

<http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/ars/pdfs/01-03ars_0.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da Arte da Renascença. In: *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 47 a 65.

PLAZAOLA, Juan. *Arte sacro actual*. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro et al. *Igreja de Mariana: 261 anos de história, 100 anos como arquidiocese 1906-2006*. Mariana: Dom Viçoso, 2006.

SANTOS, Danilo Brás dos. *Basílica Menor de Santo Antônio do Embaré: História e arte nas praias de Santos*. Santos: Paróquia do Embaré, 2010.

SILVA, Mateus Alves. *O tratado de Andrea Pozzo e a pintura de perspectiva em Minas Gerais*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/8675534/O_tratado_de_Andrea_Pozzo_e_a_pintura_de_perspectiva_em_Minas_Gerais_disserta%C3%A7%C3%A3o_de_Mestrado_?auto=download>. Acesso em: 29 mar. 2017.

S. N. Capella do Seminário Maior São José. *Boletim eclesiástico da Archidiocese de Mariana*. fev/mar 1938. p. 50-52.

S. N. Una bella chiesa affrescata da italiani. *Il Piccolo*, São Paulo, 20 abril 1928.

S. N. Le nuove pitture della chiesa della Immacolata Concezione. *La squilla*, São Paulo, 2 maio 1928.

S.N. Há 25 anos morria Gentili, o artista da Igreja Matriz. *O liberal*, São Caetano do Sul, 8 agosto 1993.

S. N. A Santa Ceia da nossa Matriz: uma das maiores obras sacras do mundo. *Jornal de São Caetano*. São Caetano do Sul, 12 dezembro 1948.

TRINDADE, Côn. Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1953.

XAVIER, Sônia Maria Franco. A Matriz Sagrada Família na arte dos Gentili. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 26, p. 36-38, dez. 2002. Disponível em:<http://www.fpm.org.br/admin/imagens/raizes/raizes_026.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2017.



Figura 1: Pietro Gentili
Fonte: Tarquinio Minotti



Figura 2: Ulderico Gentili
Fonte: Tarquinio Minotti

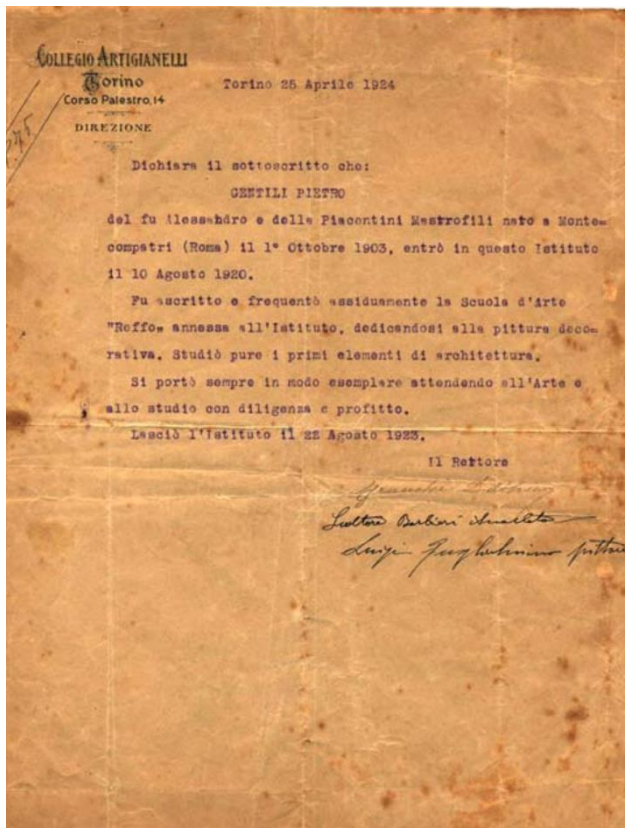


Figura 3: Diploma de Pietro Gentili, Colégio Artigianelli, 1924.
Fonte: Tarquinio Minotti

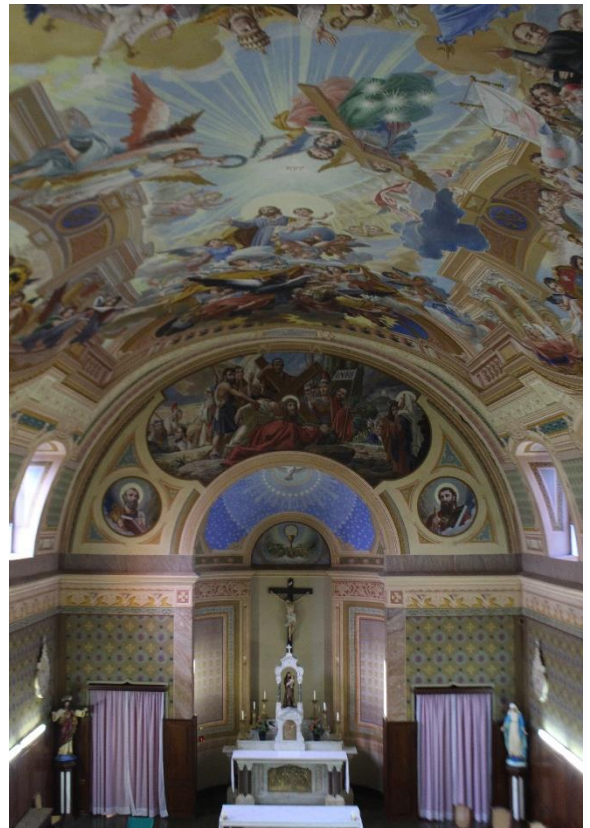


Figura 4: Interior da Capela do Seminário São José
Fonte: Willian Coutinho



Figura 5: Teto da Capela do Seminário Maior São José, 1937.
Fonte: Enzo dos Santos

MEMÓRIA E TESTEMUNHO

Cláudia Maria Rocha de Oliveira*

RESUMO: Neste artigo procuramos compreender as noções de memória e de testemunho. Para tanto, o texto encontra-se dividido em duas partes fundamentais. Na primeira falaremos sobre a memória. Na segunda, explicitaremos a noção de testemunho. A memória, ao seguir o ritmo de um tempo propriamente humano, torna presente algo que pertence ao passado. O testemunho, ao dar voz à memória, nos lança para o futuro e nos coloca diante de novas possibilidades. O testemunho torna possível estabelecer uma ponte entre memória e história. Compreendida como uma realidade que depende da intencionalidade humana, a história não pode ser pensada como realidade dada. Ela depende do engajamento criativo do ser humano que faz memória dos acontecimentos e que, ao mesmo tempo, ao exprimi-los através de uma narrativa, nos abre possibilidades rumo ao futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Testemunho; Tempo; Engajamento.

ABSTRACT: In this paper we seek to understand the notions of memory and testimony. To this end, the paper will be divided into two fundamental parts. In the first we will talk about memory. In the second, we will make explicit the notion of testimony. The memory, following the rhythm of a properly human time, makes present something that belongs to the past. The testimony, by giving voice to memory, throws us into the future and sets us before new possibilities. The testimony makes it possible to build a bridge between memory and history. Understood as a reality that depends on human intentionality, history cannot be thought of as given reality. It depends on the creative engagement of the human being who remembers events and, at the same time, by expressing them through a narrative, opens up possibilities for the future.

KEYWORDS: Memory; Testimony; Time; Engagement.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, Minas Gerais viveu uma tragédia que nos fez rememorar àquela acontecida em Mariana em 2015. Estes trágicos acontecimentos, que nos impactam fortemente, de algum modo, subjazem a nossa reflexão a respeito da memória. Através da nossa capacidade de rememorar é possível tornar presente algo que aconteceu. Este tornar presente nos envolve por completo, traz à tona sentimentos, sensações, percepções da realidade. Através da rememoração, é como se pudéssemos acessar novamente a experiência. Quantas vidas transformadas, quanto choro, quanto dor.

Através da rememoração também se tornam presentes experiências que se mostram como sinal de solidariedade, de doação ao próximo, de amor. A rememoração é capaz de reacender em nossa inteligência as questões últimas, pode nos ajudar a retrazar caminhos, torna possível encontrar vias mais seguras capazes de conduzir a uma verdadeira

* Doutora pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Professora Adjunta do Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte.

humanização. Fazer memória, de tantas experiências de dor e de solidariedade, ajuda-nos a pensar a nossa própria história, a examinar que mundo queremos e a traçar caminhos novos.

Diante deste cenário, propomos refletir a respeito do importante papel da memória e do testemunho para a construção da história. Para isso, em primeiro lugar, indicaremos alguns elementos que podem ajudar a definir a memória. Em seguida, falaremos a respeito do testemunho. Concluiremos mostrando que o testemunho serve como ponte entre a memória e a história. O testemunho tem um papel fundamental para a construção de sentido e para a orientação da vida em sociedade.

1. A MEMÓRIA

Somos seres dotados de memória porque somos necessariamente situados. Somos corpo. Enquanto tal, estamos submetidos ao espaço e ao tempo do mundo. Nascemos, crescemos e morremos. O *cronos* é implacável. Não podemos controlá-lo. Por questões de segundos, pessoas em Brumadinho conseguiram escapar da lama. Mas, também por questões de segundos, pessoas foram levadas pela mesma lama. Se pudéssemos controlar o tempo, fazê-lo correr como em câmera lenta, quanto mau, quanta violência poderiam, talvez, serem evitados. Mas, o tempo – *cronos* –, segue o seu próprio ritmo. Mesmo que queiramos, ainda não somos capazes de controlar o tempo. Provavelmente, nunca o seremos. Quantos filmes de ficção já foram feitos a esse respeito? O sonho humano de voltar ao passado para modificá-lo ou de conhecer o futuro para prever e controlar o tempo esbarra sempre no poder de *cronos* que possui o seu próprio ritmo. Portanto, como seres-no-mundo estamos, necessariamente, e de modo inevitável, submetidos ao ritmo do próprio mundo. Nascemos, crescemos, morreremos.

Mas, não somos apenas corpo. A consciência de nossa corporeidade nos remete a uma interioridade. Somos também psiquismo e espírito¹. Somos exterioridade, mas também mundo interior. O psiquismo tem um papel mediador muito importante, pois é capaz de organizar internamente as experiências a partir de nossas próprias percepções e desejos.

¹ Ao pensar o ser humano como corpo, psiquismo e espírito nos inspiramos aqui na *Antropologia Filosófica* de Henrique Cláudio de Lima Vaz.

A objetividade de *cronos* pode ser assumida a partir de nossa subjetividade. Somos capazes de conferir ritmo humano a própria história.

Como espírito, por sua vez, somos capazes de ir além da própria egoidade do psiquismo. Somos atravessados por um apelo de abertura ao horizonte da verdade e do bem. A memória é, portanto, fruto de uma percepção do tempo que torna possível a apreensão do próprio tempo objetivo, a partir da mediação de nossas percepções e afetos. Além disso, ela é caracterizada por uma forte pretensão à verdade.

A consciência desta característica constitutiva da memória só é possível porque somos seres espirituais. Isso significa, em última análise que somos dotados de reflexividade. Somos reflexividade situada no mundo. Somos espíritos encarnados. Enquanto tais, somos capazes de, através da memória, fazer com que a ausência de uma realidade que não é mais no tempo do mundo, se faça, de certo modo, presente, sem perder, ao mesmo tempo, a sua condição de anterioridade e, portanto, sem deixar de lado a sua diferença com relação ao presente (RICOEUR, 2007, p. 56).

Neste sentido, Ricoeur defende que a rememoração constitui-se como re-(a)presentação. Nela “o essencial é que o objeto temporal reproduzido não tenha mais, por assim dizer, pé na percepção. Ele se desprende. É realmente passado. E, contudo, ele se encadeia, faz sequência com o presente” (RICOEUR, 2007, p.53).

O tempo propriamente humano, embora não seja independente do *cronos*, tem um ritmo próprio. Conforme a experiência vivida, um segundo pode parecer uma eternidade ou uma eternidade pode parecer um segundo. A memória, portanto, torna presente eventos passados. Ela é capaz de nos fazer reviver uma experiência. Algo que é agora ausente, torna-se novamente presente pela memória. Ao tornar presente uma ausência, a memória não segue rigorosamente a cronologia do tempo do mundo. Ela se orienta por uma temporalidade que é singular. Os acontecimentos são assumidos pela interioridade. Fatos percebidos e sentidos como mais importantes ganham destaque. Outros terminam ficando em segundo plano e sendo esquecidos. O tempo, graças à mediação da subjetividade, ganha significação propriamente humana.

A mediação da subjetividade, por um lado, assegura liberdade criativa à memória. Por outro lado, há um dever da memória que a mantém ligada à realidade objetiva do tempo cronológico. Isto faz com que a memória não possa ser identificada com a pura

imaginação. A memória não deve ser confundida com a imaginação porque a imaginação está “voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico”. A memória, por sua vez, diz respeito “a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado como tal’” (RICOEUR, 2007, p.26). Portanto, ao contrário da imaginação, à memória está necessariamente vinculada uma pretensão de verdade. Se a imaginação é mais livre e descomprometida, a memória possui compromisso com a realidade. Logo, embora não se constitua como mera reprodução de algo que aconteceu, ou seja, embora estava marcada por certa espontaneidade, a memória implica compromisso e, portanto, responsabilidade diante do real.

A importância da memória foi desde sempre reconhecida ao longo da história da filosofia. Para Platão, conhecer é necessariamente rememorar. Por se orientar a partir do paradigma cosmocêntrico, Platão relaciona a rememoração com a contemplação da verdadeira realidade que é eterna e sempre igual. Para Platão, a rememoração compreendida como *anamnésis* “significa volta, retomada, recobramento do que anteriormente foi visto, experimentado ou aprendido” (RICOEUR, 2007, p.46). A realidade contemplada antes da encarnação da alma precisa ser novamente acessada a partir do exercício da dialética. A rememoração torna possível uma reordenação do sensível que, entregue a si mesmo, é caótico e sem sentido.

Hegel, por sua vez, inaugura o paradigma historicocêntrico. O ser se manifesta no tempo e pode ser apreendido apenas através de suas manifestações. Em consequência, embora o real seja radicalmente inteligível, nós só somos capazes de apreender essa inteligibilidade através de um exercício de rememoração. Famosa é aqui a imagem que Hegel usa para ilustrar o papel da filosofia. De acordo ele, a Coruja de Minerva só alça voo ao entardecer.

A memória, embora de modos distintos, assume tanto em Platão quanto em Hegel, importante função na ordenação do mundo e na compreensão do sentido da realidade. Mas, o que propriamente compreendemos por memória?

Dissemos até aqui que a memória é a capacidade de tornar presente aquilo que é ausente através da mediação de nossa interioridade. Contudo, nos parece interessante distinguir a memória como mera representação da memória compreendida como ação. Qualquer um de nós pode ser capaz de decorar um poema, ou a matéria que cairá em uma prova. Isso, no entanto, não garante que o conteúdo decorado tenha efetivamente se tornado presente a quem o memorizou. Alguém pode mesmo conseguir excelente nota em um exame

porque decorou a lição sem, no entanto, ter compreendido nada do que foi estudado. Neste caso, a memória pode ser compreendida como mera capacidade de representar. Ela não supõe o engajamento da subjetividade. Contudo, não é este o sentido de memória que propriamente nos interessa aqui.

Por outro lado, quando o conteúdo de uma lição é verdadeiramente apreendido ele não precisa ser decorado. Ele se torna presente à memória. O sujeito se apropria do conhecimento. Essa apropriação constitui-se como ação que envolve a totalidade do ser capaz de memória. Além de interferir no modo como o sujeito compreende o mundo, entendida como ação, a memória também implica o engajamento do mesmo sujeito e a sua capacidade de assumir responsabilidade diante do futuro.

Ora, um dos atos fundamentais diante dos quais o sujeito se vê empenhado, segundo Ricoeur, é justamente aquele de lutar contra o risco do esquecimento. A memória, ao fazer presente um dado passado, confere a ele lugar de destaque. Ela lança luzes sobre uma realidade que, por não ser efetivamente agora, corre o risco de ser esquecida e deixada de lado.

Contudo, para que um dado possa ser trazido à memória, para que não haja esquecimento, é necessário engajamento. Compreendida como capacidade ativa de tornar presente uma ausência, a memória supõe a mediação de uma interioridade engajada. Este engajamento faz com que a memória seja ao mesmo tempo uma realidade individual e coletiva.

O sujeito é o autor da rememoração. A memória supõe necessariamente a apreensão dos acontecimentos do tempo do mundo num tempo propriamente humano. Esta apreensão depende da mediação de uma interioridade. Portanto, a memória é sempre singular.

Contudo, a singularidade da memória não pode ser compreendida em sentido solipsista. O sujeito dotado da capacidade de memória é ser-no-mundo e, em consequência, é necessariamente ser-com-os-outros. A relação com o mundo apenas adquire significação humana através da mediação da linguagem. Não há língua de um sujeito solitário. A língua nos remete necessariamente a um nós de significação. Mediada pela linguagem, a memória é, portanto, ao mesmo tempo individual e coletiva.

A identidade do eu apenas se constitui na relação com os outros. Rememorar implica necessariamente relação intrínseca entre a memória singular e a memória coletiva. O sujeito solitário é uma abstração incapaz de memória. A rememoração adquire pleno

sentido de luta contra o esquecimento apenas à medida que é percebida também em sua dimensão intersubjetiva. Também a memória é mediada pela linguagem. Ela, portanto, desde a sua origem possui uma dimensão que é pública. Além disso, para cumprir o seu papel de luta contra o esquecimento, a memória precisa ser dita aos outros. Ela necessita fazer-se discurso. Ela possui, portanto, uma dimensão que transcende a própria individualidade.

A memória só se constitui através da mediação da linguagem. Além disso, ao se fazer palavra dirigida ao outro, a memória coloca em evidência o importante papel do testemunho. Procuremos, então, explicitar o que compreendemos por testemunho e por testemunhar.

2. O TESTEMUNHO

A testemunha é alguém que através de seu testemunho procura “tornar possível o impossível”. Ela pretende, ao testemunhar, “tornar presente e visível” (PIERRON, 2010, p.15) aquilo que está ausente. Com outras palavras: a testemunha é alguém que “faz ver em si e por si alguma coisa outra que si mesma” (PIERRON, 2010, p. 31). O testemunho confere, de certo modo, voz à memória. A testemunha é expressão da própria memória.

O testemunho pode ser compreendido em pelo menos dois sentidos diferentes: em sentido fraco, ele é assumido como fonte de informação externa sobre algum acontecimento. Neste caso, a testemunha aparece como sendo um terceiro imparcial que pode oferecer informações a respeito de alguma situação que ela apenas foi capaz de observar externamente. Os tribunais estão cheios de testemunhas, no sentido fraco do termo.

Já em sentido forte, o testemunho “envolve todo um ser, requer uma maneira de ser íntima a si” (PIERRON, 2010, p.15). Neste segundo caso, há uma coerência entre o que a testemunha diz e faz. A sequência das ações da “testemunha tende a confirmar o próprio testemunho”. Não se trata apenas de mera informação testemunhal. Esta mesma informação está articulada a um “engajamento de uma forma de ser” (PIERRON, 2010, p.15).

Algumas características definem o testemunho, em sentido forte: ele é singular, plural, inacabado, pressupõe autenticidade e possui face relacional. Vejamos o que isso significa.

O testemunho é sempre singular. Ele está intimamente vinculado à identidade e ao modo de ser de quem o profere. Jean-Philippe Pierron, em sua obra, *Transmissão: uma filosofia do testemunho* defende, neste sentido, que

a singularidade do testemunho se deve ao fato de que ele liga carnalmente o que há a dizer com uma maneira de ser e de existir, isto é, de que ele mobiliza no homem todas as suas capacidades de dizer – dar testemunho –, de fazer – contestar e atestar – ou de agir – testemunhar a verdade ou um absoluto (PIERRON, 2010, p.17).

O testemunho é, também, sempre plural. Uma vez que o testemunho está intimamente ligado a um modo de ser, cada testemunha é única e, portanto, ao testemunhar a respeito de uma mesma realidade, pessoas diferentes oferecerão testemunhos diferentes.

O que garante o valor dos testemunhos que são sempre plurais é que, em todos os casos de testemunho autêntico, há sempre um engajamento da testemunha com a verdade. Ao testemunhar, cada testemunha, ao seu modo, exprime através de sua ação uma pretensão de autenticidade que apenas pode ser comprovada através da sequência dos próprios atos, isto é, através da própria vida e do modo pelo qual se decide ser. Neste sentido, “o engajamento do ser no dizer deve ser absoluto para ser recebido como testemunho” (PIERRON, 2010, p.38).

Além disso, todo testemunho é inacabado. Ele depõe “sobre um fora de si incompreensível”. Por causa disso, o dizer da testemunha não esgota o que se tem a dizer. Nenhum testemunho diz de modo completo a verdade. Ele é caracterizado por uma não totalização do que se tem a dizer. Em consequência, a pluralidade dos testemunhos enriquece a compreensão do real e torna possível que as testemunhas ampliem o próprio modo de ver o mundo e a própria compreensão de si mesmas.

O testemunho implica também necessariamente relação. O testemunho é sempre diante de alguém. Ele pressupõe relação dialógica entre quem profere o testemunho e um ouvinte capaz de acolher, interpretar, criticar, discutir e/ou aceitar o testemunho como válido. Testemunhar implica, neste caso, assumir a responsabilidade diante de outro e diante também de si mesmo.

Ora, à medida que o testemunho é sempre singular, plural, inacabado, relacional e vinculado à pretensão de autenticidade, ele se constitui como a experiência de uma subjetividade preocupada em ser si mesmo e, ao mesmo tempo, aberta à dimensão de alteridade. Em consequência, o testemunho remete a necessidade ética do cuidado de si. O testemunho autêntico é, neste sentido, “uma fidelidade a si” (PIERRON, 2010, p.53). A identidade pessoal da testemunha se constitui a partir da preocupação de se manter coerente com a verdade e, ao mesmo tempo, com o esforço contínuo de ser si mesmo. Neste sentido, Pierron defende que “o testemunho liga em sua fala e em sua vida, o destino da verdade com seu próprio destino” (PIERRON, 2010, p.23). Portanto,

a testemunha não é mais somente o terceiro objetivo, exterior a uma situação que não teria vivido. É aquele que permanece no centro da experiência, numa travessia insubstituível que leva seu discurso além da simples relação do acontecimento para se tornar manifestação (PIERRON, 2010, pp.28-29).

Compreendido como evento, ou seja, como manifestação, o testemunho faz da testemunha um autor. Ele enriquece o mundo “com uma nova interpretação, suplementar e inédita que constitui um acréscimo ao real” (PIERRON, 2010, p. 32). O testemunho “não deixa ileso. Deixa vestígio. Toca. Marca” (PIERRON, 2010, p.71). Por causa de sua vinculação com a verdade e, portanto, por sua preocupação com se manter no âmbito da autenticidade, o testemunho é um dizer que promove e estimula o desenvolvimento da própria humanidade. Isto porque o testemunho ao deixar a sua marca “mobiliza afetividade e imaginação para agir” (PIERRON, 2010, p.72). O testemunho, portanto, ao mesmo tempo em que confere voz à memória, nos remete ao futuro.

CONCLUSÃO

O testemunho compreendido como o dizer da memória estabelece uma ponte entre memória e história. Henrique Cláudio de Lima Vaz, ao assumir a noção de história como tema chave de sua reflexão, defende que a história não deve ser compreendida como “uma realidade subsistente em si mesma” (LIMA VAZ, 2001, p.166). Para existir, a história depende, necessariamente, do exercício criativo de uma subjetividade engajada e responsável pelo mundo. Em consequência, o testemunho, à medida que confere voz à memória e, ao mesmo tempo, imprime a marca de sua intencionalidade no mundo, torna

possível estabelecer uma ponte entre a memória e a história. Por um lado, a memória é capaz de tornar presente o que é passado. Por outro, a história, embora intimamente vinculada ao passado, possui estrutura aberta, isto é, não está concluída, mas depende sempre e cada vez da iniciativa livre e criativa dos seres humanos. Em consequência, o testemunho assume função fundamental. Ao dar voz a memória, ele nos coloca diante de uma presença que não pode ser esquecida. Mas, ao mesmo tempo, ao imprimir a sua marca, ao deixar vestígio, o testemunho aponta direções capazes de orientar a abertura da história por caminhos mais humanos e responsáveis.

Que a tragédia que aconteceu em Brumadinho, em janeiro de 2019, e também a tragédia vivida em Mariana no ano de 2015, e tantas outras tragédias humanas vividas ao longo da história, inspirem testemunhos capazes de iluminar e conduzir a humanidade por caminhos mais humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Antropologia Filosófica I*. 8ªed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Antropologia Filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Ontologia e História*. São Paulo: Loyola, 2001.

PIERRON, Jean-Philippe. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, 2010.

RIKOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ENTREVISTA DE DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA: A ÉTICA É O PRINCÍPIO DE TUDO

Por Pedro Maciel*

Pedro Maciel: *Dom Luciano Mendes de Almeida é arcebispo de Mariana, a primeira capital de Minas Gerais. Por que uma das mais importantes autoridades religiosas da América Latina foi nomeada para uma arquidiocese que foi importante somente nos tempos do Império? Nesta entrevista inédita, o ex-presidente da CNBB fala sobre estas e outras questões que dizem respeito aos tempos antigos e modernos. Que tempos são estes em que o homem ainda briga por um pedaço de Terra para plantar? Que tempos são estes que a sorte dos homens ainda está nas mãos de Deus? O vice-presidente do Conselho Episcopal da América Latina fala a seguir sobre o mundo atual com as suas epidemias e esperanças, dos sem-terra e esquecidos pelos governos, dos cultos pentecostais e da fé católica, da política e da ética, do Diabo e de Deus, da vida e da morte.*

Pedro Maciel: Dom Luciano, como anda o mundo, o Brasil, a América do Sul?

Dom Luciano: Cada um que está aí, faz o seu caminho e é preciso saber que caminho cada um faz, porque Deus nos deu a liberdade, nos deu a capacidade de andar para frente.

Pedro Maciel: Mas, às vezes, é bom olhar para trás e refletir sobre o que passou e, assim, propor um novo futuro.

Dom Luciano: Sem dúvida, o importante é perceber que o tempo é curto, é breve, que não há muita oportunidade de voltar para trás. Nós temos é que fazer o bem nesta vida e esta vontade de fazer o bem é que tem que ser desenvolvida, estimulada.

Pedro Maciel: Padre Vieira diz que a gente precisa de tempo para ser breve.

Dom Luciano: Sem dúvida, mas a minha vontade seria de dizer que esta vida é um dom tão bonito. Eu mesmo passei por catorze operações há seis anos e aprendi o valor de um

* Pedro Maciel Pedro Maciel é escritor, artista visual e jornalista. Autor dos romances “Como deixei de ser deus”, Ed. Toopbooks, “Retornar com os pássaros”, ed. LeYa, “Previsões de um cego”, ed. LeYa, “A noite de um iluminado”, ed. Iluminuras, entre outros. A presente entrevista é datada de outubro de 1995. Assim afirma Pedro Maciel: “Não me lembro do dia exato. Consultei a velha pauta, mas não constava o dia. Entrevistei Dom Luciano porque eu o admirava. Este é o motivo. Aliás, só entrevistava a quem admirava”.

dia, quanto que não se deve perder. O meu modo de ganhar tempo é fazer o bem aos outros.

Pedro Maciel: O ser humano deve lembrar-se muito bem dela para projetar o melhor dela mesmo para o próximo.

Dom Luciano: Importa conhecer a si mesmo para entender o outro.

Pedro Maciel: O budismo defende o esquecimento total de si próprio na meditação. Para mim, meditar é editar-me.

Dom Luciano: Sim. Meditar é esvaziar-se, preencher a si mesmo com novos pensamentos.

Pedro Maciel: A história revela que os tempos de crise levam o homem a se religar com o mundo mais sobrenatural. Ele busca uma espécie de guia espiritual para atravessar a crise. Nós vivemos esse momento?

Dom Luciano: Mais do que isso, acho que temos que abrir o coração e a mente para entender que Deus não é importante só nos tempos de crise. Deus é sempre importante e a pessoa humana, se ela quiser encontrar alegria, ela tem que evocar um grande diálogo. Este diálogo não é só nossa conversa, porque essa conversa acaba daqui a pouco. A gente vai descendo o elevador, caminhando pela rua e fala com Deus. O importante é sempre dialogar com o outro. E também dialogar com Deus. Falo sobre este diálogo interior com Deus. De modo que, nos tempos de crise, a gente intensifica o diálogo. O diálogo supera a crise. Ele requer paz e o que é bom na vida. A vida é uma experiência de comunicação. Ninguém é feliz sozinho, mas a grande descoberta é que a conversa entre nós é uma conversa aparente. Você vai me perguntar sobre o futebol, o tempo, jornal, mas tem coisas mais profundas, como o sentido da vida, o sentido da felicidade, o porquê da existência.

Pedro Maciel: O senhor destacou o diálogo que, para os gregos, é a língua dos deuses.

Dom Luciano: Os gregos falaram muita coisa bonita, mas não é esta que é a minha posição. O que é diálogo é a abertura da pessoa ao outro. Quem não conversa fica fechado em si mesmo. Agora, não basta a conversa de pessoa a pessoa. É muito pequena, mesmo porque as pessoas não dão tempo aos outros para serem ouvidas, para poderem contar o que sentem. Daí, a necessidade de percebermos o fundo de nós mesmos, o mais íntimo.

Pedro Maciel: O senhor ressaltou que a vida é mais profunda do que certos assuntos mundanos. A vida seria, então, um acaso e a morte um certo acaso?

Dom Luciano: O que vem a ser o acaso? A vida sem sentido nunca. A vida que dá sentido à toda a nossa experiência. Ela é positiva. E a morte, para mim, o que significa? Se a morte fosse o fim, é o nada. A morte, para nós, é a passagem para um encontro maior, é tudo.

Pedro Maciel: Às vezes tenho a sensação que o Paraíso, o Purgatório e o Inferno são estações passageiras da própria Terra. Para uns são estações breves e para outros duradouras.

Dom Luciano: Se a vida passa depressa demais, você tem que se projetar para muito mais além. Deus não criou ninguém para viver por pouco tempo. Criou-nos para viver para sempre. Viver para sempre. Deus nos chama a uma realidade muito maior que esta que experimentamos. Nós estamos dando os primeiros passos de uma experiência que é muito maior, que é muito mais profunda.

Pedro Maciel: Destas estações, qual imagem o Sr. imagina para a Terra?

Dom Luciano: Depende muito da pessoa. Há pessoas que estão em um grande sofrimento. O importante é o amor. Não são coisas externas que fazem a vida. São as possibilidades mais profundas que a pessoa tem de doação, de abertura ao outro. Eu diria que, para quem se doa, a gente sempre tem que aprender a fazer isso, realmente, não há Inferno. Inferno é um fechamento sobre si. O purgatório seria uma experiência ainda de sofrimento. Acho que a doação é a mãe. Quando a criança está doente, ela sofre, mas ela mesma se realiza, porque ela está vivendo a sua doação. A chave da vida não está nas coisas externas, mas está no modo em que a gente enfrenta a realidade cotidiana. É um ato de doação.

Pedro Maciel: Falemos um pouco destas igrejas chamadas neopentecostais. Por que elas são chamadas assim?

Dom Luciano: Porque a palavra pentecostal está ligada com uma intensa presença do Espírito Santo. No dia de Pentecostes foi o dia quando o Espírito Santo, revelando-se e comunicando-se aos apóstolos que estavam rezando com Maria, mãe de Jesus, abriu àquelas pessoas para uma grande ação evangelizadora. Então, usa-se a palavra

pentecostalismo para marcar essa presença maior do Espírito Santo. O neopentecostalismo está ligado ao fato de hoje haver uma espécie de renovação, de intensificação nessa entrada à experiência do Espírito Santo. São palavras que podem ser muito bem utilizadas. Uma ou outra vez, elas servem como denominação para grupos religiosos mais recentes que externalizam uma série de efeitos que seriam da presença do Espírito Santo – o modo de rezar, de cantar, de se animarem –, o que também não é uma coisa que precisa passar pelo crivo da crítica.

Pedro Maciel: O Sr. citou Maria, mãe de Jesus, que é renegada pelos pentecostais. Eles só adoram Jesus. É muito contraditório amar o filho e desprezar a mãe.

Dom Luciano: O ser humano é naturalmente contraditório. A palavra de Deus nos ajuda a encontrar o caminho a ser seguido. O importante é saber exatamente o que se pretende e eu creio que a religião, sobretudo quando a vemos à luz de Cristo, devia ser sempre uma experiência de caridade, de amor. Então, quando estes grupos se fecham, interrompem o diálogo ou agredem os outros, esta experiência fundamental do Espírito Santo cessa e há um pouco de contraste entre a proposta e a vivência religiosa.

Pedro Maciel: O ritual do culto mudou com estas igrejas pentecostais. Hoje em dia os cultos são realizados com cantorias e gritos como se fosse um exorcismo coletivo.

Dom Luciano: Existe também isto, mas nem sempre. A pessoa se descontrola, porque ela é colocada em situações de mais excitação e eu creio que isso também pode perturbar a verdadeira experiência religiosa, porque esta experiência pacífica tranquiliza, deixa a pessoa em um estado de felicidade. Quem de nós não é feliz quando Deus descobre que nos ama e pode entrar em contato com Ele pelo pensamento, pela oração em uma atitude de confiança? Eu concordo que estas atitudes excessivas e exorbitantes abafam o que é mais importante, que é esse diálogo sereno da pessoa com Deus.

Pedro Maciel: Fale sobre o episódio do pastor chutando a Nossa Senhora de Aparecida.

Dom Luciano: O importante é a capacidade que a gente deve ter de refletir sobre o acontecimento e ver qual a lição que ele traz pra nós, porque a grande lição deste momento foi de esclarecer para todos qual é a posição da Igreja Católica em relação ao culto dos santos, especialmente à Nossa Senhora de Aparecida, e mostrar também como que a imagem dela é um instrumento para expressão da própria devoção e afastar, assim, essas interpretações que podem ser até malévolas, mas que estavam pouco difundidas no meio

de nosso povo. O saldo será positivo, sobretudo, esse amor que renasce em nosso coração para com aquela que é a nossa padroeira.

Pedro Maciel: A imagem dos dois pastores chutando a padroeira do Brasil, uma imagem negra, é muito desrespeitosa. Os pastores foram destituídos dos cargos. Conta-se que um destes pastores foi enviado para a África do Sul.

Dom Luciano: Não estamos exigindo nenhuma pena imposta pela Igreja. Nós gostaríamos é que a lição de todos os demais fosse de compreender qual é a fé dos cristãos, dos católicos que realmente tem, desde o começo do cristianismo, a alegria de reconhecer na Virgem Maria, a mãe de Deus, e de dar a ela a nossa gratidão, a nossa estima, o nosso apreço, de pedir a ela que interceda por nós. Se isso puder ser compreendido, vai ser um saldo muito positivo.

Pedro Maciel: Um grupo de parlamentares do congresso nacional pretende caçar a licença da TV Record, que pertence aos pentecostais.

Dom Luciano: Isto é uma tese que vale para todos os campos da comunicação social. Quem recebe uma outorga deve ser fiel aos preceitos que balizam essa outorga. Todos devem respeitar os outros, evitar desvios morais, deixar de incentivar a violência. Todo código deveria ser bem estabelecido e respeitado. Se isto não acontece, para quem quer que seja, deve haver realmente uma revisão dessa outorga.

Pedro Maciel: Alguns fieis afirmam que é uma luta santa. Esta guerra é santa ou política?

Dom Luciano: Isto daí é um abuso. Acho que não se deveria usar essa expressão. Nosso povo não está nesta perspectiva. Isto é uma espécie de análise malfeita de grupos que estão analisando isto e percebendo aspectos do conflito, quando, no fundo, o que houve foi um desrespeito e uma vontade de esclarecimento com todo o crescimento da nossa fé, da nossa devoção. Esta palavra guerra é mal utilizada e não deve entrar no cenário.

Pedro Maciel: Falemos das desigualdades sociais. O governo do Fernando Henrique Cardoso está dando mostras de que vai diminuir as desigualdades sociais?

Dom Luciano: A pergunta é bem feita, porque a resposta vai ser sim. A outra pergunta seria se é suficiente o que tem feito até agora para despertar a esperança do povo. Eu não duvido, pelo contrário, tenho até boas referências que o governo procede de acordo com certas linhas mestras e, em primeiro lugar, esta capacidade de segurar a estabilidade do

real. Isso é importante. Mas o nosso povo está sofrendo uma situação que todos nós constatamos. Quem vive de salário sofre porque o salário não cresce e, ao mesmo tempo, enfrenta uma inflação um pouco escondida. Remédio, consulta médica, tratamento de dente, exame, tudo isto não está tabelado e o povo tem que utilizar-se desses recursos para saúde. É um campo concreto. O nosso povo está precisando agora de medidas mais rápidas e voltadas para a área social, inclusive, o problema da Terra, que é um destes problemas que está para ser resolvido, para que o povo recupere a sua esperança. O governo Fernando Henrique apresenta-se com seriedade, realmente lutando contra a corrupção, procurando metas. As pessoas que foram chamadas para este governo tem capacitação, mas a resultante de tudo isto ainda não fez surgir no povo uma espécie de experiência de uma forte esperança.

Pedro Maciel: Como está a opinião do senhor em relação à posição do governo sobre a Reforma Agrária? A Igreja Católica continua a favor?

Dom Luciano: Eu acompanho muito esta luta pela Terra. Nós estamos atrasados. A Igreja continua a favor, sim. Se nós não tivéssemos Terra, então a Reforma Agrária podia ser um gravíssimo problema, mas nós temos Terra. Por que não fazer uma distribuição equitativa dela? É um programa agrícola sério com toda a tecnologia, com garantias de educação e saúde para a população rural, com escoamento do produto, com toda essa assessoria que é indispensável para as pessoas entenderem o que está acontecendo no ambiente rural. Isto é possível. Eu conheço pessoas que trabalharam no decorrer destes anos e que podem voltar a ser convocadas para, juntas, fazerem realmente com que o país reencontre na área rural uma área prioritária.

Pedro Maciel: A Igreja Católica é proprietária de muitas Terras no Brasil? Ela está disposta a ceder Terras para os sem-terra?

Dom Luciano: Isto é uma história, lenda. A Igreja tem algumas terras e sempre se colocou à disposição. Eu, quando cheguei em Mariana, a coisa que quis foi distribuir Terra, mas não tem muita coisa.

Pedro Maciel: Mas o que ela tem, estaria disposta a ceder?

Dom Luciano: É lógico. Não é questão de a Igreja estar disposta. É que essas terras que a Igreja tem não são suficientes pra atender as necessidades do País. Então, ao mesmo tempo, elas fazem uma pressão para que as autoridades entendam o problema rural. Isso

não é da Igreja, é dos pobres, mas que seja corretamente administrado. Sabe o que eu vejo em Mariana? Muitas das áreas que foram ocupadas não foram ocupadas por pobres. O pobre é muito tranquilo, educado, ele pede, sabe para onde vai. Outras pessoas que ocuparam, hoje, têm casas, carros, ruas e ocuparam tranquilamente aquelas áreas ali.

Pedro Maciel: Qualquer pedaço de Terra pode ajudar. Uma arquidiocese, por exemplo, tem um pedaço de Terra para doar?

Dom Luciano: Você pode trazer uma família pobre, necessitando de Terra, o que nós tivermos, nós damos.

Pedro Maciel: Se isto for debatido na mídia pode animar os espíritos dos flagelados.

Dom Luciano: A Igreja não tem muita Terra. Isso é falho. A Terra que a igreja tem deve ser dos pobres.

Pedro Maciel: Falemos da AIDS, esta epidemia do nosso tempo. Como o senhor está vendo a campanha do governo de prevenção à AIDS?

Dom Luciano: São três aspectos muito importantes. Se alguém, neste momento, precisa de tratamento, a gente tem que dar e a Igreja está dando mais do que qualquer outra área. Apoiamos a família e dedicamos muita atenção aos doentes, dentro dos recursos que nós temos. Isto é indispensável. A segunda coisa importante é realmente prevenir a questão da AIDS e prevenir explicando que é possível, por exemplo, transmitir pela seringa, pelo contato sexual frequente e pelas transfusões de sangue. Isto tem que ser bem explicado às pessoas. A terceira coisa importante a ser destacada é como é que faz campanhas para evitar esta doença sem cura? Aí, a Igreja tem reticências grandes, porque as campanhas estão buscando que não haja, neste momento, a transmissão direta e, por isso, fizeram a propaganda da camisinha, mas se esquecem do aspecto ético que é indispensável à vida humana. Para prevenir a AIDS, você libera um comportamento sexual que praticamente vai contra qualquer padrão ético. O que resultou? Cresceu a incidência, a frequência da vida sexual precoce e aumentou indiretamente a própria possibilidade de transmissão da AIDS.

Pedro Maciel: Mas a AIDS retraiu a liberação sexual que surgiu nos anos 70.

Dom Luciano: Sim, mas a camisinha não retrai coisa nenhuma. Por exemplo, aqui tem esta água. Vamos supor que fosse pinga. Se todos os bares tivessem que servir pinga com

copos limpos e descartáveis, você resolveria o problema de pinga? Não resolveria. Ninguém é contra a prevenção. O que nós dizemos é que houve uma separação entre os valores éticos e a prevenção da AIDS.

Pedro Maciel: O sr. concorda que a camisinha é o meio mais eficiente para se preservar da AIDS?

Dom Luciano: Eu concordo que esta frase não tem sentido se desconectada de uma referência ética, porque você insiste que ela pode ajudar para não transmitir, mas se esquece de que essa transmissão por via sexual tem que ter um referencial, que é o relacionamento de amor e não o usufruto de um e de outro. Esta falha do aspecto ético é lesiva não só pela questão da AIDS, mas para a própria concepção da vida humana. O que nós estamos perdendo hoje é realmente a ética como valor integrante da vida humana.

Pedro Maciel: Discordo do sr. Dom Luciano. Creio que se preservar com a camisinha contra a epidemia não tem nada a ver com a ética.

Dom Luciano: Um exemplo; o que aconteceu na corrupção do governo? O pessoal fazia o que queria nas partes técnicas, nas determinações do governo e se esquecia do nível ético. Nós vamos agora salvar a saúde do povo e vamos perder o referencial ético que é mais importante do que a própria saúde.

Pedro Maciel: Volto a discordar do Sr. Dom Luciano. A ética pode-se reaprender, mas a saúde de um aidético não se pode recuperar.

Dom Luciano: A ética é o princípio de tudo.

Pedro Maciel: O Padre Antônio Vieira, no livro *Arte de Furtar*, dizia que “toda unha que arranha é aguda e toda a unha que furta, arranha até o vivo. Logo, todas as unhas que furtam são agudas. Bom está o argumento e bem conclui o silogismo. Mas, não falo dessa agudeza, senão da sutileza com que alguns furtam sem deixarem rastro, nem pegadas de que lhes pegue”. O senhor acha que a corrupção brasileira já não deixa tantas pegadas?

Dom Luciano: Eu acho que, infelizmente, a corrupção atinge a própria natureza humana. Ela acontece em todas as regiões do mundo. O que é preciso agora é uma reeducação. A formação da consciência para que ninguém tenha mais essa vontade de ser corrupto. Essa renovação precisa, então, dar a cada um, uma prioridade ao valor ético. A formação da

consciência é fundamental e, aí, os valores religiosos contribuem. É importante a pessoa saber o referencial último da sua consciência.

Pedro Maciel: Qual a sua avaliação em relação ao Congresso Nacional?

Dom Luciano: Não acuso o Congresso, hoje, de corrupção, pois não tenho nenhuma informação a este respeito mais recente. Eu gostaria que o Congresso tivesse mais ao lado do povo, olhando melhor aquilo que está acontecendo, o sofrimento, as lamúrias, as expectativas, para acionar uma série de medidas para o benefício do povo. Uma delas é a agilização da distribuição equitativa das terras. Outra é uma forma de tributo sobre as terras ociosas. Por que não? Seria um modo indireto de fazer a Reforma Agrária. Outra possibilidade é salvaguardar com clareza as terras indígenas pela importância que elas têm para a cultura e sobrevivência dos índios. Então, uma série de medidas que deveriam ser tomadas com idealismo, com competência e com rapidez.

Pedro Maciel: E qual a opinião do Sr. sobre o Judiciário brasileiro?

Dom Luciano: É importante agora não quisermos também exigir de repente do Judiciário alguma coisa que nós sabemos que em outras áreas, como o comércio do Brasil, não estão ainda aprimoradas. Mas, eu diria que o Judiciário, como qualquer setor da vida humana, tem que estar incutindo a revisão dos procedimentos para ver o serviço que está prestando, o comportamento das pessoas que estão em cargos de autoridade. Eu conheço pessoas que atuam no Judiciário que são de excelente comportamento ético e competência profissional. Como em todos os lugares da vida brasileira, há também pessoas que não respondem ao comportamento correto seja no Congresso, no Executivo, no Judiciário, seja também na vida pessoal. Todos nós temos uma espécie de distância do que deveríamos ser e do que acabamos sendo.

Pedro Maciel: Falemos das questões espirituais e filosóficas. Existe outra vida após esta vida?

Dom Luciano: Nós acreditamos que Deus nos fez para a vida plena. Nosso Cristo dizia, “eu vim para dar a vida e dá-la abundantemente”. Toda a pregação de Cristo é para nos fazer aceitar a alegria de uma vida que não tem mais fim, mas também de acertamos o nosso comportamento para podermos estar dentro dessa perspectiva da felicidade. Não há possibilidade, para mim, sem pensar que a vida continua. E você acredita na vida eterna?

Pedro Maciel: Creio que a eternidade está dentro da gente enquanto vivemos.

Dom Luciano: Mas este tempo é pra sempre ou acaba?

Pedro Maciel: A eternidade está no presente, mas eu não sou o entrevistado e sim o Sr. (risos) Vamos voltar aqui para o outro lado da moeda. Onde é a morada do diabo?

Dom Luciano: O que é o demônio?

Pedro Maciel: Foi Deus quem inventou o diabo? O diabo é o irmão maldito de Deus? Onde ele mora além do Inferno?

Dom Luciano: Nossa vida é um lugar de grandes tentações. Cada um de nós não faz sempre o bem, por que? Onde mora o demônio? Ele está onde ele é acolhido, de modo que, quem quiser acolhê-lo, que realmente feche o seu coração à graça, à beleza e à pureza e verá onde está o demônio. E quem tiver essa vontade de servir os outros, de se abrir a alguém, de preocupar-se mais com os outros, de abrir seu amor, verá que o demônio está muito longe.

Pedro Maciel: Dizem que Deus é brasileiro e já morou por aqui. Hoje em dia, por onde anda Deus?

Dom Luciano: Deus está em todo lugar, sobretudo, aqui conosco, neste momento, nos animando para poder mandar uma mensagem de esperança para o povo.

Pedro Maciel: A religião, ao meu ver, é uma questão muito particular, de foro íntimo. O Sr. acredita que a religião é universal e que realmente liga o ser humano a um tempo divino?

Dom Luciano: A religião é justamente a descoberta de Deus, o contato com ele, a confiança em Deus. Sem isso, o que é a vida humana?